

Relatório Estatístico de 2003

Des. Antonio Fernando do Amaral e Silva

Presidente

Apresentação

O presente relatório reúne informações estatísticas das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2003, tanto na esfera administrativa quanto na jurisdicional.

Sumário

Composição do Tribunal	5
Presidência	9
Coordenadoria de Magistrados	11
Assessoria de Comunicação Social	19
Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas	23
Auditoria Interna	27
Casa da Cidadania	31
Ouvidoria dos Servidores	41
Vice-Presidência	47
2ª Vice-Presidência	59
3ª Vice-Presidência	67
Corregedoria-Geral da Justiça	71
Academia Judicial	107

Composição do Tribunal



Desembargadores

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Des. Alcides dos Santos Aguiar — Corregedor-Geral da Justiça
Des. Alberto Luiz da Costa — Primeiro Vice-Presidente
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva — Presidente
Des. Anselmo Cerello
Des. Jorge Mussi
Des. Carlos Prudêncio
Des. José Gaspar Rubick
Des. Pedro Manoel Abreu
Des. Orli de Ataíde Rodrigues
Des. José Trindade dos Santos
Des. João Eduardo Souza Varella — Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi — Segundo Vice-Presidente
Des. Cláudio Barreto Dutra — Terceiro Vice-Presidente
Des. Newton Trisotto
Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Maurílio Moreira Leite
Des. Solon D'Eça Neves
Des. José Mazoni Ferreira
Des. Volnei Ivo Carlin
Des. Irineu João da Silva
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer
Des. Eládio Torret Rocha
Des. Wilson Augusto do Nascimento
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins
Des. José Volpato de Souza
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Luiz Carlos Freyesleben
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes



Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. Marcus Túlio Sartorato
Des. César Mimoso Ruiz Abreu
Des^a. Salete Silva Sommariva
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
Des. Nicanor Calírio da Silveira
Des. Salim Schead dos Santos

Juizes de Direito Substitutos de Segundo Grau

Juiz Nilton João de Macedo Machado
Juiz Jaime Ramos
Juíza Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins
Juiz Newton Janke
Juiz Victor José Sebem Ferreira
Juiz José Carlos Carstens Kohler
Juiz Dionísio Jenczak
Juiz Sérgio Izidoro Heil
Juíza Sônia Maria Schmitz
Juiz Túlio José Moura Pinheiro
Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Conselho de Administração

Des. Amaral e Silva — Presidente
Des. Alberto Luiz da Costa — Primeiro Vice-Presidente
Des. Jorge Mussi
Des. Silveira Lenzi — 2º Vice-Presidente
Des. Alcides dos Santos Aguiar — Corregedor-Geral da Justiça
Des. Trindade dos Santos — Presidente do Fundo de Reparcelamento da Justiça e
Presidente do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos
sob Aviso à Disposição da Justiça
Des. Sérgio Paladino — Desenvolvimento Humano



Des. Pedro Manoel Abreu — Planejamento e Orçamento
Des. Cláudio Barreto Dutra — Patrimônio e Edificações – 3º Vice-Presidente
Des. Gaspar Rubick — Justiça e Cidadania
Des. Solon D'Eça Neves — Informática

Conselho da Magistratura

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva
Des. Alberto Luiz da Costa
Des. Alcides dos Santos Aguiar
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi
Des. Cláudio Barreto Dutra
Des. Alcides dos Santos Aguiar
Des. João Eduardo de Souza Varella
Des. Eládio Torret Rocha
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins

Academia Judicial

Des. Alcides dos Santos Aguiar — Presidente
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins — Diretor
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz — Vice-Diretor
Juíza Naiara Brancher
Juiz Dinart Francisco Machado

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Jânio de Souza Machado

Juízes Assessores da Presidência

Juiz Odson Cardoso Filho
Juiz Romano José Enzweiler



Juízes Corregedores

Juiz Paulo Henrique M. Martins da Silva
Juiz Roberto Lucas Pacheco
Juíza Soraya Nunes Lins Bianchini

Chefe de Gabinete da Presidência

Bel. Ari Dorvalino Schürhaus

Diretor-Geral Administrativo

Bel. Sérgio Galliza

Diretor-Geral Judiciário

Bel. Alberto Pizzolatti Remor

Comissões

Comissão de Jurisprudência

Des. Alberto Luiz da Costa — Presidente
Des. Anselmo Cerello
Des. Pedro Manoel Abreu
Des. José Trindade dos Santos
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi

Comissão do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina

Des. Alberto Luiz da Costa — Presidente
Des. Anselmo Cerello
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Juiz Victor José Sebem Ferreira



Comissão de Regimento Interno

Des. Alberto Luiz da Costa — Presidente
Des. Anselmo Cerello
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Juiz Victor José Sebem Ferreira

Comissão de Concurso para Magistratura

Des. Alberto Luiz da Costa — Presidente
Des. Pedro Manoel Abreu
Des. José Trindade dos Santos
Des. João Eduardo Souza Varella
Des. Solon d'Eça Neves
Des. Volnei Ivo Carlin
Des. Anselmo Cerello (suplente)
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi (suplente)
Des. Maurílio Moreira Leite
Dra. Gisela Gondin Ramos
Dr. Domingos Afonso Kriger (suplente)

Comissão Permanente de Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Nat0rial e de Registro

Des. Alberto Luiz da Costa — Presidente
Des. Sérgio Torres Paladino (suplente)
Juiz Nilton João de Macedo Machado
Juiz Jaime Ramos
Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins (suplente)
Juiz José Carlos Carstens Köhler (suplente)
Dr. Jobel Braga de Araújo
Dr. André Carvalho (suplente)
Dr. Giovani Rodrigues Mariot
Dr. Darci Manoel Gonçalves (suplente)
Sr. Sérgio Ivan Margarida
Sr. Murilo Krobek (suplente)
Sra. Gleci Palma Ribeiro
Sr. Jordan Fabrício Martins (suplente)



Comissão de Gestão de Informatização – CGINFO

Des. Solon d'Eça Neves — Presidente
Juiz Dinart Francisco Machado
Juiz Emanuel Schenkel do Amaral e Silva
Juiz Odson Cardoso Filho
Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Juiz Roberto Ramos Alvim
Sr. Giovanni Moresco

Comissão de Análise de Documentos do Tribunal de Justiça

Sr. Alberto Pizzolatti Remor — Presidente
Sr. Almir Tadeu Peres
Sra. Graziela Cechinel Giordani
Sra. Maria Madalena Steinbach
Sr. Maurício Walendowsky Sprícigo
Sra. Orivalda Lima Silva
Sra. Kátia Simone Góes Rabelo

Comissão de Ergonomia – COERGO

Sr. Eduardo Dutra da Silva — Coordenador
Juiz Roberto Ramos Alvim
Sra. Cláudia da Silva
Sra. Débora Carolina Piazza
Sr. Fernando Otávio do Espírito Santo
Sra. Flávia de Novaes Costa
Sr. Giovanni Moresco
Sra. Adriana Kátia Ternes Moresco
Sr. Alexandre dos Anjos
Sr. Renato Grillo Flach
Sr. Volnei Rosalen
Sr. Alessandro Pickcius
Sr. Wanderley Horn Hülse

Presidência

Presidente:

Des. Amaral e Silva

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador:

Juiz Jânio de Souza Machado



No ano de 2002, pela Coordenadoria de Magistrados, tramitaram 840 processos, número elevado para 919 no ano de 2003. Nestes números estão compreendidos os pedidos relacionados diretamente aos interesses pessoais de magistrados (licenças-prêmio, licenças médicas, aposentadorias, autorizações para frequência a curso no exterior, averbações de tempo de serviço etc.) como também pedidos relacionados às comarcas do Estado (aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, reformas e construções de prédios etc.).

No último ano foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos magistrados, importando na expedição do total de 85 atos (opções, remoções e promoções).

As dezesseis novas comarcas foram instaladas dentro dos prazos estabelecidos, sendo que os juízes instaladores foram os seus respectivos titulares, após escolhidos pelo Tribunal Pleno.

As parcerias com as Universidades foram intensificadas, instalando-se o Fórum Universitário no campus da UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul. E se encontram em adiantado andamento os projetos que buscam o mesmo objetivo nas comarcas de Balneário Camboriú, Brusque, Palhoça e Biguaçu.

A finalização de dois concursos de ingresso à magistratura permitiram que o quadro funcional fosse acrescido de 29 (vinte e nove) novos juízes substitutos, os quais foram distribuídos nas várias circunscrições judiciárias, lotados segundo necessidades da Administração em conjunção com os interesses dos magistrados.



FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE PROMOCÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

Merecimento

Promoção da Juíza Cândida Inês Zoellner
Promoção da Juíza Quitéria Tamanini Vieira Péres
Promoção da Juíza Brigitte Remor de Souza May
Promoção do Juiz Nelson Maia Peixoto
Promoção do Juiz Luiz Henrique Bonatelli
Promoção do Juiz Marcelo Pizolati
Promoção da Juíza Maria Terezinha Mendonça de Oliveira
Promoção do Juiz Dinart Francisco Machado
Promoção do Juiz Joarez Rusch
Promoção do Juiz Fábio Nilo Bagattoli
Promoção do Juiz Marcelo Elias Naschenweng
Promoção da Juíza Débora Driwin Rieger Zanini
Promoção do Juiz Rodrigo Pereira Antunes
Promoção do Juiz Cyd Carlos da Silveira
Promoção do Juiz Sérgio Luiz Junkes
Promoção da Juíza Daniela Ertel
Promoção do Juiz Vilmar Cardozo
Promoção do Juiz Solon Bitencourt Depaoli
Promoção do Juiz Ricardo Alexandre Fiúza
Promoção do Juiz Cláudio Márcio Areco Júnior
Promoção do Juiz Fernando Vieira Luiz
Promoção do Juiz Eduardo Camargo

Antigüidade

Promoção do Juiz Cássio José Lebarbenchon Angulski
Promoção do Juiz Edson Marcos de Mendonça
Promoção do Juiz Ricardo Rafael dos Santos
Promoção do Juiz Jaber Farah Filho



Promoção do Juiz Antônio Carlos Anselmo
Promoção do Juiz César Otávio Scirea Tesserolli
Promoção do Juiz Gerson Cherem II
Promoção do Juiz Sílvio José Franco
Promoção da Juíza Denise Helena Schild de Oliveira
Promoção da Juíza Denise Nadir Enke
Promoção do Juiz Décio Menna Barreto de Araújo Filho
Promoção do Juiz André Alexandre Happke
Promoção da Juíza Janine Stiehler Martins
Promoção da Juíza Andréa Cristina Rodrigues Studer
Promoção do Juiz Humberto Goulart da Silveira
Promoção do Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha
Promoção do Juiz Ademir Wolff
Promoção do Juiz Jefferson Zanini
Promoção da Juíza Alexandra Lorenzi da Silva Salles
Promoção do Juiz Rafael Fleck Arnt
Promoção da Juíza Mirian Regina Garcia Cavalcanti
Promoção do Juiz Marlon Jesus Soares de Souza

FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE REMOÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU:

Remoção do Juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Remoção do Juiz José Agenor de Aragão
Remoção do Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva
Remoção do Juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Remoção do Juiz Adilor Danieli
Remoção do Juiz Osmar Mohr
Remoção da Juíza Adriana Lisboa
Remoção da Juíza Liene Francisco Guedes
Remoção da Juíza Marisa Cardoso de Medeiros
Remoção do Juiz Roberto Ramos Alvim
Remoção do Juiz Paulo Marcos de Farias
Remoção do Juiz Geraldo Corrêa Bastos
Remoção da Juíza Eliane Alfredo Cardoso
Remoção da Juíza Tânia Regina Vieira Luiz
Remoção da Juíza Simone Boing Guimarães



Remoção do Juiz Renato Maurício Basso

Remoção da Juíza Patrícia Nollí

Remoção do Juíz Marcelo Pons Meirelles

Remoção do Juiz Yhon Tostes

Remoção do Juiz Hélio do Valle Pereira

Remoção do Juiz Gustavo Henrique Aracheski

Remoção do Juiz Romano José Enzweiler

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTE PEDIDOS DE OPÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU:

Opção do Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann

Opção do Juiz Jaime Luiz Vicari

Opção da Juíza Cláudia Inês Maestri Meyer

Opção do Juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Opção do Juiz Ronaldo Denardi

Opção do Juiz Davidson Jahn Mello

Opção do Juiz Antônio Carlos Junckes dos Santos

Opção da Juíza Haidée Denise Grin

Opção do Juiz Robson Luz Varela

Opção do Juiz Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva

Opção do Juiz Edir Josias Silveira Beck

Opção do Juiz Jânio de Souza Machado

Opção da Juíza Vânia Petermann Ramos de Mello

Opção da Juíza Elisa Maria Strapazzon

FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE PROMOÇÕES AO CARGO DE DESEMBARGADOR:

Promoção do Juiz Ricardo Orofino da Luz Fontes

Promoção do Juiz Salim Schead dos Santos

Promoção do Juiz Nicanor Calírio da Silveira

Promoção da Juíza Salete Silva Sommariva



FOI REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE 2º GRAU:

Ronaldo Moritz Martins da Silva

DIREÇÃO FO FORO:

Foram apreciadas e deferidas 38 (trinta e oito) indicações para a função de Diretor do Foro.

FORAM INSTALADAS AS SEGUINTE COMARCAS:

Araquari
Armazém
Ascurra
Campo Belo do Sul
Forquilha
Garopaba
Garuva
Herval do Oeste
Ipumirim
Itá
Itapoá
Modelo
Navegantes
Presidente Getúlio
Rio do Campo
Santa Rosa do Sul

PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE:

Juiz Hilton Cunha Júnior, Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito
Juiz Henry Goy Petry Júnior, Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito
Juiz Nicanor Calírio da Silveira, Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito
Desembargador José Gaspar Rubik, categoria Desembargador
Desembargador Pedro Manoel Abreu, categoria Desembargador
Juiz Paulo Roberto Sartorato, Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito



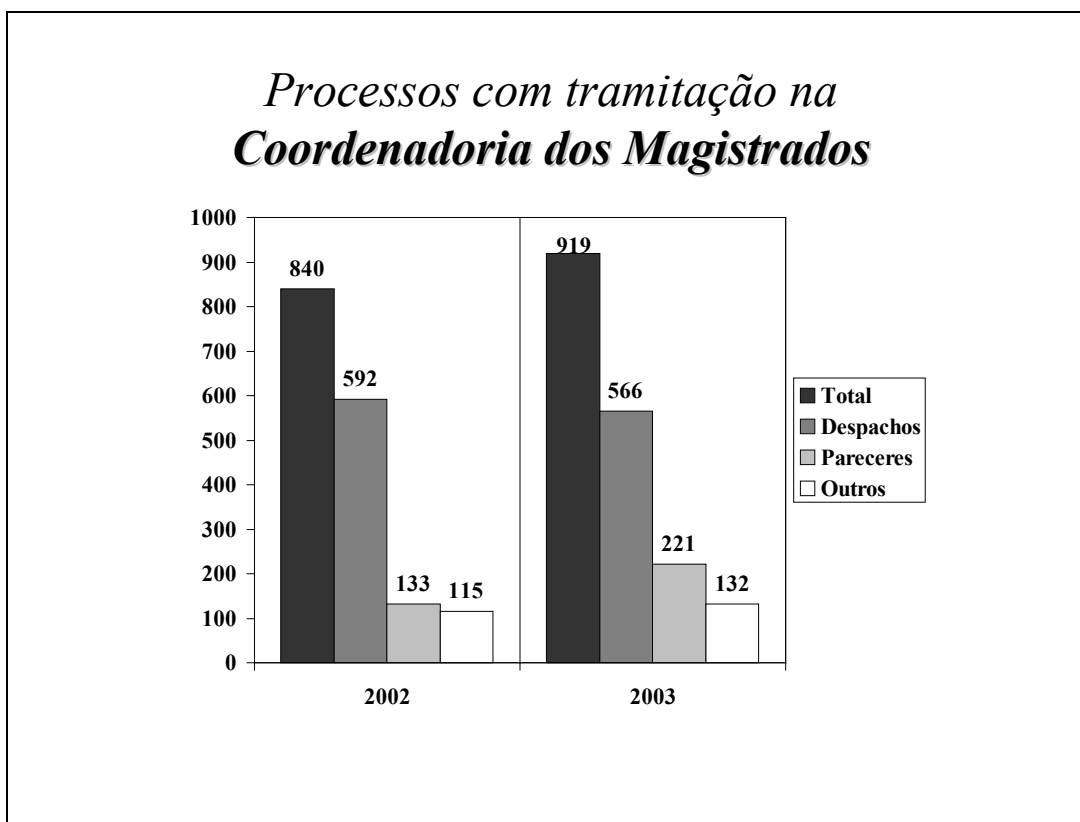
ADMISSÃO DE NOVOS JUÍZES SUBSTITUTOS:

Foram admitidos 29 (vinte e nove) novos Juízes Substitutos.

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DE ATOS REGIMENTAIS:

Foram apreciados e aprovados os Atos Regimentais ns. 58, 59, 60 e 61/03/TJ

GRÁFICO DEMONSTRATIVO



Assessoria de Comunicação Social

Conselheiro Responsável pela Área:

Des. Silveira Lenzi

Jornalista Responsável:

Ângelo Medeiros



Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2003, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 601 informes oficiais, assim divididos: 286 *releases* (matérias jornalísticas) e 325 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Em média, 2,03 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 95% de todo o material enviado às redações.

Além disso, a Assessoria de Comunicação Social do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – há jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta destes contatos, aliás, foram viabilizadas entrevistas do Presidente do Tribunal de Justiça, junto a emissoras de rádio e televisão, assim como a representantes da mídia nacional. A A.C.S, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Social neste período, sempre objetivando fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da Intranet e Internet, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo jurídico na seção “Notícias do TJ”. Também manteve, durante 2003, as edições do Boletim Informativo do Judiciário Catarinense, priorizando decisões judiciais de 1º e 2º grau e enfatizando ainda aspectos relacionados à administração da Justiça.



Em 2003, como grande destaque, o Poder Judiciário de Santa Catarina conquistou espaço na mídia eletrônica, com a produção do primeiro programa do TJ em emissora de TV aberta, o “Justiça Legal”, veiculado pela retransmissora do SBT em todo o território catarinense, num projeto idealizado pelo Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi e pelo juiz Ricardo Roesler, e que contou com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da empresa Free Lancer Produções – contratada através do devido processo licitatório. Pelo conjunto de atividades desenvolvidos neste semestre e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Comunicação Social considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações.

Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas

Conselheiro Responsável pela Área:

Des. Pedro Manoel Abreu

Assessores:

Bel. Alexandre do Anjos

Bel. Amauri Toccolini Felski

Bel. João Luiz Martelli Moreira

Bel. Liliane Cardoso Pereira

Bel. Maria Madalena Steinbach



Em 2003 a Assessoria de Planejamento consolidou o planejamento tático-operacional, cujo esforço iniciou-se com o planejamento estratégico em 2000. Foram catalogados, em sistema próprio, e desenvolvido no âmbito da própria assessoria, 307 projetos. Destes, 143 são projetos a ser implantados no próximo biênio, 90 encontram-se em execução e 74 foram concluídos. Os projetos implantados, ou em implantação, foram detalhados em 395 operações e 2.466 ações.

Para a construção do orçamento plurianual, a Assessoria compilou informações das diversas diretorias, compreendendo não apenas os projetos, mas também as atividades rotineiras que demandam recursos orçamentários, tais como pagamento de pessoal, gastos com manutenção de equipamentos e edificações, materiais de consumo, etc. Foram classificadas as despesas em conformidade com a Lei Orçamentária e destinados recursos para os anos de 2004 a 2007.

Desenvolvemos, ao longo do ano de 2003, a implantação gradativa do programa 5 “S” nas novas comarcas, que consiste em palestras ministradas pelos assessores de planejamento, em material de divulgação e em formulários específicos para controle de qualidade. Os programas foram implantados nas comarcas de Ascurra, Itapoá e Garuva, para as quais aproximadamente 50 servidores participaram das palestras.

Iniciamos também um amplo programa de consulta destinado aos nossos usuários da justiça de primeiro grau, pelo planejamento, simulação e implantação de formulário com as devidas caixas coletoras nas comarcas da Capital (fórum regional do Estreito e Norte da Ilha), São José, Palhoça, Ascurra e Garuva. Foram compilados 512 formulários, cujo conteúdo foi lançado em banco de dados específico e, posteriormente, compilados relatórios de análise destinados à direção do Foro e à Presidência do Tribunal, com sugestões de implantação de melhorias.

Outra atividade que mereceu destaque foi a retomada do programa de qualidade, do Governo Federal, com apoio da superintendência regional dos Correios. Nesta atividade foram realizadas aproximadamente 130 horas de reuniões, nas quais foram analisadas diversas ações da administração do Poder Judiciário Catarinense.



E, finalmente, a Asplan organizou diversas reuniões ao longo do ano de 2003: 2 reuniões gerais do corpo diretivo – com 24 horas de duração cada uma delas; 11 reuniões periódicas do corpo diretivo; 1 reunião do comitê de qualidade; 37 reuniões com diretores que pertencem à Diretoria-Geral Administrativa e aproximadamente 230 reuniões de planejamento e implantação de melhorias do Tribunal de Justiça.

Auditoria Interna

Coordenador:

Bel. Ivan Berlodi

Auditores:

Bel. Jozelito Neves Cunha

Bel. Nivaldo Nunes

Bel. Jorge Duarte Maciel

Bel. Luis Michels

Bel. Maristela Borges



A

Auditoria Interna, unidade de controle e assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2003, entre outros trabalhos, 555 manifestações em processos administrativos.

As manifestações, em quase a totalidade, envolveram a realização de despesas ou a geração de receitas, cabendo destacar: análise de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade; aditivos de contratos; aposentadoria de servidores; pedidos de devolução de valores recolhidos ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça e pagamento de parcelas de contrato; balanços, balancetes e relatórios de gestão fiscal.

Ademais, a Auditoria prestou assessoria ao Gabinete da Presidência, inclusive no atendimento às diligências oriundas do Tribunal de Contas do Estado.

Juntamente com o Gabinete da Presidência e a Assessoria de Planejamento, instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário.

Criou, ainda, projeto para disciplinar as rotinas administrativas em manuais, providência necessária para regular as atividades desenvolvidas pelos setores/servidores, o que propiciará maior controle, padronização e melhor avaliação de resultados. Foi designado grupo de estudo para desenvolver o projeto.

Relativamente ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ, a Auditoria Interna, além de atender as diversas consultas efetuadas pelos cartorários e demais interessados, coordenou a elaboração de propostas de resoluções sobre recolhimento dos valores nos cartórios judiciais e extrajudiciais. Também realizou auditorias em 55 cartórios extrajudiciais, abrangendo 11 comarcas, com o objetivo de verificar o recolhimento dos valores destinados ao FRJ e conscientizar sobre a maneira correta de fazê-lo.



Desse trabalho nos cartórios extrajudiciais resultaram as notificações nos seguintes valores:

COMARCA	NOTIFICAÇÕES EM 2003 (em Reais)	
	PENDENTES DE PAGTO	PAGAS
ARARANGUÁ	0,00	7.125,81
CAMPOS NOVOS	0,00	1.035,78
CANOINHAS	18.907,32	0,00
CAPITAL	26.150,17	13.773,86
GASPAR	5.167,39	0,00
JARAGUÁ DO SUL	4.395,46	0,00
PALHOÇA	10.511,61	31.093,14
SÃO FRANCISCO DO SUL	268,40	8.221,24
SÃO JOÃO BATISTA	0,00	1.895,03
XANXERÊ	0,00	1.781,78
XAXIM	0,00	4.878,41
SUBTOTAL	65.400,35	69.805,05
TOTAL ANUAL	135.205,40	

Acrescentamos que, com a lotação de um contador judicial nesta Auditoria, estão sendo implementados procedimentos para avaliar a cobrança de custas judiciais e despesas.

-
-

Casa da Cidadania

Conselheiro Responsável pela Área:

Des. Gaspar Rubik



BREVE HISTÓRICO

O Projeto CASA DA CIDADANIA, instituído pela Resolução Nº 2/01 – TJ, originou-se das idéias advindas da comarca de Tubarão e pretende oportunizar atendimento desburocratizado, informal e sem custo à população em geral, principalmente aos desprovidos de condições financeiras.

O Projeto vem comprovando que as parcerias são férteis e que os serviços prestados estão sendo de interesse da sociedade. Inúmeros municípios e instituições de ensino atenderam ao convite do Poder Judiciário, estas manifestando elevado interesse em instalar em suas dependências uma unidade da CASA DA CIDADANIA.

Hoje o Projeto conta com 64 (sessenta e quatro) unidades distribuídas em todas as regiões do Estado.

No âmbito do Poder Judiciário Catarinense, a coordenação do Projeto está localizada no edifício do Tribunal, contando com três funcionários, o Sr. Alcebir Dal Pizzol, na função de Secretário Executivo do Projeto, o Sr. Renato Boabaid, na função de Assessor designado para o Projeto, e a Sra. Eliedite Matos Ávila, na função de coordenadora do Projeto de Mediação Familiar.



DAS UNIDADES INSTALADAS

Segue abaixo, para conhecimento de todos, as unidades instaladas, as regiões a que pertencem e as respectivas datas de instalação:

Unidade	Região	Data
Camboriú	Litoral	28 de junho de 2000
Rio Maina (Criciúma)	Sul	23 de agosto de 2000
Curitibanos *	Planalto	23 de novembro de 2000
Catanduvas	Meio-Oeste	14 de maio de 2001
Palma Sola	Extremo-Oeste	15 de maio de 2001
São Miguel do Oeste	Extremo-Oeste	15 de maio de 2001
Ipuaçu	Extremo-Oeste	16 de maio de 2001
Ouro Verde	Extremo-Oeste	16 de maio de 2001
Canelinha	Vale do Rio Tijucas	12 de junho de 2001
Tijucas	Vale do Rio Tijucas	12 de junho de 2001
Vidal Ramos	Alto Vale do Itajaí	22 de junho de 2001
Vitor Meirelles	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Witmarsum	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Dona Emma	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Jose Boiteux	Alto Vale do Itajaí	6 de julho de 2001
Presidente Getúlio	Alto Vale do Itajaí	6 de julho de 2001
Timbó Grande	Planalto Norte	9 de julho de 2001
Jaborá	Meio-Oeste	10 de julho de 2001
Garuva	Norte	11 de julho de 2001
Próspera (Criciúma)	Sul	16 de julho de 2001
Pouso Redondo	Alto Vale do Itajaí	23 de julho de 2001
Leoberto Leal	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Imbuia	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Aurora	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Salete	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Rio do Campo	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Mirim Doce	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Laurentino	Alto Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Rio do Oeste	Alto Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Ascurra	Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Presidente Nereu	Vale do Itajaí	10 de agosto de 2001
Lontras	Vale do Itajaí	10 de agosto de 2001
Rio das Antas	Meio-Oeste	24 de agosto de 2001
Fraiburgo	Meio-Oeste	27 de agosto de 2001
Monte Carlo	Meio-Oeste	27 de agosto de 2001
Formosa do Sul	Oeste	28 de agosto de 2001
Irati	Oeste	28 de agosto de 2001
Águas Frias	Oeste	29 de agosto de 2001
Indaial	Vale do Itajaí	26 de setembro de 2001
Agronômica	Alto Vale do Itajaí	26 de setembro de 2001
Treze Tílias	Meio-Oeste	27 de setembro de 2001
Zortéa	Meio-Oeste	27 de setembro de 2001
Rio dos Cedros	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Timbó	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Benedito Novo	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001



Unidade	Região	Data
Doutor Pedrinho	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Iraceminha	Extremo-Oeste	10 de novembro de 2001
Maravilha	Extremo-Oeste	10 de novembro de 2001
Ilhota	Vale do Itajaí	14 de novembro de 2001
Piratuba	Oeste	15 de novembro de 2001
Florianópolis *	Litoral	19 de novembro de 2001
Cocal do Sul	Sul	20 de novembro de 2001
Tubarão	Sul	20 de novembro de 2001
Romelândia	Extremo-Oeste	1 de novembro de 2002
Lacerdópolis	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Ouro	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Ipira	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Luzerna	Meio-Oeste	21 de fevereiro de 2003
Joaçaba	Meio-Oeste	21 de fevereiro de 2003
Balneário Barra do Sul	Litoral Norte	22 de maio de 2003
Balneário Camboriú	Litoral Norte	17 de julho de 2003
Nova Trento	Vale do Itajaí	11 de setembro de 2003
Erval Velho	Meio-Oeste	18 de setembro de 2003
Petrolândia	Vale do Itajaí	24 de setembro de 2003

*Desativadas por motivos administrativos.

MUNICÍPIOS COM PESSOAL JÁ TREINADO AGUARDANDO INSTALAÇÃO DAS UNIDADES

COMARCA DE CANOINHAS

Município de Três Barras

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Município de Guaraciaba

COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Município de Jupia

COMARCA DE MARAVILHA

Município de São Miguel da Boa Vista

COMARCA DE ANITA GARIBALDI

Município de Celso Ramos



MUNICÍPIOS EM QUE AS UNIDADES AUTÔNOMAS DO PROJETO CASA DA CIDADANIA ESTÃO EM FASE DE CONSTRUÇÃO:

Laurentino
Leoberto Leal
Nova Trento
Palma Sola*
Rio do Campo
Rio do Oeste
Timbó Grande
Vitor Meireles*
Witmarsum
José Boiteux

* Unidades concluídas aguardando inauguração

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM A CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DO PROJETO CASA DA CIDADANIA NO PRÓXIMO QUADRIÊNIO, CONFORME PPA:

2004	2005
IRACEMINHA PIRATUBA F.POLIS – NORTE DA ILHA CAMPO ALEGRE BOTUVERÁ	CAMBORIÚ JABORÁ CANELINHA DESCANSO DIONÍSIO CERQUEIRA
2006	2007
RIO DAS ANTAS RIO MAINA LUZERNA ITÁ ITAPIRANGA	TREZE TÍLIAS SALETE PASSO DE TORRES OURO SÃO JOÃO DO SUL

PEDIDOS PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS CASAS DA CIDADANIA

Existe em tramitação, em fase de análise, neste Tribunal, aproximadamente 50 (cinquenta) pedidos para instalação de Casas da Cidadania, provenientes de prefeituras e universidades.



CAPACITAÇÃO DOS CONCILIADORES E SECRETÁRIOS

Já foram realizados pelo Tribunal de Justiça, visando ao aprimoramento das pessoas que atuam nas Casas, os seguintes eventos:

CAPACITAÇÃO INICIAL À DISTÂNCIA – JUIZADOS DA CIDADANIA

Em parceria com o Governo Federal, FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Governo Estadual, Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e SINE/SC. Foram treinadas cerca de 2.800 (duas mil e oitocentas) pessoas, direcionadas especificamente para exercerem atendimento desburocratizado, informal e sem custo à população, objetivo primordial da Casa da Cidadania. O curso ocorreu em dezembro de 2000.

CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA – (julho de 2001 a maio de 2003)

Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelas Doutoras Elisabet Valero Moreira e Raiama Fernanda Ceriotti Toassi. Foram realizados 8 (oito) eventos em diversas regiões do Estado, envolvendo os secretários e conciliadores em atividade e/ou de unidades em que os serviços vêm sendo instalados.

CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
I – PRESIDENTE GETÚLIO	30 e 31 de julho de 2001	42
II – FRAIBURGO	7 a 9 de setembro de 2001	37
III – BALNEÁRIO CAMBORIÚ	5 a 7 de outubro de 2001	33
IV – SÃO MIGUEL DO OESTE	27 a 28 de outubro de 2001	55
V – TUBARÃO	19 e 20 de novembro de 2001	23
VI – FLORIANÓPOLIS	18 e 19 de março de 2002	32
VII – BALNEÁRIO CAMBORIÚ	17 e 18 de junho de 2002	34
VIII – BALNEÁRIO CAMBORIÚ	10 e 11 de abril de 2003	31
IX – CRICIÚMA	29 a 30 de agosto de 2003	43
TOTAL DE PESSOAS TREINADAS		330

CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 1ª PARTE – PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA – (junho de 2002 a maio de 2003).

Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelo professor Juan Carlos Vezzulla. Foram realizados 6 (seis) eventos em diversas regiões do Estado, envolvendo os conciliadores e secretários das unidades do Projeto.



CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
I – BLUMENAU	27 a 29 de junho de 2002	28
II – FRAIBURGO	10 a 13 de julho de 2002	26
III – SÃO MIGUEL DO OESTE	1º a 3 de agosto de 2002	30
IV – GRAVATAL	7 a 10 de agosto de 2002	18
V – RODEIO	28 a 31 de agosto de 2002	21
VI – BALNEÁRIO CAMBORIÚ	14 a 16 de maio de 2003	53
TOTAL DE PESSOAS TREINADAS		176

CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 2ª PARTE – PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA – (outubro de 2002 a maio de 2003).

Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelo professor Juan Carlos Vezzulla. Foram realizados 6 (seis) eventos em diversas regiões do Estado, envolvendo os conciliadores e secretários das unidades do Projeto.

CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
I – ABELARDO LUZ	2 a 4 de outubro de 2002	27
II – LAGUNA	16 a 18 de outubro de 2002	25
III – TREZE TÍLIAS	20 a 22 de novembro de 2002	32
IV – PRESIDENTE GETÚLIO	4 a 6 de dezembro de 2002	27
V – RODEIO	11 a 13 de dezembro de 2002	25
VI – FLORIANÓPOLIS	28 a 30 de maio de 2003	37
TOTAL DE PESSOAS TREINADAS		173

CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 3ª PARTE – PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA – (junho a agosto de 2003). Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado por servidores deste Tribunal.

Foram realizados quatro eventos envolvendo, igualmente, as cinco regiões do Estado, nos quais participaram principalmente conciliadores e mediadores que atuam em questões familiares. Além do conhecimento específico e das técnicas próprias da mediação, ministrado pela Sra. Eliedite Mattos Ávila, mestre em serviço social, foi ministrado conteúdo referente a questões básicas de direito de família pelo Sr. Alcebir Dal Pizzol, bacharel em Serviço Social e Direito.

CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
I – SÃO CARLOS	11 a 13 de junho de 2003	17
II – PIRATUBA	16 a 18 de julho de 2003	36
III – BLUMENAU	30 e 31 de julho e 1º de agosto de 2003	31
IV – BALNEÁRIO CAMBORIÚ	13 a 15 de agosto de 2003	36
TOTAL DE PESSOAS TREINADAS		120

PARTICIPAÇÃO NO 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTA CATARINA – Novembro de 2003.



O evento contou com representantes de todas as Casas da Cidadania do Estado. Além de acompanhar as palestras gerais, eles participaram da oficina específica sobre Casa da Cidadania. Também foi realizada avaliação do Projeto por parte dos expositores, dos coordenadores de mesa, bem como dos participantes.

CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	27 a 28 de novembro de 2003	153

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

PRIMEIRO ENCONTRO DOS JUÍZES COORDENADORES DO PROJETO CASA DA CIDADANIA

Realizou-se no dia 9 de maio de 2003 neste egrégio Tribunal, o Primeiro Encontro dos Juízes Coordenadores das unidades do Projeto Casa da Cidadania. Tal evento contou com a valorosa participação dos Desembargadores Carlos Alberto Silveira Lenzi, Alcides dos Santos Aguiar, Pedro Manoel Abreu e José Gaspar Rubik e a de outros magistrados.

Na ocasião foram expostos a situação do Projeto e o sistema de capacitação. Também foi feita uma avaliação desse projeto, a qual resultou em uma análise proveitosa em relação à continuidade, à ampliação e ao aprimoramento dos serviços em andamento.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Outra avaliação ocorreu por ocasião do 1º Seminário internacional de direito de família, infância e juventude de Santa Catarina, onde se faziam presentes o Coordenador estadual do Projeto Casa da Cidadania, Des. Gaspar Rubik, alguns magistrados e conciliadores das diversas unidades do Projeto.

ENCONTROS DE CAPACITAÇÃO

Uma das formas constante de avaliação dos serviços vem ocorrendo durante a realização dos eventos de capacitação, à medida em que as experiências vão sendo expostas pelos participantes – feitas as abordagens, oportunizam-se avaliação, reflexão, melhoramento e formação constante. Observa-se uma motivação destacada por parte dos conciliadores na maioria das unidades do Projeto.



DADOS FORNECIDOS PELA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

A Corregedoria-Geral da Justiça está incumbida da coleta de dados estatísticos dos serviços realizados por todas as unidades do Projeto. O sistema que se encontra em fase de aprimoramento permite a análise de alguns dos dados que já foram catalogados.

NÚMERO APROXIMADO DE SECRETÁRIOS E CONCILIADORES/MEDIADORES EM ATIVIDADE

Secretários: 64 (servidores públicos municipais colocados à disposição do projeto e funcionários das Universidades).

Conciliadores/Mediadores: 132 – alguns servidores públicos municipais; na maioria voluntários, estudantes universitários, prevalecendo aposentados em diversas áreas profissionais.

Ouvidoria dos Servidores

Ouvidor:

Bel. JONAS ARAÚJO



RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS ATENDIMENTOS

Formas de comunicação dos servidores para com a Ouvidoria

Desde a Criação da Ouvidoria, na data de 22/04/2003 até o dia 19/12/2003 foram realizados 928 (novecentos e vinte e oito) atendimentos, sendo:

- 656 - e-mails;
- 198 - ligações;
- 74 - pessoalmente.

Atendimentos

Como já descrito, ocorreram 928 atendimentos através desta Ouvidoria, sendo que:

- 914 - atendimentos foram respondidos;
- 14 - atendimentos estão pendentes, pois foram encaminhados para os setores responsáveis para serem respondidos.

Tipos de manifestação

Foram diversas as manifestações dos Servidores, entre elas:

- 374 - Pedidos de informações;
- 138 - Acompanhamento de Processos Administrativos;
- 123 - Solicitações;
- 84 - Reclamações;
- 81 - Elogios;
- 67 - Críticas;
- 61 - Sugestões.



Assuntos Abordados pelos Servidores

Os assuntos abordados pelos servidores através dos atendimentos, foram:

106 - Pagamento dos atrasados	21 - Criação da Ouvidoria;
84 - Bolsa de estudos	20 - Plano de carreiras, cargos e vencimentos;
71 - Agradecimentos pelo atendimento	19 - Pagamento dos atrasados – URV;
59 - Informações diversas	17 - Reuniões;
59 - Questão salarial	16 - Aposentadoria;
59 - Retorno das 6 horas	15 - Auxílio-alimentação;
49 - Gratificações	15 - Licença- prêmio;
49 - Informações sobre o precatório	14 - Férias;
48 - Remoção	13 - Auxílio-creche;
36 - Assuntos relacionados à saúde	05 - Jogos da Família Forense;
32 - Horário de final de ano (Recesso)	04 - Central de Mandados;
32 - Sugestões diversas	04 - Estágio probatório;
25 - Reajuste salarial	03 - Sindicato/SINJUSC;
23 - Abono	03 - Pedidos de Computadores;
23 - Cursos	02 - Reforma do prédio do TJ;
	02 – Novo Sistema de Crachá do TJ



Lotação dos servidores que se comunicaram com a Ouvidoria

Os servidores que se comunicaram com a Ouvidoria pertencem aos seguintes locais:

99 – Tribunal de Justiça;	05 – Capivari;
64 – Joaçaba;	05 - Criciúma;
53 – São José;	05 – São Francisco do Sul;
52 – Blumenau;	05 – São Miguel;
51 – Capital;	04 – Ascurra;
31 – Joinville;	04 – Barra Velha;
26 – Itajaí;	04 – Campo Erê;
24 – Braço do Norte;	04 – Palhoça;
23 – Brusque;	04 – Rio do Oeste;
22 – Chapecó;	04 – Santa Cecília;
20 – Lages;	04 - São João Batista;
20 – Tubarão;	03 – Curitiba;
19 – Correia Pinto;	03 – Fraiburgo;
18 – Balneário Camboriú;	03 – Ibirama;
17 – Jaraguá do Sul;	03 – Maravilha;
16 – Camboriú;	03 – Navegantes;
16 – Laguna;	03 – Piçarras;
16 – Videira;	03 – Pomerode;
15 – Herval D´Oeste;	03 – Porto Belo;
14 – Coronel Freitas;	03 – Quilombo;
13 – Gaspar;	03 – Xanxerê;
13 – Guaramirim;	02 – Biguaçu;
13 – Jaguaruna;	02 – Campo Belo do Sul;
13 – Pinhalzinho;	02 – Campos Novos;
12 – Catanduvas;	02 – Cunha Porã;
12 - São Joaquim;	02 – Dionizio Cerqueira;
11 – Concórdia;	02 – Garuva;
11 – Sombrio;	02 – Mondai;
11 – Turvo;	02 – Papanduva;
10 – Itapema;	02 – Ponte Serrada;
10 – Rio do Sul;	02 – Rio Negrinho;
09 – São Bento do Sul;	02 – São Domingos;
08 – Itapoá;	02 – Seara;
08 – Mafra;	01 – Fontes;
07 – Caçador;	01 – Modelo;
07 – Indaial;	01 – Rio do Campo;
07 – Itaiópolis;	01 – Santo Amaro;
06 – Porto União;	01 – São José do Cedro;
06 – Tijucas;	01 – Urusanguá;
05 – Araranguá;	

Vice-Presidência

Vice-Presidente:

Des. Alberto Luiz da Costa



SUSPENSÃO DE LIMINARES

1. Pedido de suspensão de liminares = 102, sendo 35 deferidos; 55 indeferidos; 09 prejudicados e 03 não conhecidos.
2. Pedido de suspensão de execução de tutela antecipada = 03 indeferidos.
3. Pedido de suspensão de execução de sentença = 17, sendo 10 deferidos; 06 indeferidos e 01 não conhecido.
4. Pedido de suspensão de segurança = 13, sendo 02 deferidos e 11 indeferidos.
5. Agravo no pedido de suspensão de liminar = 05, sendo 02 indeferidos; 02 não conhecidos e 01 prejudicado.
6. Pedido de suspensão de sentença = 01 prejudicado.
7. Pedido de desistência (agravo no pedido de suspensão de liminares) = 2
8. Agravo em agravo (§ 3º, art. 4º da Lei 8437/92) = 10, sendo 01 extinto e 09 não conhecidos.
9. Agravo Regimental = 02, sendo um dado provimento parcial e outro negado provimento .
10. Reclamação incidental à suspensão de segurança = 01 improcedente.
11. Pedido de reconsideração = 02 não conhecidos.
12. Embargos de declaração = 2



DESPACHOS PROFERIDOS EM PROCESSOS REFERENTES AO PREPARO RECURSAL

1. Pedido de assistência judiciária = 1295, sendo que 1053 deferidos e 242 indeferidos.
2. Encaminhados ao TRF da 4ª Região, dada a sua competência = 37
3. Deserção decretada por falta do pagamento do preparo recursal = 166
4. Processos encaminhados à comarca de origem, ante a inoccorrência do duplo grau de jurisdição (art. 475 do CPC) = 11
5. Insuficiência do preparo recursal (valor a menor) = 14
6. Embargos de declaração = 02
7. Abertura do prazo para a parte recorrer na comarca de origem = 05
8. Desnecessidade de recolhimento do preparo recursal (menor, réu revel) = 10
9. Preparo em processos criminais = 23
10. Recolhimento do preparo a final = 03
11. Preparo recursal (sentença única que julga vários processos) = 11
12. Diligência para comprovar o recolhimento do preparo recursal = 69
13. Impugnação a assistência judiciária = 07
14. Pedido de reconsideração = 40, sendo 34 deferidos e 06 indeferidos.
15. Desistência = 01
16. Incompetência 1ª Vice= 01
17. Não-conhecimento = 01

TOTAL DE DESPACHOS = 1619



COMISSÃO DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1. Processos recebidos = 153
2. Processos resolvidos = 42
3. Processos distribuídos para estudo = 153
4. Processos em diligência = 04
5. Processos sobrestados pela Comissão que tratam da criação de comarca e/ou vara = 44
6. Processos sobrestados pela Comissão que tratam da criação ou instalação de Cartório Extrajudicial = 09
7. Processos sobrestados pela Comissão no aguardo da elaboração do novo CDOJESC = 08
8. Processos que se encontram e diligência = 08

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Edição da revista Jurisprudência Catarinense, vol. 97;

Edição da revista Jurisprudência Catarinense, vol. 98;

Edição da revista Jurisprudência Catarinense, vol. 99;

Edição comemorativa da revista Jurisprudência Catarinense, vol. 100, com novo leiaute da capa, acompanhada de 5 volumes em CD-ROM das 100 edições da revista de Jurisprudência Catarinense;



CONSELHO DA MAGISTRATURA

1. Processos recebidos: 28
2. Processos julgados: 22
3. Recurso de decisão = 04
 - Pedido de providências = 05
 - Consulta = 02
 - Recurso de concurso = 10
 - Reclamação = 01

LEVANTAMENTO DOS CONCURSOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 2002/2003

Cargo: Odontólogo

Edital n. 81/2001, publicado no Diário da Justiça de 29/8/2001

- Comissão Examinadora: Des. Alberto Costa, Presidente; Pedro Luís Linsmeyer e Alexandre dos Anjos, membros; Izabel Costa Ungaretti, Secretária.
- Número de inscritos: 198
- Número de aprovados: 137
- Obs.: O concurso está *sub judice*, em virtude de Mandado de Segurança impetrado por candidato.



CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE

- Abertura - Edital nº 05/2002
- Inscrições - de 04 de abril a 03 de maio de 2002
- Inscritos - 1.756 candidatos

Prova Preliminar – aplicada em 04 de agosto

- Aprovados - 7 (sete) candidatos
- Julgamento dos recursos - 09 de setembro
- Incluídos - 18 (dezoito) candidatos
- Incluídos, mediante Mandado de Segurança – 2 (dois) candidatos

Prova Técnica, primeira parte – aplicada em 13 de outubro

- Aprovados - 27 (vinte e sete) candidatos

Prova Técnica – Direito Civil – aplicada em 1º de novembro

- Aprovados - 14 (quatorze candidatos)

Prova Técnica – Direito Penal – aplicada em 04 de novembro

- Aprovados - 7 (sete) candidatos

Aptos à Prova Oral – 5 (cinco) candidatos

- Incluído, após julgamento dos recursos – 1 (um) candidato
- Prova Oral - aplicada em 06 de janeiro de 2003-12-01

HABILITADOS NO CONCURSO 6 (seis) candidatos



CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE

- Abertura - Edital nº 23/02
- Inscrições - de 20 de novembro a 19 de dezembro de 2002
- Inscritos - 1.459 candidatos

Prova Preliminar – aplicada em 16 de março

- Aprovados - 187 (cento e oitenta e sete) candidatos
- Julgamento dos recursos - 09 de abril
- Incluídos - 40 (quarenta) candidatos

Prova Técnica, primeira parte – aplicada em 27 de abril

- Aprovados - 103 (cento e três) candidatos
- Julgamento dos recursos – 12 de maio
- Incluídos - 22 (vinte e dois) candidatos

Prova Técnica – Direito Penal – aplicada em 25 de maio

- Aprovados - 24 (vinte e quatro) candidatos

Prova Técnica – Direito Civil – aplicada em 1º de junho

- Aprovados - 99 (noventa e nove) candidatos

Aptos à Prova Oral – 22 (vinte e dois) candidatos

- Julgamento dos recursos – 04 de julho
- Incluídos– 15 (quinze) candidatos

Prova Oral - aplicada de 14 a 18 de julho (37 candidatos)

HABILITADOS NO CONCURSO 26 (vinte e seis) candidatos



CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE

EM ANDAMENTO

Abertura - Edital nº 25/03

Inscrições - de 05 de setembro a 04 de outubro

Inscritos - 2.059 candidatos

Prova Preliminar – aplicada em 09 de novembro

Aprovados - 142 (cento e quarenta e dois) candidatos

Julgamento dos recursos - 15 de dezembro

CONCURSO PARA O CARGO DE ADVOGADO DA JUSTIÇA MILITAR

ENCERRADO.

Abertura: Edital n. 01/00-AJM (21/02/00 a 21/03/00)

Vagas: 01

Inscrições: 47 candidatos inscritos, sendo deferidas 41 inscrições.

Prova preliminar: aplicada em 15/12/00

Habilitados: 41 candidatos

Prova de conhecimentos específicos: aplicada em 04/11/01



Habilitados: 12 candidatos

Prova oral: aplicada em 15/06/02

Habilitados: 09 candidatos

Resultado: aprovados 04 candidatos

Nomeado o bacharel Rodrigo Tadeu Pimenta de Oliveira – Ato n. 434 de 08/07/02.

CONCURSO PARA INGRESSO E REMOÇÃO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO

EM ANDAMENTO

Abertura - Edital nº 62/2000

Inscrições - 09 de outubro a 08 de novembro de 2.000

Inscritos - 1.940 candidatos

Prova Preliminar – comum a todas as categorias – aplicada em 18/11/2001

Aprovados:

Registro Civil - 120 candidatos

Registro de Imóveis - 234 candidatos

Tabelionato de Notas - 269 candidatos

Escrivania de Paz - 201 candidatos



Prova Técnica

Registro Civil - aplicada em 25.05.2002

Aprovados - 03 (três) candidatos

Registro de Imóveis - aplicada em 26.05.2002

Aprovados - 79 (setenta e nove) candidatos

Tabelionato de Notas - aplicada em 08.06.2002

Aprovados - 88 (oitenta e oito) candidatos

Escrivania de Paz - aplicada em 09.06.2002

Aprovados - 123 (cento e vinte e três) candidatos

Julgados os recursos, pelo Conselho da Magistratura e pela Comissão Examinadora, foram incluídos 2 (dois) candidatos na categoria de Registro Civil.

Publicação dos candidatos aptos à prova oral - 27.11.2003

Publicação das normas para a prova oral - 27.11.2003

Situação do concurso:

Aguardando julgamento de 2 (dois) recursos ao Tribunal Pleno para definição de dia para aplicação da prova oral.

2ª Vice-Presidência

2º Vice-Presidente:



Atividades Realizadas na 2ª Vice-Presidência

PENDENTES DE 2002		
NATUREZA	fixos	Pend. Var
RespCível	244	6
RE/Resp Cível	266	14
RECível	20	2
Med. Cautelar	0	0
Diversos	2	0
REspCrime	14	0
RECrime	0	0
RE/REspCrime	6	0
TOTAL	552	22

JANEIRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	54	89	5
RE/Resp Cível	53	97	12
RECível	37	35	2
Medida Cautelar	1	1	0
Diversos	63	60	0
RespCrime	12	8	0
RECrime	1	1	0
RE/RespCrime	6	2	0
TOTAL	227	293	19

FEVEREIRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	207	112	24
RE/RespCível	87	65	15
RECível	60	57	4
Medida Cautelar	3	3	0
Diversos	65	64	1
REspCrime	16	15	0
RECrime	0	0	0
RE/REspCrime	10	8	0
TOTAL	448	324	44



MARÇO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	254	128	33
RE/RespCível	171	63	28
RECível	255	209	14
Medida Cautelar	4	4	0
Diversos	77	68	1
REspCrime	15	12	0
RECrime	1	0	0
RE/REspCrime	14	4	0
TOTAL	791	488	76

ABRIL

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	174	79	32
RE/RespCível	148	32	50
RECível	102	60	6
Medida Cautelar	6	3	0
Diversos	65	72	0
REspCrime	13	34	0
RECrime	0	1	0
RE/REspCrime	4	22	0
TOTAL	512	303	88

MAIO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	230	118	73
RE/RespCível	142	117	58
RECível	95	97	14
Medida Cautelar	5	5	0
Diversos	81	69	1
RespCrime	26	20	0
RECrime	1	1	0
RE/RespCrime	19	21	0
TOTAL	599	448	146

JUNHO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	248	166	89
RE/RespCível	211	99	116
RECível	101	96	21
Medida Cautelar	3	4	1
Diversos	82	79	1
REspCrime	15	19	1
RECrime	1	1	0
RE/REspCrime	10	12	0
TOTAL	671	476	229



JULHO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	116	128	48
RE/RespCível	92	79	48
RECível	16	18	7
Medida Cautelar	4	3	0
Diversos	71	72	1
REspCrime	8	7	0
RECrime	0	0	0
RE/REspCrime	0	0	0
TOTAL	307	307	104

AGOSTO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	258	117	110
RE/RespCível	223	80	149
RECível	77	32	31
Medida Cautelar	5	7	0
Diversos	74	79	1
REspCrime	21	18	0
RECrime	4	3	0
RE/REspCrime	10	6	4
TOTAL	672	342	295

SETEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	208	176	121
RE/RespCível	102	113	62
RECível	35	32	16
Medida Cautelar	2	2	0
Diversos	107	93	4
REspCrime	23	19	0
RECrime	4	3	0
RE/REspCrime	10	8	0
TOTAL	491	446	203



OUTUBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	178	172	101
RE/RespCível	112	80	86
RECível	36	18	18
Medida Cautelar	4	4	0
Diversos	91	80	7
REspCrime	14	17	0
RECrime	3	4	0
RE/REspCrime	10	10	0
TOTAL	448	385	212

NOVEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	190	189	121
RE/RespCível	159	91	122
RECível	24	34	13
Medida Cautelar	1	0	0
Diversos	69	78	4
REspCrime	17	17	3
RECrime	4	3	0
RE/RespCrime	12	8	2
TOTAL	476	420	265

DEZEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	168	157	135
RE/RespCível	152	102	140
RECível	15	26	11
Medida Cautelar	3	4	0
Diversos	58	44	26
REspCrime	22	16	10
RECrime	3	5	0
RE/REspCrime	13	12	5
TOTAL	434	366	327

ACUMULADA DO 1º SEMESTRE			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	1167	692	256
RE/RespCível	812	473	279
RECível	650	554	61
Medida Cautelar	22	20	1
Diversos	433	412	4
RespCrime	97	108	1
RECrime	4	4	0
RE/RespCrime	63	69	0
TOTAL	3248	2332	602



ACUMULADA DO 2º SEMESTRE			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	1118	939	636
RE/RespCível	840	545	607
RECível	203	160	96
Medida Cautelar	19	20	0
Diversos	470	446	43
REspCrime	105	94	13
RECrime	18	18	0
RE/REspCrime	55	44	11
TOTAL	2828	2266	1406

ESTATÍSTICA ANUAL - 2003				
NATUREZA	PEND 2002	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	243	2285	1631	898
RE/RespCível	266	1652	1018	900
RECível	20	853	714	159
Medida Cautelar	0	41	40	1
Diversos	2	903	858	47
REspCrime	14	202	202	18
RECrime	0	22	22	0
RE/REspCrime	6	118	113	11
TOTAL	551	6076	4598	2034

3ª Vice-Presidência

3º Vice-Presidente:

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi



Atividades Realizadas na 3ª Vice-Presidência

Recursos pendentes – processos conclusos em gabinete	
Recurso extraordinário em apelação cível	02
Recurso extraordinário em agravo de instrumento	09
Recurso extraordinário em mandado de segurança	04
Recurso extraordinário em ação direta de inconstitucionalidade	03
Recurso extraordinário em reclamação	01
Recurso especial em apelação cível	07
Recurso especial em agravo de instrumento	45
Recurso especial em mandado de segurança	03
Recurso especial em ação direta de inconstitucionalidade	03
Recurso especial em embargos infringentes	01
Recurso especial em recurso de decisão	01
Agravo regimental em recurso especial em apelação cível	01
Agravo regimental em recurso extraordinário em apelação cível	01

Recursos analisados	
Recurso extraordinário em apelação cível	01
Recurso extraordinário em agravo de instrumento	09
Recurso extraordinário em mandado de segurança	03
Recurso extraordinário em embargos infringentes	01
Recurso extraordinário em agravo regimental no agravo de instrumento	02
Recurso extraordinário em apelação criminal	01
Recurso especial em apelação cível	02
Recurso especial em agravo de instrumento	39
Recurso especial em agravo regimental no agravo de instrumento	02
Recurso especial em medida cautelar incidental	01
Recurso especial em apelação criminal	01
Medida cautelar no recurso extraordinário em apelação criminal	01
Medida cautelar no recurso especial em apelação criminal	01
Medida cautelar no recurso especial em agravo de instrumento	03
Embargos de declaração em recurso especial em apelação cível	03
Embargos de declaração em recurso extraordinário em apelação cível	02
Embargos de declaração na medida cautelar em agravo de instrumento	01
Impugnação à assistência judiciária em recurso especial em agravo regimental no agravo de instrumento	01

Corregedoria-Geral da Justiça

Corregedor-Geral da Justiça:

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Vice-Corregedor Geral da Justiça:

Des. João Eduardo Souza Varella

Juizes Corregedores Auxiliares:

Paulo Henrique M. Martins da Silva

Roberto Lucas Pacheco

Túlio José Moura Pinheiro



INTRODUÇÃO

Atendendo à norma inserta no artigo 383, inciso XIX, da Lei no 5.624, de 9 de novembro de 1979 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), tenho a honra de apresentar a esse egrégio Conselho da Magistratura o presente Relatório Anual, alusivo ao ano de 2003, expediente que procura retratar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça.

O trabalho desenvolvido foi fruto da dedicação de uma equipe, razão por que merece registro a valiosa colaboração do Vice-Corregedor, dos Juízes-Corregedores e dos servidores deste Órgão Correicional, que se valeram de seus esforços para poder realizar o serviço de modo a engrandecer ainda mais a Justiça Catarinense.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Corregedoria-Geral da Justiça, em dando continuidade ao trabalho árduo e fecundo daqueles que nos antecederam nas administrações anteriores, desenvolveu, no ano que se finda, tarefas das mais intensas, no campo administrativo, censório e especialmente na orientação dos Magistrados e Magistradas do nosso Estado.

Para isso, contamos com o esforço dos 50 servidores do nosso quadro e dos 03 Juízes-Corregedores.

Visitamos 25 comarcas, sendo que em algumas delas também estava presente um Juiz-Corregedor.

Merecem destaque os membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, que possibilitaram o julgamento de 74 processos de habilitação internacional. Neste ano, em nosso Estado, foram notificados à CEJA o recebimento de 195 crianças em adoção por nacionais e 34 por estrangeiros, com relevo, quanto a estas últimas, para a aceitação de grupos de irmãos e de crianças maiores.

Na área da infância, participamos de conclaves, palestras e entrevistas para divulgar a idéia da proteção mais ampla aos nossos pequeninos e indefesos irmãos, de modo a conferir-lhes seus direitos fundamentais.

Ressalte-se, ainda, a assinatura de convênio de cooperação entre as Corregedorias-Gerais da Justiça de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que permitirá agilizar o encaminhamento de crianças – sobretudo maiores de 7 anos – para adoção, em razão da viabilização de consulta a interessados inscritos nas comarcas dos dois Estados, através de um sistema interligado de informações.

Estivemos acompanhados de Juízes-Corregedores em três Encontros de Corregedores-Gerais da Justiça, os quais nos enriqueceram sobretudo pela troca de experiências, novos conhecimentos adquiridos e aperfeiçoamento do Órgão em face às complexas tarefas que nos estão afetas.

Foram baixados dezoito provimentos, todos do maior relevo, bem como se procedeu à finalização da revisão do Código de Normas do Foro Judicial. O Código do Foro Extrajudicial está com sua atualização em fase de conclusão.

Merece destaque a implementação de convênio entre o Estado de Santa Catarina, através da



Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça, que possibilitou o intercâmbio de informações cadastrais entre os Poderes. Com a nova sistemática as comarcas/varas terão acesso direto ao “Sistema Pro3”, da Polícia Civil, composto dos seguintes bancos: a) Identificação Civil; b) Identificação Criminal; c) Armas; d) Cadastro de Proprietário de Veículos - Detran; e) Infoseg (nacional); f) SINARM (nacional) e g) Informações Penitenciárias. De outro lado, a Polícia Civil e a Polícia Militar passarão a ter acesso pleno às informações do “Sistema de Antecedentes Criminais e outras Ocorrências” deste Órgão Censório.

Ressalte-se a instituição do “Mutirão de Sentenças”, através do Provimento 12/2003, que determinou a remessa de processos de várias unidades jurisdicionais do Estado para análise e julgamento pelos 25 Juízes Substitutos empossados no ano de 2003 e automaticamente matriculados na Academia Judicial do Tribunal de Justiça.

Registre-se que, após o trâmite administrativo adequado, opinamos pelo vitaliciamento de 23 Juízes e Juízas Substitutos, tendo sido os respectivos processos remetidos ao egrégio Conselho da Magistratura para apreciação.

Foi bem sucedido o acompanhamento dos 31 novos juízes substitutos. Por seu turno, a Academia Judicial revelou-se da mais alta valia em face da sua magna tarefa.

Consigna-se, por oportuno, que este Corregedor recebeu em gabinete 48 (quarenta e oito) Juízes de Direito e Substitutos de todo o Estado e 33 (trinta e três) advogados; por 11 (onze) vezes, Procuradores de Justiça, além de 21 (vinte e uma) outras autoridades, entre elas Deputados, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e o Corregedor-Geral do Ministério Público. Houve, também, atendimento ao público em geral, num total de 39 (trinta e nove) pessoas. Além das inspeções e correições, ocorreram 19 (dezenove) participações em palestras, entrevistas para televisão, reuniões ligadas à Academia Judicial e à segurança dos Magistrados, solenidades relacionadas à CEJA e visita ao Hospital Psiquiátrico.

Destarte, a Corregedoria-Geral da Justiça desta Corte, notadamente em face à dedicação extraordinária dos que ali laboram, do mais humilde servidor ao titular do Órgão, procurou cumprir o papel que lhe é inerente.



INSPEÇÕES REALIZADAS E PROVIMENTOS EDITADOS

Para uma melhor visualização das inspeções judiciais e extrajudiciais realizadas e dos provimentos exarados no ano que passou, foram elaborados os quadros a seguir, contendo os dados pertinentes às referidas atividades:

QUADRO 1 - INSPEÇÕES

COMARCA	JUDICIAL	EXTRAJUDICIAL
CAPITAL		CGJ-527/2003 CGJ-547/2003 CGJ-558/2003
CHAPECÓ	CGJ 326/2003	
SÃO JOÃO BATISTA	CGJ-548/2003	
TUBARÃO	CGJ-109/2003	
URUSSANGA		CGJ-498/2003

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº	EMENTAS
jan/03	Dispõe sobre o processo de habilitação de casamento.
fev/03	Altera a redação do artigo 416 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça – Foro Extrajudicial.
mar/03	Revoga os incisos II e III do artigo 3º do Provimento nº 75/98, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
abr/03	Altera a redação, renumera e inclui dispositivos relativos ao fornecimento de certidões judiciais – Seção V do Capítulo VI-A do Título II do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça – Foro Judicial – Edição II.
mai/03	Regulamenta a separação, organização e remessa de processos para as comarcas criadas pela Lei Complementar n. 181, de 21 de setembro de 1999, e dá outras providências.
jun/03	Estabelece normas a serem observadas pelos notários e registradores imobiliários, relativas à alienação e constituição de gravame de ônus reais sobre bens imóveis pelas pessoas que convivem em união estável.
jul/03	Dispõe sobre a revogação das procurações públicas <i>ad negotia</i> e <i>ad judicia</i> .
ago/03	Dispõe sobre o cumprimento, pelos oficiais de registro civil, do preceito estatuído no art. 1.528 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
set/03	Altera a redação do art. 346 do Código de Normas do Foro Extrajudicial.
out/03	Cria uma Central de Mandados na Comarca de Jaraguá do Sul.
nov/03	Aprova as atualizações procedidas no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça na parte relativa ao Foro Judicial
dez/03	Regulamenta o Projeto Mutirão de Sentenças.
13/2003	Estabelece diretrizes procedimentais para a modificação do regime de bens do casamento, nos termos da Lei n. 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).
14/2003	Estabelece medidas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas por colaborarem com investigação e instrução criminal.
15/2003	Dispõe sobre a utilização de procurações outorgadas em data anterior à vigência do Provimento nº 06/2003.
16/2003	Autoriza o pagamento de custas judiciais pela rede bancária ou na forma do artigo 484, caput e § 1º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 05 de novembro de 2003.
17/2003	Modifica a redação do artigo 69 do Código de Normas do Foro Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça e consolida outras providências.
18/2003	Disponibiliza o acesso ao banco de dados do SISTEMA PRO3, da Polícia Civil – Secretaria de



COMPOSIÇÃO

GABINETE DO CORREGEDOR

- Corregedor: Des. Alcides dos Santos Aguiar
- Vice-Corregedor: Des. João Eduardo Souza Varella

JUÍZES CORREGEDORES

- Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
- Roberto Lucas Pacheco
- Soraya Nunes Lins Bianchini

DELEGADA DE POLÍCIA

- Sonêa Maria Ventura Neves

SECRETÁRIO JURÍDICO

- Marília Donadel

RECEPÇÃO

- Lucimar Pereira Botelho

ASSESSORIA CORREICIONAL

- Adolfo Pereira Carpes Neto
- César Murilo Jacques
- Carlos Augusto Marques
- Cláudio Rodrigo Ferraresi
- Elizabeth Lukaszewski da Costa
- Elizete Lanzoni Alves
- Marcos Augusto Silva
- Mônica Batista Mitidieri



- Rodrigo de Aguiar Damiani
- Xedes Ribeiro Freitas



ASSESSORIA DOS JUÍZES

- Israel Fernandes Huff
- Silvana Zardo

ESCRIVÃO CORREICIONAL

- Márcio Leandro Carvalho De César

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

- Mery-Ann das Graças Furtado e Silva - Secretária
- Inês Fritzen
- Myrtis Maria Malburg

ASSESSORES PARA ASSUNTOS ESPECÍFICOS

- Daniel Boabaid
- Flávio Lopes Búrigo
- Shirley Maria Rigueira Somensi

GABINETE DO SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

- Luciano Francisco Rachadel – Secretário
- Arnaldo Prohmann Júnior
- Adenilson Schlemper
- Eliel da Silva
- Flávio Comichole - Bolsista
- Gilmar Paulini - Bolsista

ASSISTENTE DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- Luis Gustavo Granzotto de Campos



ASSESSORIA DE CUSTAS

- Lady Ignês Donatti
- Olga Inês Andrade da Costa - Rita de Cássia Horner
- Zenaide Teresinha Irber

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

- Ézio Martins Faccini
- Félix Cascaes Silveira - Bolsista

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA JURÍDICA

- Marcelo Sebastião Gern Torres

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Sônia Maria Schmitt Pasini - Chefe da Divisão
- Edmilson de Souza
- Paulo Roberto e Silva Júnior - Bolsista

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS ESPECÍFICOS

- Kátia Regina Coelho Gonçalves

SEÇÃO DE EXPEDIENTES E SERVIÇOS GERAIS

- Isolde Schutz de Souza - Chefe da Seção
- Carla Rosana Sommer

SEÇÃO DE ARQUIVO, DOCUMENTAÇÕES E PUBLICAÇÕES

- João Carlos Garcia – Chefe da Seção
- Elene Nicolaos Antonakopoulou Pereira

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- Antônio Carlos Michelin – Chefe da Divisão
- Thulyo Müller Maciel – Bolsista



SEÇÃO DE REGISTROS DAS ATIVIDADES JUDICIAIS

- Cristiane Regina da Silva – Chefe da Seção
- Mauro Camillo Duarte
- Solange Faria de Oliveira

SEÇÃO DE CONTROLE DOS SERVIÇOS AUXILIARES

- Neuza Marieta Silveira Medeiros – Chefe da Seção
- Marcelo Pucci
- Odilon Agenor da Silva



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Compete à Divisão Administrativa providenciar as requisições de serviços e de material; dar baixa dos bens que serão remetidos à Divisão de Patrimônio do Tribunal de Justiça; manter o almoxarifado da Corregedoria abastecido com material de expediente utilizado diariamente; digitalização de processos; expedição, recepção e arquivamento de autos e documentos; controle de provimentos, circulares e ofícios-circulares; autuação e controle de processos; assentamentos funcionais; controle dos pedidos de selos de fiscalização e repasse para a Diretoria de Orçamento e Finanças dos dados referentes ao ressarcimento dos assentamentos de nascimentos e óbitos.

As documentações expedidas e recebidas são protocoladas pela Seção de Expediente e Serviços Gerais. Após protocolada, a documentação é distribuída aos setores, inserida em processos e, quando for o caso, arquivada. Todo material de consumo e assentamentos funcionais também são controlados por esta seção.

Compete à Seção de Arquivo, Documentação e Publicações a digitalização da documentação da Corregedoria-Geral da Justiça, tais como: processos, portarias, circulares, provimentos etc. Esta seção é responsável, também, pela publicação da documentação, controle de bens patrimoniais e arquivamento de processos.



RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A Divisão Administrativa, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 175, de 28 de dezembro de 1998, a qual: “Regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal nº 9.534/97, do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos, ou das demais certidões em favor de pessoas reconhecidamente pobres, pelos Ofícios de Registros Civil não oficializados, institui o Selo de Fiscalização e dá outras providências”, passou a coordenar todos os serviços relativos ao Selo de Fiscalização, tais como: cadastro dos cartórios extrajudiciais, cadastro dos registros de nascimentos e óbitos e as alterações que se fizerem necessárias.

A representação gráfica constante no Anexo 1 permite visualizar, em termos quantitativos, os dados estatísticos da Divisão Administrativa, no que se refere:

- Acompanhamento de ofícios expedidos, recebidos e ofícios-circulares;
- Acompanhamento de provimentos, circulares e portarias;
- Acompanhamento de processos;
- Acompanhamento de processos digitalizados;
- Acompanhamento da compra de selos de fiscalização;
- Acompanhamento dos registros de nascimentos e óbitos;
- Acompanhamento dos valores pagos em reais (R\$) aos cartórios – RESSARCIMENTO.



DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as atividades desenvolvidas na Divisão destaca-se:

- Desenvolvimento e manutenção do sistema de coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania do Estado;
- Gerenciamento, auditoria, processamento e digitação dos mapas estatísticos da Justiça de 1º grau, captados a partir do Sistema de Automação do Judiciário - SAJ/PG;
- Administração do Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências” (“Rol de Culpados”, “Beneficiados pela Lei 9.099/95”, “Processos Suspensos” e “Registro Geral de Mandados de Prisão Emitidos”), destacando-se a importação das informações diretamente do SAJ/PG, o fornecimento de certidões requisitadas pelo Judiciário dos demais Estados da Federação, bem como o cadastramento e controle dos usuários autorizados a ter acesso ao sistema;
- Cadastramento, controle de usuários e fornecimento das informações referentes ao “Sistema Integrado de Veículos do Departamento Estadual de Trânsito – Detran”, que estará sendo desativado à medida que o convênio com a Secretaria de Segurança Pública for estendido a todas as comarcas/varas;
- Confecção, remessa e manutenção das planilhas com as atividades judicante dos Magistrados;
- Atualização das planilhas/gráficos do Movimento Forense e do Plantão Judiciário na página da internet/intranet (Informativo sobre comarcas);
- Controle e atualização na intranet/internet dos bancos de dados com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, cartórios extrajudiciais, movimento forense etc.);
- Registro das inspeções realizadas pelos magistrados nas cadeias públicas;
- Registro das correições realizadas pelos magistrados nos cartórios judiciais e extrajudiciais;
- Registro das penas disciplinares aplicadas aos servidores da Justiça de Primeiro Grau;
- Atualização do banco de dados que contém informações relativas aos cartórios extrajudiciais (tipo de serventia, titular, endereço, atribuições etc);
- Registro e atualização do endereço e fichário de assinatura dos magistrados;
- Prestação de informações nos processos de promoção, remoção e opção de magistrados.

Para o ano de 2003, destacamos as seguintes atividades desenvolvidas:

- Reformulação do sistema de planilhas para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania, com a utilização do correio eletrônico como meio oficial para a remessa dos dados.
- Implementação do convênio nº 9.277/2003-0, firmado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Tribunal de



Justiça de Santa Catarina e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, que possibilitou o intercâmbio de informações cadastrais entre os Poderes. Com a nova sistemática as comarcas/varas terão acesso direto ao “Sistema Pro3”, da Polícia Civil, composto dos seguintes bancos: a) Identificação Civil; b) Identificação Criminal; c) Armas; d) Cadastro de Proprietário de Veículos - Detran; e) Infoseg (nacional); f) SINARM (nacional), e g) Informações Penitenciárias. De outro lado, a Polícia Civil e a Polícia Militar passaram a ter acesso pleno às informações do “Sistema de Antecedentes Criminais e outras Ocorrências” desta Corregedoria Geral da Justiça.

- Implantação do novo sistema de “Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”. Superadas as fases de migração das bases de dados, junção das partes que figuravam em mais de um banco, correção das informações incompatíveis, desenvolvimento de nova forma de pesquisa via web e agregação da pesquisa fonética utilizada no SAJ/PG, disponibilizamos para consultas o referido sistema. Dentre as inovações mais importantes introduzidas pelo aplicativo podemos citar: a) aperfeiçoamento da pesquisa fonética, que permitirá uma resposta mais satisfatória às consultas efetuadas; b) possibilidade de incorporar informações vindas de outros bancos de dados, bem como exportar as informações cadastradas em nosso sistema; c) emissão de certidão mais detalhada e com melhor configuração, e d) por estar desenvolvido em linguagem “oracle” o sistema permite a captação automática das informações vindas do SAJ/PG.
- Visando à racionalização do serviço, com repercussão direta na redução de custos operacionais e na agilização de procedimentos, passamos a remeter, via correio eletrônico, aos Excelentíssimos Desembargadores do egrégio Tribunal Pleno as informações disponíveis nesta Corregedoria acerca dos magistrados inscritos nos processos de opção, remoção e promoção.
- Continuidade do trabalho de orientação às comarcas/varas da correta forma de alimentação das informações no SAJ/PG que repercutem nos mapas eletrônicos.

Os dados estatísticos desta Divisão no ano de 2003, das Casas da Cidadania e do movimento forense da Justiça de Primeiro Grau poderão ser visualizados no Anexo 2, por meio dos quadros 5 a 7 e gráficos 8 a 10.



ASSESSORIA CORREICIONAL

A atuação da Assessoria Correicional foi, sem dúvida, de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos afetos ao Órgão Correicional, especialmente no que tange às inspeções e correições realizadas nos âmbitos judicial e extrajudicial.

Neste talante, releva lembrar que por oportunidade da realização das inspeções não se buscava tão-somente a fiscalização dos atos, mas também orientar os servidores para o melhor desempenho de suas tarefas.

O contato direto com as serventias e cartórios possibilitou verificar a diversidade dos procedimentos adotados, não obstante a identidade dos atos praticados, permitindo à equipe correicional apresentar aos MM. Juízes-Corregedores sugestões para a uniformização dos mesmos.

Além disso, a Assessoria prestou auxílio na pesquisa e elaboração de minutas de parecer no expressivo montante de processos em trâmite no Órgão Correicional, cujo número consta do presente Relatório, na estatística elaborada pela Divisão Administrativa.

Registra-se, por fim, que, através do Disque-Corregedoria, os Assessores Correicionais e o Escrivão Correicional atenderam a inúmeras consultas de advogados, servidores e demais pessoas que precisavam de informações relativas ao Poder Judiciário, esclarecendo as dúvidas suscitadas ou, quando a matéria era estranha às atividades da Corregedoria, mostraram o rumo a ser traçado.



ASSESSORIA DE CUSTAS

A Assessoria de Custas foi formalmente criada pela Resolução n. 43/01-GP, de 15 de outubro de 2001, estando vinculada ao gabinete do Corregedor- Geral da Justiça.

No transcorrer de 2003, foram realizadas as seguintes atividades:

Atendimento de consultas e informações pelo telefone (48) 221-1400 - Disque-Corregedoria.

O Disque-Corregedoria é um sistema de atendimento ao público, através do qual a classe jurídica, notários, registradores, servidores do Poder Judiciário e a população em geral, têm acesso a informações importantes relacionadas aos Foros Judicial e Extrajudicial.

Dentre as informações, podemos destacar:

- Foro Judicial – Valor das custas relativas à propositura de ações, gastos com diligências de oficiais de justiça bem como o valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Informações sobre a utilização do protocolo unificado.
- Foro Extrajudicial – Emolumentos nos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos e nos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos bem como sobre o Fundo de Reaparelhamento da Justiça. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor pago a maior.
- Orientação relativa à localização de comarcas e varas, respectivos endereços e telefones.
- Perguntas referentes a horário de funcionamento, forma de proceder, uso da tabela de atualização monetária, página da Corregedoria-Geral da Justiça, dentre outras.

Análise e conferência de cálculos judiciais e atualização de valores por solicitação dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores.

Orientação aos contadores judiciais quanto à execução de cálculos de liquidação de maior complexidade.

Confecção mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.

Manutenção de um banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros passíveis de utilização pelos contadores judiciais.

Confecção e manutenção das Tabelas de Multas (do tipo e substitutivas)



previstas pela Lei 7.209, de 11/7/84 e das Tabelas de Multas de Tóxicos e Fianças previstas pela Lei 6.368, de 21/10/76.

Orientação aos Contadores e Escrivães sobre o cálculo e retenção do Imposto de Renda retido na fonte.

Encontra-se em fase de elaboração o Manual de Orientação dos Contadores Judiciais.

Participação nas seguintes reuniões:

TEMA: DIRF/2002 – REDARF – IRRF

- 28/01/2003 – Divisão de Conta Única – Nivaldo Nunes, Viviane Del Castel e Zenaide Irber;
- 29/01/2003 – Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – Chefe da Arrecadação – Sr. Saulo, Nivaldo, Viviane e Zenaide;
- 04/02/2003 – Divisão de Conta Única – Nivaldo, Viviane e Zenaide;
- 09/04/2003 – Divisão de Conta Única – Nivaldo, Valdevino, Viviane e Zenaide;
- 10/04/2003 – Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – Auditora Fiscal – Sra. Mara, Viviane e Zenaide.

TEMA: GRUPO DE TRABALHO GRJ/BLOQUETO BANCÁRIO

- 31/01/2003 – CGInfo – Adriano Dias, Ivan Bertoldi, Jonas de Maria, Nivaldo e Zenaide;
- 06/02/2003 – CGInfo – Adriano, Nivaldo, Simone Meurer, Valdevino Ramos Fontes, Vera Balança Soares e Zenaide;
- 25/02/2003 – Asplan – João Luiz M. Moreira, Valdevino, Simone Meurer e Lady;
- 12/03/2003 – Asplan – João Luiz M. Moreira, Jonas, Simone, Valdevino e Zenaide;
- 18/03/2003 – Adriano Dias, Jonas, Nivaldo e Zenaide;
- 23/04/2003 – Asplan – João Luiz, Jonas, Simone e Zenaide;
- 23/04/2003 – CGInfo – Adriano Dias, Jonas, Nivaldo e Zenaide;
- 15/05/2003 – Diretoria de Orçamento e Finanças – Adriano Dias, Giovane Moretto, Jonas de Maria, Ricardo Lentz, Simone Meurer e Zenaide Irber;
- 16/05/2003 – CGInfo – Adriano Dias, Ivan, Jonas, Valdevino e Zenaide;
- 21/05/2003 – CGJ – Adriano Dias, Ézio M. Faccini, Sônia Pasini, Xedes R. Freitas e Zenaide;
- 27/05/2003 – CGInfo – Adriano Dias, Jonas, Sônia, Xedes e Zenaide;
- 12/08/2003 – CGJ – Dr. Roberto Lucas Pacheco, Adriano Dias, Nivaldo, Sonia, Xedes e Zenaide;



- 20/08/2003 – CGJ – Apresentação do Sistema de Bloquetos – Extrajudicial (Selos e FRJ);
- 29/08/2003 – CGJ – Adriano Dias, Anselmo, Carlos Augusto, Cassiano, Ivan, Jonas, Sonia e Zenaide;
- 01/09/2003 – CGJ – Adriano Dias, Anselmo, Carlos Augusto, Ivan, Jonas, Ricardo Lentz, Sonia, Xedes e Zenaide;
- 18/09/2003 – CGInfo – Anselmo, Carlos Augusto, Cassiano, Jonas, Milton, Nivaldo, Simone, Xedes e Zenaide;
- 21/10/2003 – DI – GRJR eletrônica – Anselmo, Adriano Alves, José Luciano Telhorst, Milton e Zenaide;
- 29/10/2003 – DJ – GRJR eletrônica – Suzete Opilhar, Anselmo, Jonas e Zenaide;
- 06/11/2003 – DJ – Validação da GRJR eletrônica – Suzete Opilhar, Anselmo e Zenaide.

TEMA: INSTALAÇÃO DAS NOVAS COMARCAS E IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 18/02/2003 – Divisão de Capacitação – Adriano Alves, Ivone Manes, João Luiz Zanatta, Reni Machado Filho, Rosiane Rodrigues, Valdevino e Zenaide;
- 13/03/2003 – Marco Túlio, Reni, Zanatta e Zenaide;
- 17/03/2003 – Marco Túlio, Reni e Zenaide;
- 18/03/2003 – Marco Túlio, Reni, Valdevino e Zenaide;
- 24/03 a 28/03/2003 – Preparação do 1º grupo de implantadores dos serviços nas novas comarcas – Ilena Dala Costa, José Luciano Telhorst, Marilaine E. Hebert, Márcio Leandro C. de César, Marco Túlio C. Dolberth, Maurício J. Hostin, Reni Machado Filho, Robson C. de Oliveira e Zenaide T. Irber;
- 31/03 a 08/04/2003 – Trabalhos de instalação da comarca de Ascurra;
- 11/06/2003 – Reunião com o 2º grupo de implantadores;
- 08 e 09/10/2003 – Reunião com os contadores das equipes de implantadores.

TEMA: CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS CONTADORES JUDICIAIS

- 12/05/2003 – Divisão de Capacitação – Ivone Manes, Rosiane Rodrigues e Zenaide;
- 14/05/2003 – Divisão de Capacitação – Ivan Bertoldi, Ivone, Rosiane, Valdevino, Viviane Del Castel e Zenaide;
- 09/10/2003 – Divisão de Capacitação – Hamilton Pasini, Ivone Manes, Rosiane Rodrigues e Zenaide;
- 20/10/2003 – Divisão de Capacitação – Ivone Manes, Rosiane Rodrigues, Valdevino e Zenaide;
- 04/11/2003 – Divisão de Capacitação – Hamilton Pasini, Ivone Manes, Rosiane Rodrigues e Zenaide.



TEMA: SAJ/CUSTAS

- 03/07/2003 – Softplan – Lisângela, Marcelo e Fachineto (Softplan); Valdevino e Zenaide;
- 14/08/2003 – Assessoria da Presidência do TRT/12ª Região – Idalécio e Antonio Ramos (TRT); Ilson e Lisângela (Softplan), Valdevino e Zenaide;
- 10/11/2003 – Softplan – Lisângela e Alexandre (Softplan); Rita de Cássia Hörner, Valdevino e Zenaide.

TEMA: MANUAL DO FRJ - RESOLUÇÕES

- 07/08/2003 – Asplan – Ivan, Jorge, Madalena, Nivaldo e Zenaide;
- 11/08/2003 – Asplan – Dr. Romano José Enzweiler, Ari Dorvalino, Ivan, Jorge, Madalena, Nivaldo e Zenaide;
- 12/08/2003 – Asplan – Ari, Ivan, Jorge, Madalena, Nivaldo e Zenaide;
- 20/10/2003 – Direção Geral Administrativa – Des. Trindade dos Santos, Ari, Ivan, Jorge, Silas, Valdevino e Zenaide.

TEMA: FORÇA-TAREFA NA CONTADORIA JUDICIAL DA CAPITAL

- 21/10 a 28/10/2003 e 06/11/2003 – colaboração nos trabalhos da força-tarefa.

Participação de Zenaide Teresinha Irber nos seguintes cursos de aperfeiçoamento:

- 25/04/2003 – Curso de Metodologia da Pesquisa Jurídica na Internet
Local: SOS Computadores – Rua Felipe Schmidt
- 02/09 a 03/10/2003 – Curso de Excel Avançado
Local: Virtual Office – Av. Rio Branco

Participação de Lady Ighes Donatti no curso de Excel Avançado:

- 10/11 a 12/12/2003
- Local: Virtual Office – Av. Rio Branco

A demonstração estatística das atividades da Assessoria de Custas constam do Anexo 3, mediante os quadros 8 e 9.



ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Buscou-se, neste ano que agora se encerra, satisfazer a necessidade de todos os seus usuários, sendo desenvolvidos alguns trabalhos em continuidade aos executados no ano de 2002 e os demais no desenvolvimento de novos projetos e planos iniciados nesta gestão, em atenção a solicitações feitas.

- Elaboração, envio, recebimento e tabulação dos formulários para levantamento de dados de equipamentos de informática dos cartórios extrajudiciais;
- Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Rol de Culpados;
- Unificação, dos quatro Róis: Culpados, Beneficiados pela Lei 9.099/95, Processos Suspensos e Mandados de Prisão Expedidos;
- Desenvolvimento e implantação de melhorias no módulo de certidões do Sistema de Rol de Culpados, permitindo a emissão de certidão mais detalhada e com melhor configuração;
- Elaboração e desenvolvimento de uma melhor alternativa para a atualização dinâmica das bases textuais de provimentos e circulares da Corregedoria;
- Substituição dos discos rígidos dos computadores da Corregedoria;
- Aumento de memória dos computadores da Corregedoria;
- Up-Grade de oito computadores com a substituição da CPUs das mesmas;
- Elaboração de página Web para Requisição de Selos Isentos;
- Elaboração de sistema para armazenar e recuperar arquivo de imagem no Banco;
- Aperfeiçoar a captura das informações do Sistema de Antecedentes Criminais;
- Desenvolvimento da pesquisa fonética para o Sistema de Rol de Culpados;
- Desenvolver Sistema de Adoção em JSP para migrar dados do Caché para o Oracle (em desenvolvimento);
- Atendimento de chamados visando soluções de problemas com hardware e software;
- Elaboração de Sistema para Realização de Inspeções Virtuais (em desenvolvimento);
- Elaboração de rotina para controle de dados dos cartórios extrajudiciais;
- Alterações e ajustes no Sistema de Selos.;
- Desenvolvimento, montagem de layout e gravação de CD de pesquisa da base de provimentos e circulares;
- Criação de tabelas em base de dados Oracle para o Sistema de Adoção;
- Criação de tabelas em base de dados Oracle para os mapas estatísticos das Casas de Cidadania;
- Criação de tabelas no arquiteto de objetos Caché para página de cálculo de custas;
- Criação de tabelas no arquiteto de objetos Caché para página de acesso as Estatísticas de Movimentação Forense;
- Desenvolvimento de páginas JSP para pesquisa de Estatística de Movimentação



Forense.

É importante também registrar o elevado espírito de corpo dos servidores à disposição da Corregedoria no trato com esta Assessoria e no interesse despertado para a realização dos projetos idealizados, de forma factível e atingível, pela alta administração deste Órgão Censorial.



COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulado por estrangeiros interessados em adotar no Estado;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção dos bancos de dados de pretendentes estrangeiros à adoção; pretendentes brasileiros; crianças e adolescentes em condições de adoção e entidades de abrigo;
- Elaboração de projetos relacionados à infância e juventude, para fins de captação de recursos junto a organizações internacionais;
- Organização de eventos: cursos de capacitação aos assistentes sociais forenses, na área de adoção; seminários e encontros inter regionais destinados à formação de grupos de estudos e apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de abrigo;
- Elaboração de material informativo;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e brasileiros;
- Acompanhamento das adoções internacionais através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- Apoio técnico às Assistentes Sociais forenses e Juízes da Infância e Juventude.

EVENTOS:

A CEJA colaborou e esteve à frente da organização dos eventos:

- 8º ENAPA – Encontro Nacional de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Itajaí;
- Concurso Estadual de redação nas escolas da rede pública tema “Falando em Adoção”;
- 1º Encontro Estadual de Juízes da Infância e Juventude – Balneário Camboriú;
- I Seminário Internacional de Direito da Família, Infância e Juventude – Balneário Camboriú;
- I Encontro sobre Adoção da comarca de Jaraguá do Sul;
- III Encontro sobre Adoção da comarca de Campos Novos;
- I Reunião de Entidades de Abrigo de Florianópolis;
- II Reunião Temática do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Balneário



Camboriú;

- Campanha de divulgação da Adoção Legal , através da criação e distribuição de cartazes, folders, manual informativo e similares;
- Evento comemorativo ao Dia Nacional da Adoção-25 de maio- com exposição de livros e material relativo à adoção nos Shoppings Beira Mar e Itaguaçu;
- Participação da I reunião temática do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília;
- Participação na elaboração da proposta de convênio formalizado entre o Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para utilização recíproca dos cadastros estaduais de adoção.

PENDÊNCIAS:

- Disponibilização das informações dos bancos de dados operados na CEJA na internet/intranet.
- Retomar a visitação aos abrigos do Estado, para fins de verificação da situação das crianças/adolescentes abrigados; supervisão e orientação quanto às atividades pedagógicas e trabalho com famílias.

DADOS ESTATÍSTICOS:

Processos de habilitação de estrangeiros:

- 74 julgados.
- 23 em trâmite.
- 541 é o total de inscritos estrangeiros junto à CEJA, somados os anos anteriores.
- Procederam estes estrangeiros dos países: Itália; Holanda; França; Espanha e Estados Unidos.

Processos de habilitação de brasileiros:

- 2061 é o total de candidatos brasileiros inscritos nas comarcas do Estado de Santa Catarina.
- 92% pretendem adotar crianças recém nascidas.

Entidades e/ou programas de abrigo cadastrados na CEJA:

- 75 são os abrigos do Estado, sendo a maior concentração destes na Capital onde funcionam 6 instituições.

Crianças/Adolescentes abrigados em instituições:

- 969 é o número de crianças/adolescentes abrigados em instituições no Estado de



Santa Catarina.

- 62% destes tem idade acima de 10 anos.
- 54% encontram-se nas instituições por motivos de carência econômica.

Crianças/Adolescentes cadastradas na CEJA:

- 72 é o número de crianças/adolescentes cadastrados na CEJA, que aguardam interessados em adotá-los.
- 92% com idade entre 8 e 15 anos.

Crianças/Adolescentes adotados por estrangeiros:

- 34 crianças/adolescentes foram adotados por estrangeiros
- 12 casais italianos adotaram 22 crianças - grupos de irmãos entre 6/12 anos
- 2 casais holandeses adotaram 7 crianças – grupos de irmãos
- 3 casais franceses adotaram 4 crianças – grupo de irmãos
- 1 casal espanhol adotou 1 criança de 10 anos

Crianças/Adolescentes adotados por brasileiros:

- 195 adoções foram notificadas à CEJA.

Grupos de Estudos e Apoio à Adoção:

- 25 são os grupos de estudos e apoio à adoção existentes em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.



CONCLUSÃO

Ao término deste relatório, impõe-se realçar o excelente trabalho desenvolvido pela Divisão do Extrajudicial, sob a responsabilidade do eminente Vice-Corregedor, Desembargador João Eduardo Souza Varella. Mercê do Ato Regimental nº 55/02, do Tribunal de Justiça e da Portaria nº 90/2002, desta Corregedoria, foi implantado este setor para a gestão do biênio que se finda, com excelentes resultados, como atestam os vários atos administrativos ali editados.

O trabalho do Corregedor-Geral da Justiça, em face ao número crescente de Juízes de Direito e de Comarcas, hoje superior a cem, está a exigir, ou a criação de mais um cargo de Corregedor para acudir convenientemente a ambas as áreas judicial e extrajudicial, ou, então, a entrega dessas atribuições, respectivamente, ao Titular e ao Vice-Corregedor. Aliás, como sucede na Justiça de outros Estados, a exemplo da do Rio Grande do Sul, o Vice-Corregedor não se limita a substituir o Corregedor nos seus impedimentos, mas tem funções próprias e permanentes (“Corregedorias do Poder Judiciário”, Coordenador Vladimir Passos de Freitas, ed. RT, 2003, p. 34).

Em que pese todo o esforço despendido, não foi possível concluir as metas almejadas no início da gestão. De qualquer sorte, foi compensador o esforço de toda a equipe que compõe o Órgão Correicional, a quem rendo minhas homenagens pela valiosa colaboração emprestada ao Judiciário Catarinense e sobretudo à causa da Justiça.

Ao reiterar os agradecimentos referidos neste documento, registra-se que cópia dele será disponibilizada na página da Corregedoria, na Internet.

MESES
JAN.
FEV.
MAR.
ABR.
MAIO
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
DEZ.
TOTAL

ATIVIDADES

Ofícios expedidos

112
224
253
266
318
257
292
242
235
318
436
202
3155

Ofícios recebidos

335
346
361
424
462
422

QUADRO 3 - RESSARCIMENTOS

MÊS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	TOTAL DE ATOS	VALOR RESSARCIMENTO (R\$)	QUANTIDADE DE CARTÓRIOS
Jan.	8364	2788	11152	253.461,10	179
Fev.	6959	2201	9160	216.862,50	168
Mar.	7619	2528	10147	240.283,30	203
Abril	7481	2383	9864	233.747,90	182
Mai	7256	2359	9615	227.853,40	199
Junho	8246	2716	10962	259.420,85	187
Julho	7850	2892			

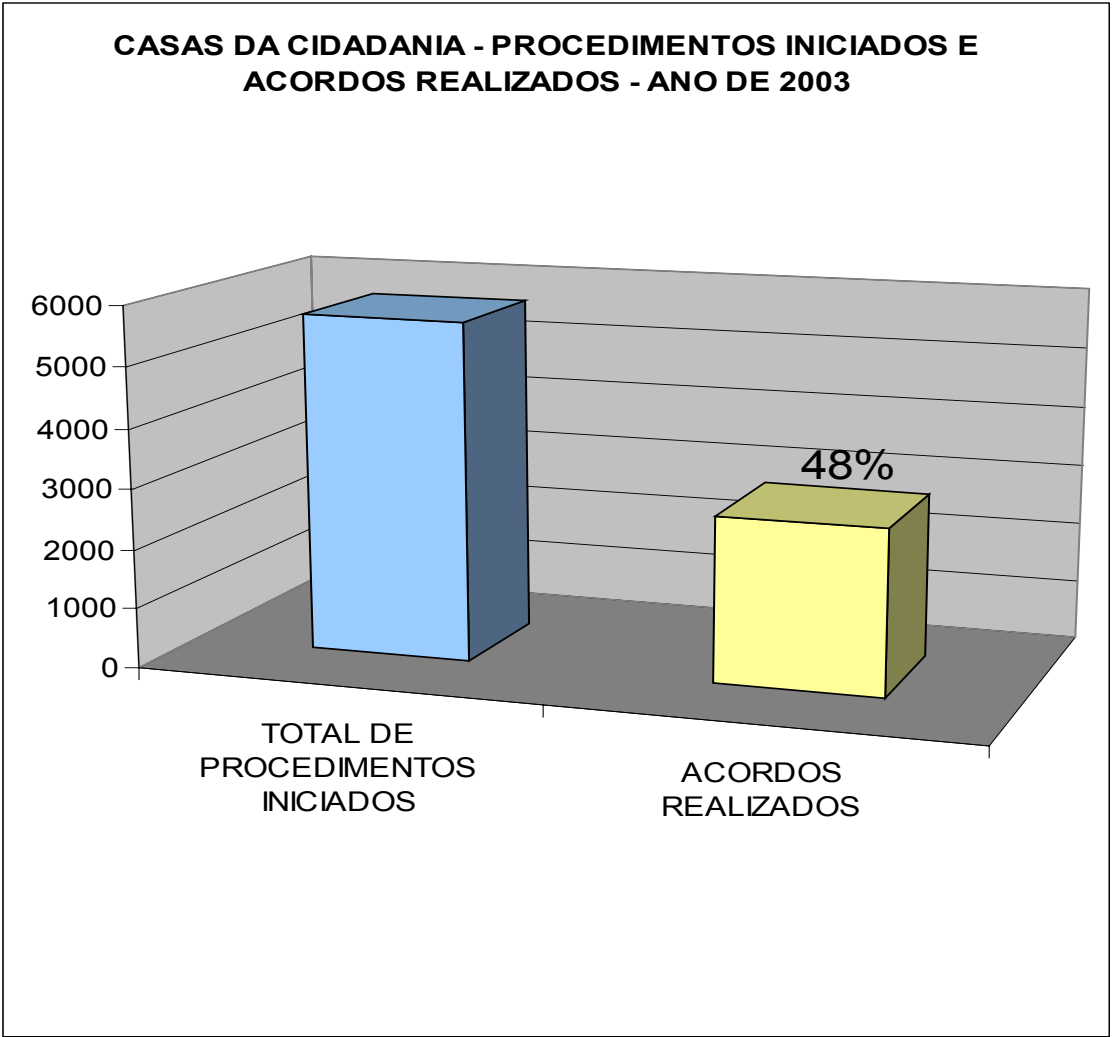
Ano
 Processos **Iniciados** total
 Executivos Fiscais (Mun/Est/Fed) **Iniciados**
Iniciados SEM Execuções
 Processos **Encerrados** total
 Execuções Fiscais Mun/Est/Fed **Encerradas**
Encerrados SEM Execuções
 Processos **Julgados** total
 Execuções Fiscais Mun/Est/Fed **Julgadas**
Julgadas SEM Execuções
Em Andamento final do ano total
 Execuções Fiscais (Mun/Est/Fed) **Andamento**
Em Andamento Sem Execuções

1997

375.705
 57.535
 318.170
 273.734
 24.148
 249.586
 231.059
 35.312
 195.747
 564.657
 154.695
 409.962

1998

446.779
 98.598
 348.186
 404.927
 109.296
 295.631
 347.313
 118.841
 228.472



PARECERES CONSULTAS ATENDIDAS	
EM PROCESSOS ENVOLVENDO CÁLCULOS	
FAX	17
E-MAIL	64
ATUALIZAÇÃO DE VALORES, CUSTAS E EMOLUMENTOS	29
	361
	66

Academia Judicial

Presidente:

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Diretor-Geral:

Des. Volnei Ivo Carlin

Vice-Diretor:

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins



A

Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, que completou, em fevereiro de 2003, um ano de funcionamento, tem a satisfação de apresentar relatório das atividades promovidas e desenvolvidas neste ano.

A execução de suas devidas funções foi efetuada com suporte no objetivo principal da novel Instituição, definido no artigo 3º de seu Regimento Interno: “(...) *Contribuir para a formação e aperfeiçoamento humanístico, filosófico, cultural, psicológico, ideológico, social, científico e tecnológico de quantos freqüentem os cursos que venha a oferecer.*”

As turmas foram compostas por desembargadores, juízes, juízes substitutos e servidores do Judiciário, além de outros convidados, o que contribuiu para a integração tanto do quadro próprio, como com outras entidades da sociedade catarinense: o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Procuradorias Gerais do Estado e Município, além de Universidades.

Creemos, com isso, que estamos cumprindo a missão a que nos propomos com a devida responsabilidade e consciência democrática numa efetiva participação administrativa, pacífica e coerente.



ESTRUTURA

A Academia Judicial, no ano de 2003, é composta pela seguinte Estrutura Administrativa:

Conselho Diretivo;

Presidente: Des. Alcides dos Santos Aguiar

Diretor Executivo: Des. Nelson Schaefer Martins

Vice-Diretor Executivo: Des. Sérgio Baasch Luz

Núcleo de Aperfeiçoamento dos Magistrados e Servidores: Coordenadora Juíza Naiara Brancher Duarte Cardoso

Núcleo de Tecnologia da Informação: Coordenador Juiz Dinart Francisco Machado;

Secretária Executiva: Janiara Maldaner, devidamente assessorada por uma técnica judiciária auxiliar e cinco funcionários contratados.

É com esta estrutura que a Academia Judicial elabora e executa suas atividades, sempre visando atingir seus objetivos e primar por seus princípios regimentais.

CURSOS

	CURSO	INÍCIO	TÉRMINO
1.	Inglês II	10/03	Junho
2.	Espanhol II	11/03	Junho
3.	Francês II	14/03	Junho
4.	Ciclo de Estudos sobre o Novo Código Civil em Lages/SC	14/03	15/03
5.	Informática para Magistrados	Março	Junho
6.	Novos Direitos	24/03	12/05
7.	Direito de Família – Dr. Eduardo de Oliveira Leite	21/03	22/03
8.	Encontro Juízes Substitutos	28/03	29/03
9.	Seminário Estadual de Execução Fiscal	25/04	26/04
10.	Panorama Jurídico Municipal	25/04	30/05
11.	Mediação em Florianópolis/SC	28/04	22/05
12.	Atualização em Direito Administrativo	07/05	04/06
13.	Atualização em Língua Portuguesa	15/05	13/07
14.	Ciclo de Estudos sobre o Novo Código Civil em Caçador/SC	16/05	17/05
15.	Novo Direito da Família	20/05	03/06
16.	Direito Empresarial	04/06	13/06
17.	Aperfeiçoamento em Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal	05/06	18/07
18.	Encontro Juízes Substitutos	27/06	28/06
19.	Responsabilidade Civil	07/07	21/07
20.	Mediação em Joinville/SC	12/06	14/06
21.	Direito Ambiental	10/07	24/07



	CURSO	INÍCIO	TÉRMINO
22.	Mediação em Criciúma/SC	21/07	25/07
23.	Direito Penal	23/07	13/08
24.	Curso de Aperfeiçoamento da Segunda e Terceira Turmas de Juízes Substitutos em fase de Vitaliciamento	04/08	14/11
25.	Inglês III	11/08	14/12
26.	Espanhol III	12/08	25/11
27.	Francês III	15/08	21/11
28.	Fundamentos de Direito Público	19/08	02/09
29.	Novo Direito de Família - Itajaí	02/09	16/09
30.	Ciclo de Estudos sobre o Novo Código Civil – Rio do Sul/SC	19/09	20/09
31.	O Poder Judiciário e o Direito Desportivo	25/09	27/09
32.	Ciclo de Estudos sobre o Novo Código Civil – Concórdia/SC	10/10	11/10
33.	Direito Penal e Processual Penal	13/10	05/11
34.	Ciclo de Estudos sobre o Novo Código Civil – Joinville/SC	07/11	08/11
35.	Direito Constitucional	21/11	23/11
36.	Seminário Internacional de Infância e Juventude	28/11	29/11
37.	Direito de Família em Tubarão/SC	Novembro	
38.	Direito de Família no Meio-Oeste	Novembro	

PARTICIPANTES DOS EVENTOS

Desembargadores	26
Juízes	179
Servidores	518
Membros do Ministério Público	21
Membros da OAB/SC	88
Membros da Procuradoria Geral do Estado	35
Membros do Procuradoria Geral do Município	4
Secretaria da Fazenda	25
Outros	550
TOTAL DE PARTICIPANTES	1438

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2003, foram realizados um total de 38 Cursos e Eventos, promovidos na sede própria, na Capital e em outras comarcas do Estado, contando com a parceria de outras Instituições da sociedade civil.

Tais eventos contaram com 1.438 participantes, membros do Poder Judiciário, bem como estudantes, profissionais liberais e servidores de outros órgãos públicos.

Foram distribuídas duas edições do periódico Notícias, com artigos de reconhecidos mestres nacionais, na área jurídica, e entrevistas que ampliaram o debate do Judiciário.



No início do ano foi editada a página eletrônica da Academia Judicial, com o objetivo de informar sobre sua estrutura e funcionamento, além de outros assuntos jurídicos, ampliando, assim, as fontes de conhecimentos sobre o Poder Judiciário catarinense de modo geral.

Diretoria Geral Judiciária

Diretor-Geral:

Bel. Alberto Pizzolatti Remor

Diretoria Judiciária

Diretora:

Bel. Suzete Opillar



ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2003, desenvolveu as seguintes atividades:

SESSÕES

Foram realizadas **561** sessões ordinárias, **18** extraordinárias e **07** solenes, assim distribuídas:

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	ESTRAORD.	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	9	9	7
ÓRGÃO ESPECIAL	8	2	0
SEÇÃO CIVIL	7	0	0
GRUPO DE CÂMARAS DIREITO CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	10	1	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	41	1	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	40	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	40	1	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	36	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	38	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	36	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	40	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	40	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	40	0	0
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	9	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	41	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	41	0	0
CONSELHO DISCIP. MAGISTRATURA	9	1	0
CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL	9	2	0
CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL	9	1	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	38	0	0

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **29.156**, julgados **28.704** e assinados **21.806** processos, assim distribuídos:

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Civil Pública	36	6	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	103	72	73
Ação Rescisória	100	87	71
Agravo (Artigo 557, parágrafo 1º do CPC)	710	677	613
Agravo de Instrumento	6526	6177	3811



	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Agravo (Art. 4º Lei 4.348/64) Susp. Exec.	2	0	0
Agravo (Art. 4º Lei 4.348/64) Ped. Susp. Lim.	0	0	2
Agravo (Art. 39 Lei 8.038/90) Ap Cível	1	1	1
Agravo (Art. 39 Lei 8.038/90) Agr Instrumento	1	1	1
Agravo 532 do CPC	7	3	2
Agravo (Art. 527, II) em Agr. Instrumento	2	0	0
Agravo (Art. 522 do CPC) na Ação Rescisória	0	1	1
Agravo (Art. 522 do CPC) na Apelação Cível	1	1	0
Agravo (Art. 522 do CPC) na Medida Cautelar	1	1	0
Agravo 532 nos Embargos Infringentes	0	0	1
Agravo (545 do CPC) em Ag Instrumento	2	3	3
Agr. (§ 3º Art. 4º Lei 8437/92) Ped. Susp. Lim	2	2	0
Agravo (§ único, Art. 120 do CPC)	1	1	1
Agravo Decisão Administrativa Ap Cível	0	1	1
Agravo Reg. Ação Civil Pública	2	3	3
Agravo Reg. Ação Direta de Inconst.	1	1	0
Agravo Reg. Ação Rescisória	6	5	4
Agravo Reg. Agravo de Instrumento	140	131	124
Agravo Reg. Conflito de Competência	2	2	2
Agravo Regimental na Apelação Cível	18	13	11
Agravo Regimental na Apelação Cível (MS)	8	8	4
Agravo Regimental Embargos Infringentes	1	2	2
Agravo Reg. Mandado de Segurança	55	69	55
Agravo Reg. Medida Cautelar	3	2	3
Agravo Reg. Medida Cautelar Rec. Especial	1	1	1
Agravo Reg. Pedido Assistência (RE)	1	1	1
Agravo Reg. Pedido Suspensão Liminar	2	0	0
Agravo Reg. Reclamação	1	0	0
Agravo Reg. Recurso Especial	1	1	1
Agravo Retido em ADIN	1	0	0
Agravo Retido em Apelação Cível	1	1	0
Apelação Cível	14526	13849	11808
Apelação Cível em Mand. de Segurança	2515	3197	1393
Arguição de Inconstitucionalidade	13	13	5
Arguição de Inelegibilidade	1	1	1
Conflito de Competência	136	117	102
Declaratória de Inexistência	0	1	0
Embargos à Execução no Mandado de Seg.	1	0	0
Emb. Declaração na Ação Rescisória	10	9	8
Emb. Decl. Agr. Art. 522 do CPC	1	1	1
Emb. Decl. Agr. Art. 532 do CPC Ap Cível	1	0	0
Emb. de Declaração na Apelação Cível	1525	1488	1394
Emb. Declaração na Ap. Cível (MS)	109	104	95
Emb. Declaração Ação Direta de Inconst.	3	3	5
Emb. Declaração Agravo de Instrumento	491	443	295
Emb. Declaração Agravo Regimental (MS)	2	2	2
Emb. Declaração Conflito de Competência	2	1	1
Emb. Declaração Exceção de Suspeição	1	1	2
Emb. Declaração Habeas Corpus	3	3	2
Emb. Declaração Mandado de Segurança	127	113	113
Emb. Declaração na Medida Cautelar	4	3	2
Emb. de Decl. Embargos Infringentes	37	36	36



	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Emb. de Decl. Impug. à Assistência Judiciária	1	1	0
Emb. Declaração Pedido Execução Acórdão	1	0	0
Embargos de Divergência	1	1	0
Emb. Execução na Ação Rescisória	1	0	0
Emb. Execução Ped. Execução Acórdão	19	17	9
Embargos Infringentes	172	242	262
Exceção de Incompetência	1	1	1
Exceção de Impedimento	0	1	1
Exceção de Suspeição	19	24	23
Habeas Corpus	182	166	152
Habeas Data	1	1	1
Impug. Assistência Judiciária	2	2	2
Impug. Assistência Jud. Ação Rescisória	0	2	2
Impug. Valor Causa Ap Cível	1	1	1
Impug. Valor Causa Ação Rescisória	1	8	8
Incidente de Falsidade	1	2	1
Interdito Proibitório em Apelação Cível	1	1	0
Mandado de Injunção	2	1	0
Mandado de Segurança	1318	1403	1184
Medida Cautelar	92	93	61
Medida Cautelar Inominada	1	0	0
Medida Cautelar Recurso Especial	0	5	3
Pedido Assistência Judiciária	1	1	1
Pedido de Correição	2	0	0
Ped. Execução Acórdão na Ação Rescisória	0	1	0
Ped. Execução na Ação Rescisória	1	1	0
Pedido de Execução Acórdão	43	38	10
Pedido de Intervenção no Município	5	0	0
Pedido de Providência	1	0	0
Pedido de Suspensão de Liminar	1	1	0
Pedido de Uniformização Jurisprudência	0	4	4
Pedido Execução Honorário Advocatício	1	0	0
Petição em Mandado de Segurança	1	0	0
Petição em Embargos Infringentes	0	0	1
Precatório (Agravo Regimental)	1	0	0
Processo Administrativo	10	9	9
Processo LOMAN/ADMINISTRATIVO	0	2	1
Reclamação	13	9	3
Recurso de Concurso	2	0	0
Recurso de Decisão	8	4	6
Recurso de Decisão Admsitrativa	1	2	2
Recurso em Mandado de Segurança	1	1	1

**PROCESSOS CRIMINAIS**

Foram distribuídos **5.584**, julgados **5.121** e assinados **4.940** processos, assim distribuídos:

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Agravo de Instrumento	58	37	29
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	1	1	0
Agravo Regimental Habeas Corpus	1	1	1
Agravo Regimental Mandado de Segurança	3	3	3
Apelação Criminal	2674	2421	2350
Carta Testemunhal	6	2	0
Conflito de Jurisdição	29	32	28
Emb. Declaração Apelação Criminal	74	74	71
Emb. Declaração Embargos Infringentes	2	2	3
Embargos de Decl. Habeas Corpus	11	9	9
Embargos de Declaração Inquérito	1	2	2
Embargos de Declaração Mand. Segurança	1	2	1
Embargos de Declaração Processo Crime	5	4	1
Embargos de Decl. Recurso Criminal	14	9	8
Embargos de Decl. Revisão Criminal	4	2	2
Embargos Infringentes	22	14	9
Exceção de Suspeição	4	8	8
Habeas Corpus	1539	1442	1420
Habeas Data	1	0	0
Inquérito	49	34	22
Inquérito Judicial	6	3	3
Mandado de Segurança	122	126	113
Medida Cautelar	3	1	0
Notícia Criminal	5	4	1
Notificação Judicial	2	1	1
Pedido de Desaforamento	4	4	4
Pedido de Explicações	1	3	1
Perda de Graduação	1	3	3
Petição em Apelação Criminal	1	0	0
Processo Crime	40	32	30
Queixa Crime	4	9	10
Reclamação	146	153	140
Recurso Criminal	343	327	319
Recurso de Habeas Corpus	1	1	2
Recurso de Agravo	186	174	173
Recurso (Mandado de Segurança)	15	16	15
Representação	14	22	17
Revisão Criminal	179	132	131
Termo Circunstancial	13	12	10



**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CÍVEL:**

Capital	8430
Criciúma	3300
Blumenau	2492
Itajaí	1720
Chapecó	1608
Joinville	1607
Lages	1573
Tubarão	1068
São José	793
Balneário Camboriú	712
Araranguá	707
Brusque	656
Concórdia	593
Joaçaba	524
Rio do Sul	496
Ibirama	477
Mafra	419
Curitibanos	364
Xanxerê	354
Canoinhas	351

**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CRIME:**

Capital	557
Joinville	512
Chapecó	421
Tubarão	368
Blumenau	296
Criciúma	278
Balneário Camboriú	269
São José	256
Lages	192
Brusque	137
Curitibanos	132
Palhoça	127
Campos Novos	118
Xanxerê	118
Canoinhas	89
Caçador	83
Videira	80
Santo Amaro da Imperatriz	73
Jaraguá do Sul	72
Porto Belo	72



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
AMARAL E SILVA	39	7	0	1	1	45
JOÃO MARTINS	1	0	0	1	1	0
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	8	19	0	6	2	21
ALCIDES AGUIAR	0	3	0	3	3	0
ALBERTO COSTA	2	8	0	4	1	6
ANSELMO CERELLO	11	18	0	11	2	18
JORGE MUSSI	5	13	0	7	4	11
CARLOS PRUDÊNCIO	11	11	0	0	0	22
GASPAR RUBIK	0	14	0	5	1	9
PEDRO MANOEL ABREU	5	12	0	7	0	10
ORLI RODRIGUES	7	12	0	4	3	15
TRINDADE DOS SANTOS	3	20	0	4	0	19
SOUZA VARELLA	4	14	0	6	0	12
CLAUDIO BARRETO DUTRA	8	14	0	10	6	12
NEWTON TRISOTTO	10	12	0	5	3	17
SÉRGIO PALADINO	12	11	0	6	2	17
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	1	13	0	8	6	6
SOLON D'EÇA NEVES	5	14	0	3	3	16
MAZONI FERREIRA	9	12	0	3	0	18
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	10	8	0	15	12	3
VOLNEI CARLIN	13	7	0	9	4	11
IRINEU JOÃO DA SILVA	11	5	0	3	2	13
VANDERLEI ROMER	11	9	0	8	4	12
ELÁDIO TORRET ROCHA	13	5	0	5	5	13
WILSON A. DO NASCIMENTO	9	7	0	7	4	9
NELSON SCHAEFER MARTINS	14	5	0	9	3	10
JOSÉ VOLPATO	11	6	0	8	3	9
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	12	6	0	5	4	13
FERNANDO CARIONI	12	6	0	6	3	12
MONTEIRO ROCHA	15	5	0	6	4	14
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	12	7	0	2	2	17
TORRES MARQUES	16	4	0	10	2	10
RUI FORTES	8	7	0	4	0	11
GASTALDI BUZZI	10	6	0	6	4	10
MARCUS TULIO SARTORATO	10	8	0	1	0	17
CÉSAR ABREU	10	7	0	9	6	8
SALETE SILVA SOMMARIVA	15	7	0	4	3	18
RICARDO FONTES	10	6	0	4	3	12
NICANOR DA SILVEIRA	11	6	0	0	0	17
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	0	1	0	0	0	1
TOTAL	374	355	0	215	106	514



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO TRIBUNAL PLENO, POR RELATOR, EM 2003.

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
AMARAL E SILVA	7	1	1
JOÃO MARTINS	0	1	1
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	19	6	2
ALCIDES AGUIAR	3	3	3
ALBERTO COSTA	8	4	1
ANSELMO CERELLO	18	11	2
JORGE MUSSI	13	7	4
CARLOS PUDÊNCIO	11	0	0
GASPAR RUBIK	14	5	1
PEDRO MANOEL ABREU	12	7	0
ORLI RODRIGUES	12	4	3
TRINDADE DOS SANTOS	20	4	0
SOUZA VARELLA	14	6	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	14	10	6
NEWTON TRISOTTO	12	5	3
SÉRGIO PALADINO	11	6	2
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	13	8	6
SOLON D'EÇA NEVES	14	3	3
MAZONI FERREIRA	12	3	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	8	15	12
VOLNEI CARLIN	7	9	4
IRINEU JOÃO DA SILVA	5	3	2
VANDERLEI ROMER	9	8	4
ELÁDIO TORRET ROCHA	5	5	5
WILSON A. DO NASCIMENTO	7	7	4
NELSON SCHAEFER MARTINS	5	9	3
JOSÉ VOLPATO	6	8	3
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	6	5	4
FERNANDO CARIONI	6	6	3
MONTEIRO ROCHA	5	6	4
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	7	2	2
TORRES MARQUES	4	10	2
RUI FORTES	7	4	0
GASTALDI BUZZI	6	6	4
MARCUS TULIO SARTORATO	8	1	0
CÉSAR ABREU	7	9	6
SALETE SILVA SOMMARIVA	7	4	3
RICARDO FONTES	6	4	3
NICANOR DA SILVEIRA	6	0	0
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	1	0	0
TOTAL	355	215	106

**RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Direta de Inconstitucionalidade	102	40	20
Agravo de Instrumento	3	5	1
Agr. (§ 3 Art 4 Lei 8437/92) Ped. Susp. Lim.	2	2	0
Agravo (Art. 4º Lei 4.348/64) Susp. Exec.	2	0	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	1	0	0
Agravo Decisão Administrativa em Ap Cível	0	1	1
Agravo Reg. na Ação Direta Inconst	1	1	0
Agravo Reg. em Mandado de Segurança	10	4	0
Agravo Reg. Med. Cautelar Rec. Especial	1	1	1
Agravo Reg. Pedido de Susp. Liminar	2	0	0
Agravo Retido em ADIN	1	0	0
Arguição de Inconstitucionalidade	13	9	2
Conflito de Competência	2	1	0
Embargos à Execução no Mand. Segurança	1	0	0
Emb. de Decl. na Ação Rescisória	2	0	0
Emb. de Decl. na ADIN	1	0	0
Emb. de Decl. Ag. Reg. em (MS)	2	2	2
Emb. de Decl. na Exceção de Suspeição	1	1	1
Emb. de Decl. Impug. à Assistência Judic.	1	1	0
Emb. de Decl. no Mand. de Segurança	12	7	5
Emb. de Decl. na Medida Cautelar	1	1	0
Emb. de Decl. No Pedido de Execução	1	0	0
Embargos Execução Ped Exec Acórdão	4	2	1
Impugnação à Assistência Judiciária	1	0	0
Inquérito	6	2	0
Inquérito Judicial	5	1	0
Mandado de Injunção	2	0	0
Mandado de Segurança	124	103	54
Notícia Criminal	0	1	0
Notificação Judicial	2	1	1
Pedido de Correição	2	0	0
Ped. de Execução no Acórdão	3	0	0
Pedido de Intervenção no Município	5	0	0
Pedido de Providência	1	0	0
Petição em Mandado de Segurança	1	0	0
Precatório (Agravo Regimental)	1	0	0
Processo Administrativo	9	8	6
Processo Crime	0	2	2
Processo LOMAN/ADMINSTRATIVO	0	1	0
Queixa Crime	1	5	5
Reclamação	6	6	0
Recurso de Concurso	2	0	0
Recurso de Decisão	8	3	3
Recurso de Decisão Adminstrativa	1	1	1
Representação	9	3	0
TOTAL	355	215	106



QUADRO ANUAL DO ÓRGÃO ESPECIAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
AMARAL E SILVA	0	1	0	1	2	0
JOÃO MARTINS	8	0	0	8	14	0
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	8	4	0	12	13	0
ALCIDES AGUIAR	2	2	0	4	4	0
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	2	0
ANSELMO CERELLO	6	2	0	8	9	0
JORGE MUSSI	7	3	0	10	9	0
CARLOS PRUDÊNCIO	0	1	0	1	3	0
GASPAR RUBIK	7	1	0	8	12	0
PEDRO MANOEL ABREU	12	5	0	17	26	0
ORLI RODRIGUES	3	3	0	6	7	0
TRINDADE DOS SANTOS	1	0	0	1	0	0
SOUZA VARELLA	5	2	0	7	9	0
SILVEIRA LENZI	13	1	0	14	14	0
CLAUDIO BARRETO DUTRA	7	5	0	12	9	0
NEWTON TRISOTTO	21	3	0	24	24	0
SÉRGIO PALADINO	17	4	0	21	33	0
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	5	6	0	11	12	0
LUIZ CÉSAR MEDEIROS	0	0	0	0	1	0
SOLOM D'EÇA NEVES	3	3	0	6	3	0
MAZONI FERREIRA	0	3	0	3	0	0
VOLNEI CARLIN	0	1	0	1	0	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	0	0	0	0	1	0
TOTAL	125	50	0	175	207	0

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO ÓRGÃO ESPECIAL, POR RELATOR, EM 2003.

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
AMARAL E SILVA	1	1	2
JOÃO MARTINS	0	8	14
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	4	12	13
ALCIDES AGUIAR	2	4	4
ALBERTO COSTA	0	0	2
ANSELMO CERELLO	2	8	9
JORGE MUSSI	3	10	9
CARLOS PRUDÊNCIO	1	1	3
GASPAR RUBIK	1	8	12
PEDRO MANOEL ABREU	5	17	26
ORLI RODRIGUES	3	6	7
TRINDADE DOS SANTOS	0	1	0
SOUZA VARELLA	2	7	9
SILVEIRA LENZI	1	14	14
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	5	12	9



NEWTON TRISOTTO	3	24	24
SÉRGIO PALADINO	4	21	33
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	6	11	12
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	0	0	1
SOLON D'EÇA NEVES	3	6	3
MAZONI FERREIRA	3	3	0
VOLNEI CARLIN	1	1	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	0	0	1
TOTAL	50	175	207

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO ÓRGÃO ESPECIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Direta de Inconstitucionalidade	1	32	53
Ação Rescisória	0	0	1
Agravo de Instrumento	1	1	0
Agr. (Art. 4º Lei 4.348/64) Ped. Susp. Lim.	0	0	2
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	0	1
Agravo Art. 532 nos Embargos Infringentes	0	0	1
Agravo Reg. no Agravo de Instrumento	1	1	1
Agravo Reg. em Mandado de Segurança	6	10	8
Agravo Reg. na Medida Cautelar	0	0	1
Agravo Reg. Pedido Assistência (RE)	1	1	1
Agravo Reg. Recurso Especial	1	1	1
Arguição de Inconstitucionalidade	0	4	3
Arguição de Inelegibilidade	1	1	1
Emb. de Decl. na ADIN	2	3	5
Emb. de Decl. no Mand. de Segurança	3	5	5
Embargos Execução Ped Exec Acórdão	1	1	1
Habeas Corpus	1	1	1
Inquérito	0	0	1
Inquérito Judicial	1	2	3
Mandado de Segurança	25	95	98
Medida Cautelar em Recurso Especial	0	5	3
Ped. de Execução no Acórdão	0	2	2
Processo Administrativo	1	1	3
Processo LOMAN/ADMINISTRATIVO	0	1	1
Queixa Crime	0	0	1
Reclamação	1	1	0
Recurso de Decisão	0	1	3
Recurso de Decisão Administrativa	0	1	1
Representação	3	5	5
TOTAL	50	175	207



QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
JOÃO MARTINS	0	0	0	0	1	0
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	2	0	1	2	1
ANSELMO CERELLO	0	1	0	0	1	1
CARLOS PRUDÊNCIO	4	0	0	0	0	4
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	1	0
ORLI RODRIGUES	2	0	0	0	0	2
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0
CLAUDIO BARRETO DUTRA	0	0	0	0	1	0
NEWTON TRISOTTO	2	0	0	2	2	0
VANDERLEI ROMER	2	1	0	3	1	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	1	1	0	1	1	1
ELÁDIO TORRET ROCHA	2	0	0	1	1	1
WILSON A DO NASCIMENTO	0	1	0	0	0	1
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	1	0	0	0	1
GASTALDI BUZZI	0	1	0	0	0	1
CÉSAR ABREU	0	1	0	0	0	1
NICANOR DA SILVEIRA	1	0	0	0	0	1
NEWTON JANKE	0	1	0	1	0	0
TOTAL	14	10	0	9	11	15

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEÇÃO CIVIL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
JOÃO MARTINS	0	0	1
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	2	1	2
ANSELMO CERELLO	1	0	1
CARLOS PRUDÊNCIO	0	0	0
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	1
ORLI RODRIGUES	0	0	0
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0
CLAUDIO BARRETO DUTRA	0	0	1
NEWTON TRISOTTO	0	2	2
VANDERLEI ROMER	1	3	1
LUIZ CEZAR MEDEIROS	1	1	1
ELÁDIO TORRET ROCHA	0	1	1
WILSON A DO NASCIMENTO	1	0	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	0	0
GASTALDI BUZZI	1	0	0
CÉSAR ABREU	1	0	0
NEWTON JANKE	1	1	0
TOTAL	10	9	11

**RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA SECÇÃO CIVIL, POR CLASSE EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	4	0	1
Apelação Cível em Mandado Segurança	0	1	0
Agravo de Instrumento	1	1	0
Embargos Infringentes	0	1	2
Conflito de Competência	2	2	2
Ped. de Uniformização de Jurisprudência	0	2	2
Ped. Execução de Honorário Advocatício	1	0	0
Agr. Regimental Embargos Infringentes	0	0	1
Agr. Regimental Ap. Cível (MS)	1	1	0
Emb. Decl. nos Embargos Infringentes	1	1	3
TOTAL	10	9	11

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO		PENDENTES
						DECISÕES	ASSINADOS	
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0	0	2	0
CARLOS PRUDÊNCIO	20	9	5	0	3	3	9	28
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	3	0
ORLI RODRIGUES	16	5	2	0	14	0	14	9
MAZONI FERREIRA	13	7	3	0	9	1	3	13
SERGIO PALADINO	0	0	0	0	0	0	0	0
MONTEIRO ROCHA	15	8	6	0	18	5	15	6
WILSON A. DO NASCIMENTO	11	10	2	0	16	4	19	3
JOSÉ VOLPATO	1	10	7	0	8	1	11	9
LUIZ CARLOS FREYESLEBDEN	11	9	1	0	5	0	5	16
MARCUS TULIO SATORATO	14	12	3	0	6	2	6	21
SALETE SILVA SOMMARIVA	13	8	2	0	6	0	5	17
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	0	0	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	114	78	31	0	85	16	92	122



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO GRUPO DE CÂMARAS DIREITO CIVIL POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	P/ AC	P/ DESP	
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	2
CARLOS PRUDÊNCIO	9	5	3	3	9
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	3
ORLI RODRIGUES	5	2	14	0	14
MAZONI FERREIRA	7	3	9	1	3
MONTEIRO ROCHA	8	6	18	5	15
WILSON A. DO NASCIMENTO	10	2	16	4	19
JOSÉ VOLPATO	10	7	8	1	11
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	9	1	5	0	5
MARCUS TULIO SATORATO	12	3	6	2	6
SALETE SILVA SOMMARIVA	8	2	6	0	5
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0	0
TOTAL	78	31	85	16	92

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	20	17	14
Mandado de Segurança	0	0	1
Embargos Infringentes	55	53	54
Medida Cautelar Inominada	1	0	0
Emb. de Declaração Emb. Infringentes	14	12	11
Emb. de Declaração na Ação Rescisória	4	4	2
Emb. de Declaração no M. de Segurança	0	1	1
Embargos Execução na Ação Rescisória	1	0	0
Embargos de Divergência	1	1	0
Ped. Uniformização de Jurisprudência	0	1	1
Agravo Art. 532 do CPC	2	1	1
Agravo Reg. na Ação Rescisória	4	4	3
Agravo Reg. nos Embargos Infringentes	1	1	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	1	0	0
Impugnação Valor Causa Ação Resc.	0	1	1
Impug. Assistência Judiciária Ação Resc.	0	2	2
Agravo (Art. 557, parág. único)	4	2	1
Decl. Inexistência	0	1	0
Reclamação	1	0	0
TOTAL	109	101	92

**QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL 2003**

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
PEDRO MANOEL ABREU	6	11	3	0	12	1	23	7
TRINDADE DOS SANTOS	2	9	8	0	9	2	12	8
SILVEIRA LENZI	0	0	0	0	0	0	3	0
CLAUDIO BARRETO DUTRA	3	0	0	0	3	0	9	0
CERCATO PADILHA	18	4	0	0	5	0	7	17
ELÁDIO TORRET ROCHA	8	11	3	0	16	0	16	6
NELSON SCHAEFER MARTINS	31	10	3	0	35	5	33	4
SÉRGIO BAASCH LUZ	2	10	3	0	11	0	11	4
FENANDO CARIONI	33	10	1	0	39	0	37	5
TORRES MARQUES	0	0	0	0	0	0	4	0
GASTALDI BUZZI	10	8	0	0	12	0	13	6
RICARDO FORTES	0	9	2	15	15	0	14	11
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	21	4	1	0	3	0	3	23
MARIA DO ROCIO SANTA RITA	0	0	0	0	0	0	0	0
NEWTON JANKE	0	0	1	0	1	0	4	0
TÚLIO PINHEIRO	0	1	1	3	4	1	4	0
TOTAL	134	87	26	18	165	9	193	91

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO GRUPO DE CÂMARAS DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	P/ AC	P/ DESP	
PEDRO MANOEL ABREU	11	3	12	1	23
TRINDADE DOS SANTOS	9	8	9	2	12
SILVEIRA LENZI	0	0	0	0	3
CLAUDIO BARRETO DUTRA	0	0	3	0	9
CERCATO PADILHA	4	0	5	0	7
ELÁDIO TORRET ROCHA	11	3	16	0	16
NELSON SCHAEFER MARTINS	10	3	35	5	33
SÉRGIO BAASCH LUZ	10	3	11	0	11
FERNANDO CARIONI	10	1	39	0	37
TORRES MARQUES	0	0	0	0	4
GASTALDI BUZZI	8	0	12	0	13
RICARDO FONTES	9	2	15	0	14
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	4	1	3	0	3
NEWTON JANKE	0	1	1	0	4
TÚLIO PINHEIRO	1	1	4	1	4
TOTAL	87	26	165	9	193



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	2	3	2
Embargos Infringentes	85	146	167
Agravo Reg. na Ação Rescisória	0	1	1
Agravo Reg. Emb. Infringentes	0	1	1
Agravo Reg. No (MS)	0	1	1
Agravo (Art. 532 do CPC) em Ap. Cível	4	1	1
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	1	1	1
Emb. de Decl. nos Emb. Infringentes	19	19	18
Emb. Declaração em Agravo do art. 532 do CPC	1	0	0
Petição de Embargos Infringentes	0	0	1
Medida Cautelar	1	1	0
TOTAL	113	174	193

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
JOÃO MARTINS	2	3	3	0	5	3	61	0
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	85	120	17	0	129	23	113	70
ANSELMO CERELLO	77	149	11	0	125	12	120	100
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	26	0
NEWTON TRISOTTO	75	122	17	0	154	11	157	49
VOLNEI CARLIN	79	127	20	0	140	9	135	77
LUIZ CEZAR MEDEIROS	62	129	28	0	151	20	150	48
VANDERLEI ROMER	160	122	22	0	195	22	163	87
RUI FRANCISCO FORTES	63	129	14	0	107	15	84	84
CÉSAR ABREU	73	129	12	0	114	21	106	79
NICANOR DA SILVEIRA	16	83	8	0	32	1	32	74
NEWTON JANKE	35	23	4	0	51	11	51	0
SONIA MARIA SCHMITZ	10	33	10	0	46	7	35	0
TOTAL	737	1169	166	0	1249	155	1233	668

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	P/ AC	P/ DESP	
JOÃO MARTINS	3	3	5	3	61
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	120	17	129	23	113
ANSELMO CERELLO	149	11	125	12	120
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	26
NEWTON TRISOTTO	122	17	154	11	157
VOLNEI CARLIN	127	20	140	9	135
LUIZ CEZAR MEDEIROS	129	28	151	20	150
VANDERLEI ROMER	122	22	195	22	163
RUI FRANCISCO FORTES	129	14	107	15	84
CÉSAR ABREU	129	12	114	21	106
NICANOR DA SILVEIRA	83	8	32	1	32
NEWTON JANKE	23	4	51	11	51
SÔNIA MARIA SCHMITZ	33	10	46	7	35
TOTAL	1169	166	1249	155	1233

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	30	30	27
Mandado de Segurança	1071	1124	998
Embargos Infringentes	32	42	39
Conflito de Competência	1	1	0
Habeas Data	0	1	1
Medida Cautelar	0	1	1
Apelação Cível	1	0	0
Agravo regimental em Ação Rescisória	1	0	0
Bem. De Declaração Ação Rescisória	0	1	1
Bem. De Declaração Bem. Infringentes	3	4	4
Bem. De Declaração Mand. Segurança	110	98	102
Bem. Execução Mandado de Segurança	5	6	4
Bem. Execução Pedido Exec. Acórdão	14	14	7
Ped. De Execução no Acórdão	34	29	4
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	1
Agravo Reg. No Conflito de Competência	2	2	2
Agravo Reg. No Mand. De Segurança	29	44	37
Impugnação Valor Causa Ação Resc.	0	3	3
Agravo (Art. 557, parág 1º do CPC)	2	3	2
TOTAL	1335	1404	1233



QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	0	0	4	0
CARLOS PRUDENCIO	952	792	103	0	191	215	371	1441
ORLI RODRIGUES	1158	770	42	0	301	100	324	1569
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	2	0
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	0	31	0
RUY PEDRO SCHNEIDER	0	0	0	0	0	0	5	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	1	0	0	0	1	0	21	0
JOSÉ VOLPATO	0	0	0	0	0	0	28	0
CESAR ABREU	0	0	0	0	0	0	1	0
SALETE SILVA SOMARIVA	0	711	56	940	357	52	342	1298
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	0	0	0	0	0	0	3	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	45	11	1	0	56	1	49	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	68	17	61	138	8	139	0
TOTAL	2156	2352	219	1001	1044	376	1320	4308

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	4
CARLOS PRUDÊNCIO	792	103	191	215	371
ORLI RODRIGUES	770	42	301	100	324
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	2
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	31
RUY PEDRO SCHNEIDER	0	0	0	0	5
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	1	0	21
JOSÉ VOLPATO	0	0	0	0	28
CESAR ABREU	0	0	0	0	1
SALETE SILVA SOMARIVA	711	56	357	52	342
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	0	0	0	0	3
JORGE SCHAEFER MARTINS	11	1	56	1	49
DIONÍZIO JENCZAK	68	17	138	8	139
TOTAL	2352	219	1044	376	1320

**RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR CLASSE EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	10	8	5
Mandado de Segurança	16	7	1
Apelação Cível	1581	710	745
Agravo de Instrumento	669	497	423
Apelação Cível em Mand. De Segurança	4	0	0
Conflito de Competência	30	21	14
Bem. De Declaração na Apelação Cível	117	92	58
Exceção de Suspeição	3	7	7
Habeas Corpus	38	23	20
Bem. Declaração no Ag. De Instrumento	42	26	26
Bem. Declaração na Exceção de Suspeição	0	0	1
Incidente de Falsidade	1	1	0
Agravo Reg. Na Apelação Cível	4	0	0
Agravo Reg. No Agravo de Instrumento	2	1	0
Agravo do art. 532 do CPC em Apelação Cível	1	1	0
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	44	19	16
Impugnação V. Causa Ação Rescisória	0	1	1
Medida Cautelar	5	5	3
Embargos de Declaração no MS	1	1	0
Reclamação	1	0	0
Agravo Art 527, II em Agravo de Instrumento	2	0	0
TOTAL	2571	1420	1320

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DIREITO CIVIL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO		ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
ANSELMO CERELLO	2	0	0	0	2	0	4	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	25	0
MAZONI FERREIRA	846	773	68	0	517	99	444	1071
MONTEIRO ROCHA	1481	782	62	0	487	8	481	1830
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	652	769	38	0	568	11	478	880
JORGE SCHAEFER MARTINS	690	5	20	0	162	11	211	542
TOTAL	3671	2329	188	0	1736	129	1643	4323



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2003.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	P/ACÓRD	P/DESP.	
ANSELMO CERELLO	0	0	2	0	4
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	25
MAZONI FERREIRA	773	68	517	99	444
MONTEIRO ROCHA	782	62	487	8	481
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	769	38	568	11	478
JORGE SCHAEFER MARTINS	5	20	162	11	211
TOTAL	2329	188	1736	129	1643

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR CLASSE EM 2003.

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	8	6	4
Mandado de Segurança	18	12	5
Apelação Cível	1563	1133	1035
Agravo de Instrumento	662	459	383
Apelação Cível em Mand. De Segurança	3	3	1
Conflito de Competência	31	28	27
Bem. De Declaração na Apelação Cível	122	119	107
Exceção de Incompetência	0	1	1
Exceção de Suspeição	3	2	2
Habeas Corpus	40	36	33
Bem. De Declaração no Agr. De Instr.	30	31	20
Bem. De Declaração Ação Rescisória	2	2	2
Bem. Declaração no Conflito de Competência	2	1	1
Agravo Reg. No Mandado de Segurança	0	0	1
Agravo Reg. No Agravo de Instrumento	1	2	2
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	16	15	13
Medida Cautelar	13	10	3
Reclamação	1	1	0
Agravo (Art. 522 do CPC) na Ação Resc.	0	1	1
Agravo Art. 522 CPC em Ap. Cível	1	1	0
Bem. Declaração Agravo (Art. 522 CPC)	1	1	1
Impugnação Valor Causa na Ação Resc.	0	1	1
TOTAL	2517	1865	1643

**QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL 2003**

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
WILSON A. DO NASCIMENTO	742	759	113	0	898	56	895	660
JOSÉ VOLPATO	640	784	110	0	984	39	978	511
MARCUS TÚLIO SATORATO	850	813	44	0	626	50	624	1031
DIONÍZIO JENCZAK	0	2	33	445	333	11	317	136
TOTAL	2232	2358	300	445	2841	156	2814	2338

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
WILSON A. DO NASCIMENTO	759	113	898	56	895
JOSÉ VOLPATO	784	110	984	39	978
MARCUS TÚLIO SATORATO	813	44	626	50	624
DIONÍZIO JENCZAK	2	33	333	11	317
TOTAL	2358	300	2841	156	2814



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO CIVIL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	9	11	9
Mandado de Segurança	13	8	4
Apelação Cível	1592	1920	1829
Agravo de Instrumento	668	707	652
Apelação Cível em Mand. De Segurança	2	1	1
Conflito de Competência	32	30	29
Bem. De Declaração na Apelação Cível	215	191	177
Exceção de Impedimento	0	1	1
Exceção de Suspeição	3	3	3
Habeas Corpus	37	38	37
Bem. Declaração na Ap. Cível em (M S)	0	5	4
Bem. Declaração no Ag. De Instrumento	64	59	52
Bem. Declaração no Habeas Corpus	1	1	1
Agravo Reg. Na Apelação Cível	1	1	1
Agravo Reg. No Mandado de Segurança	1	0	0
Agravo do Art. 120 § único do CPC	1	1	1
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	9	10	8
Interdito Proibitório em Apelação Cível	1	1	0
Medida Cautelar	5	3	0
Reclamação	1	1	1
Pedido de Assistência Judiciária	1	1	1
Pedido Execução Acórdão Ação Resc.	0	1	0
Bem. Declaração Ação Rescisória	2	2	2
Incidente de Falsidade em Aag. Instrumento	0	1	1
TOTAL	2658	2997	2814

**QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL 2003**

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
SILVEIRA LENZI	0	0	0	0	0	0	8	0
CLAUDIO BARRETO DUTRA	77	3	1	0	78	1	80	2
SÉRGIO PALADINO	0	0	0	0	0	0	4	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	1263	778	85	0	646	79	650	1401
FERNANDO CARIONI	0	0	0	0	0	0	5	0
TORRES MARQUES	0	0	0	0	0	0	9	0
GASTALDI BUZZI	62	8	0	0	70	0	71	0
RICARDO FORTES	0	801	54	1188	424	50	424	1569
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	933	748	22	0	18	5	5	1680
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	1	1	0	1	0
MARIA DO ROCIO STA RITTA	0	0	0	0	0	0	8	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	39	3	0	0	41	1	41	0
NEWTON JANKE	0	0	1	0	0	1	4	0
TULIO JOSÉ MOURA PINHEIRO	458	123	61	0	573	69	568	0
TOTAL	2832	2464	224	1189	1851	206	1878	4652

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
SILVEIRA LENZI	0	0	0	0	8
CLAUDIO BARRETO DUTRA	3	1	78	1	80
SÉRGIO PALADINO	0	0	0	0	4
ELÁDIO TORRET ROCHA	778	85	646	79	650
FERNANDO CARIONI	0	0	0	0	5
TORRES MARQUES	0	0	0	0	9
GASTALDI BUZZI	8	0	70	0	71
RICARDO FONTES	801	54	424	50	424
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	748	22	18	5	5
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	1	0	1
MARIA DO ROCIO STA RITTA	0	0	0	0	8
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	0	41	1	41
NEWTON JANKE	0	1	0	1	4
TULIO JOSÉ MOURA PINHEIRO	123	61	573	69	568
TOTAL	2464	224	1851	206	1878



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	4	3	1
Mandado de Segurança	4	1	0
Apelação Cível	1878	1321	1205
Agravo de Instrumento	553	487	442
Apelação Cível em Mand. Segurança	1	0	0
Conflito de Competência	10	18	17
Bem. De Declaração na Apelação Cível	166	162	159
Exceção de Suspeição	1	5	5
Habeas Corpus	12	10	8
Bem. Declaração no Agravo de Instr.	34	30	29
Bem. Declaração no Habeas Corpus	1	1	0
Agravo Regimental na Ação Rescisória	1	0	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	8	8	6
Pedido Execução na Ação Rescisória	1	1	0
Medida Cautelar	12	8	4
Agravo Regimental na Apelação Cível	1	1	1
Impug. Valor Causa Ação Rescisória	1	1	1
TOTAL	2688	2057	1878

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
PEDRO MANOEL ABREU	1210	766	151	0	953	57	966	1117
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	4	0
CERCATO PADILHA	0	0	0	0	0	0	11	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	1126	810	119	0	647	101	684	1307
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	1190	812	177	0	1016	20	1013	1143
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	368	8	43	0	402	8	403	9
TOTAL	3894	2396	490	0	3018	186	3081	3576

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
PEDRO MANOEL ABREU	766	151	953	57	966
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	4
CERCATO PADILHA	0	0	0	0	11
NELSON SCHAEFER MARTINS	810	119	647	101	684
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	812	177	1016	20	1013
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	8	43	402	8	403
TOTAL	2396	490	3018	186	3081

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	3	2	1
Mandado de Segurança	4	2	0
Apelação Cível	1844	2083	2022
Agravo de Instrumento	522	594	555
Apelação Cível em Mand. De Segurança	1	0	0
Conflito de Competência	12	7	6
Bem. De Declaração na Apelação Cível	403	418	404
Exceção de Suspeição	1	0	0
Habeas Corpus	9	8	8
Bem. Declaração na Ap. Cível em (M S)	1	1	1
Bem. Declaração Agravo de Instrumento	48	37	37
Agravo Reg. Na Apelação Cível	1	1	1
Agravo Reg. No Mandado de Segurança	1	1	1
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	12	12	12
Medida Cautelar	22	35	30
Impugnação Valor Causa Ação Resc.	0	1	1
Bem. Declaração Medida Cautelar	2	2	2
TOTAL	2886	3204	3081



QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		ASSINADOS	PENDENTES
					P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO		
TRINDADE DOS SANTOS	1030	803	155	0	982	116	952	890
CERCATO PADILHA	79	3	2	0	83	1	85	0
FERNANDO CARIONI	1300	793	71	0	661	2	644	1501
GASTALDI BUZZI	865	785	51	0	608	10	541	1083
RONALDO	202	4	9	0	35	14	37	166
TOTAL	3476	2388	288	0	2369	143	2259	3640

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
TRINDADE DOS SANTOS	803	155	982	116	952
CERCATO PADILHA	3	2	83	1	85
FERNANDO CARIONI	793	71	661	2	644
GASTALDI BUZZI	785	51	608	10	541
RONALDO	4	9	35	14	37
TOTAL	2388	288	2369	143	2259

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	5	2	2
Mandado de Segurança	2	3	2
Apelação Cível	1858	1662	1483
Agravo de Instrumento	503	530	473
Conflito de Competência	7	4	4
Bem. De Declaração na Apelação Cível	208	206	201
Exceção de Suspeição	2	3	3
Exceção de Incompetência	1	0	0
Habeas Corpus	10	17	15
Bem. Declaração Agravo de Instrumento	49	53	52
Agravo Reg. Na Apelação Cível	2	2	2
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	14	16	12
Medida Cautelar	14	13	10
Agravo Retido em Apelação Cível	1	1	0
TOTAL	2676	2512	2259

**QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO 2003**

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
JOÃO MARTINS	64	31	7	0	45	57	167	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	43	0
VOLNEI CARLIN	723	881	124	0	395	720	371	613
VANDERLEI ROMER	927	894	109	0	510	838	499	582
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	0	0	6	0
NICANOR DA SILVEIRA	0	668	12	381	95	37	78	929
NEWTON JANKE	0	190	65	606	494	367	462	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	3	4	64	18	53	18	0
TOTAL	1714	2667	321	1051	1557	2072	1644	2124

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
JOÃO MARTINS	31	7	45	57	167
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	43
VOLNEI CARLIN	881	124	395	720	371
VANDERLEI ROMER	894	109	510	838	499
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	6
NICANOR DA SILVERIA	668	12	95	37	78
NEWTON JANKE	190	65	494	367	462
SÔNIA MARIA SCHMITZ	3	4	18	53	18
TOTAL	2667	321	1557	2072	1644



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	0	1	1
Ação Civil Pública	10	2	0
Mandado de Segurança	10	9	5
Apelação Cível	1408	1654	832
Agravo de Instrumento	382	404	185
Apelação Cível em Mand. De Segurança	846	1195	315
Conflito de Competência	3	3	2
Bem. De Declaração na Apelação Cível	87	93	81
Exceção de Suspeição	3	3	2
Habeas Data	1	0	0
Bem. Declaração na Ap. Cível em (M S)	33	35	28
Bem. Declaração no Agr. Instrumento	22	25	16
Agravo Reg. Na Apelação Cível	8	7	5
Agravo Reg. Na Apelação Cível (MS)	6	6	4
Agravo Reg. No Mandado de Segurança	0	2	2
Agravo Reg. No Agravo de Instrumento	1	1	1
Agravo Reg. Em Reclamação	1	0	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	158	181	161
Agravo Art. 39 Lei 8038/90 em Ap Cível	1	1	1
Pedido Execução no Acórdão	1	1	0
Mandado de Injunção	0	1	0
Medida Cautelar	3	2	2
Reclamação	3	2	0
Recurso em Mandado de Segurança	1	1	1
TOTAL	2988	3629	1644

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DIREITO PÚBLICO 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	777	916	69	0	1020	129	982	613
NEWTON TRISOTTO	568	848	131	0	928	256	955	363
LUIZ CEZAR MEDEIROS	580	858	116	0	1098	250	1165	206
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	0	0	5	0
JAIME RAMOS	0	37	8	149	180	1	172	13
TOTAL	1925	2659	324	149	3226	636	3279	1195

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	916	69	1020	129	982
NEWTON TRISOTTO	848	131	928	256	955
LUIZ CEZAR MEDEIROS	858	116	1098	250	1165
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	5
JAIME RAMOS	37	8	180	1	172
TOTAL	2659	324	3226	636	3279

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	2	2	2
Mandado de Segurança	11	10	6
Apelação Cível	1401	1992	1778
Agravo de Instrumento	382	402	410
Apelação Cível em Mand. De Segurança	838	1127	757
Ação Cível Pública	14	0	0
Apelação Criminal	1	1	0
Conflito de Competência	2	1	1
Bem. De Declaração na Apelação Cível	169	171	172
Exceção de Suspeição	3	1	1
Habeas Corpus	3	1	1
Bem. Declaração na Ação Rescisória	0	0	1
Bem. Declaração na Ap. Cível em (M S)	54	48	47
Bem. De Declaração no Agr. De Instr.	37	40	40
Embargos Declaração Habeas Corpus	1	1	1
Bem. De Declaração Medida Cautelar	1	0	0
Agravo Reg. Na Apelação Cível	1	1	1
Agravo Reg. Na Ação Civil Pública	2	1	1
Agravo Reg. No Mandado de Segurança	0	1	0
Agravo Reg. Na Medida Cautelar	1	1	1
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	48	51	50
Impugnação Assistência Judiciária Ap Cível	1	2	2
Impugnação V. Causa Ap. Cível	1	1	1
Medida Cautelar	8	5	5
Reclamação	2	2	1
TOTAL	2983	3862	3279



QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
ANSELMO CERELLO	677	842	39	0	583	339	577	636
RUI FRANCISCO FORTES	597	674	15	0	251	176	219	859
CÉSAR ABREU	699	723	25	0	456	57	462	934
JAIME RAMOS	0	0	0	0	0	0	1	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	395	21	492	440	430	307	38
TOTAL	1973	2634	100	492	1730	1002	1566	2467

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
ANSELMO CERELLO	842	39	583	339	577
RUI FRANCISCO FORTES	674	15	251	176	219
CÉSAR ABREU	723	25	456	57	462
JAIME RAMOS	0	0	0	0	1
SÔNIA MARIA SCHMITZ	395	21	440	430	307
TOTAL	2634	100	1730	1002	1566

**ELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Ação Rescisória	3	2	1
Ação Civil Pública	12	4	0
Mandado de Segurança	6	15	10
Apelação Cível	1400	1374	876
Agravo de Instrumento	382	371	286
Apelação Cível em Mand. De Segurança	820	870	319
Conflito de Competência	4	1	0
Reclamação	4	3	1
Bem. De Declaração na Apelação Cível	38	36	34
Habeas Corpus	3	3	2
Bem. Declaração na Ap. Cível em (M S)	21	15	15
Bem. Declaração Mandado de Segurança	1	1	0
Agravo Reg. No Agravo de Instrumento	0	1	0
Agravo Reg. Na Apelação Cível (MS)	1	1	0
Bem. Declaração no Agr. Instrumento	8	7	7
Agravo Regimental no MS	1	1	1
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	23	19	11
Medida Cautelar	7	8	3
TOTAL	2734	2732	1566

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	REDISTRIBUIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
SILVEIRA LENZI	164	88	17	195	14	60	19	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	1	1362	107	982	69	200	71	219
NILTON MACEDO MACHADO	68	1156	100	674	65	445	63	140
JAIME RAMOS	110	0	0	110	0	0	0	0
VICTOR FERREIRA	209	1383	100	1084	68	321	65	219
J C KARSTENS KOHLER	48	0	0	48	0	0	0	0
DIONIZIO JENCZAK	0	1	0	0	0	1	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1	1361	158	874	102	381	102	163
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	234	104	0	82	256	82	0
TOTAL	601	5585	586	3967	400	1664	402	741



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	DISTRIB.	INCIDENTES	ACÓRDÃO	DESPACHO	
SILVEIRA LENZI	88	17	14	60	19
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	1362	107	69	200	71
NILTON MACEDO MACHADO	1156	100	65	445	63
VICTOR FERREIRA	1383	100	68	321	65
DIONIZIO JENCZAK	1	0	0	1	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1361	158	102	381	102
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	234	104	82	256	82
TOTAL	5585	586	400	1664	402

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Agravo de Instrumento	5585	1539	0
Bem. Declaração Agravo de Instrumento	134	112	16
Agravo Regimental Agravo de Instrumento	119	109	104
Agravo 545, CPC em Agravo Instrumento	1	2	2
Agravo (Art. 557, parágrafo único)	330	300	279
Ag. Art 39 da Lei 8038/90 em Ag Inst.	1	1	1
Pedido de Suspensão de Liminar	1	1	0
TOTAL	6171	2064	402

QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS – CIVIL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	REDISTRIBUIDOS	DECISÕES		ASSINADOS	PENDENTES
					P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO		
ANSELMO CERELLO	0	16	5	0	8	13	6	0
VANDERLEI ROMER	0	23	12	0	11	24	12	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	16	17	0	18	15	17	0
RICARDO FONTES	0	19	0	0	1	18	2	0
VICTOR FERREIRA	0	27	9	0	13	23	13	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	26	12	0	11	27	11	0
JOSÉ CARLOS C. KOHLER	0	0	0	0	0	0	1	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	70	9	0	7	72	7	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	26	27	0	23	30	23	0
TOTAL	0	223	91	0	92	222	92	0

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS – CIVIL, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
ANSELMO CERELLO	16	5	8	13	6
VANDERLEI ROMER	23	12	11	24	12
SALETE SILVA SOMMARIVA	16	17	18	15	17
RICARDO FONTES	19	0	1	18	2
VICTOR FERREIRA	27	9	13	23	13
DIONÍZIO JENCZAK	26	12	11	27	11
JOSÉ CARLOS C. KOHLER	0	0	0	0	1
SÉRGIO IZIDORO HEIL	70	9	7	72	7
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	26	27	23	30	23
TOTAL	223	91	92	222	92

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA CÂMARA DE FÉRIAS - CIVIL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Mandado de Segurança	14	14	0
Agravo de Instrumento	180	180	1
Habeas Corpus	29	29	27
Agravo Regimental Ag. Instrumento	16	16	16
Medida Cautelar	2	2	0
Agravo (Art. 522 do CPC) Medida Cautelar	1	1	0
Agravo (Art. 557 parág. 1º do CPC)	40	40	40
Agravo Art. 545 do CPC em AI	1	1	1
Embargos Declaração Agr. Instrumento	23	23	0
Agravo Regimental MS	7	7	6
Agravo Reg. Medida Cautelar Ação resc.	1	1	1
TOTAL	314	314	92



QUADRO ANUAL DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	1	0
JORGE MUSSI	0	22	0	6	4	16
GASPAR RUBIK	7	26	0	19	18	14
SOUZA VARELLA	1	11	0	1	0	11
SÉRGIO PALADINO	4	28	0	20	18	12
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	6	24	0	16	17	14
SOLON D'EÇA NEVES	4	25	0	20	22	9
IRINEU JOÃO DA SILVA	6	25	0	16	16	15
TORRES MARQUES	3	24	0	19	19	8
JAIME RAMOS	2	4	0	6	6	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	3	0	3	2	0
CARSTENS KÖHLER	8	16	0	24	22	0
TÚLIO PINHEIRO	3	0	0	3	3	0
TOTAL	44	208	0	153	148	99

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
ALBERTO COSTA	0	0	1
JORGE MUSSI	22	6	4
GASPAR RUBIK	26	19	18
SOUZA VARELLA	11	1	0
SÉRGIO PALADINO	28	20	18
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	24	16	17
SOLON D'EÇA NEVES	25	20	22
IRINEU JOÃO DA SILVA	25	16	16
TORRES MARQUES	24	19	19
JAIME RAMOS	4	6	6
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	3	2
CARSTENS KÖHLER	16	24	22
TÚLIO PINHEIRO	0	3	3
TOTAL	208	153	148

**RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR CLASSE EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Revisão Criminal	179	132	131
Embargos Infringentes	22	14	9
Perda de Graduação	1	3	3
Emb. Declaração Embargos Infringentes	2	2	3
Emb. Declaração Revisão Criminal	4	2	2
TOTAL	208	153	148

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
JORGE MUSSI	0	566	22	344	326	244
GASPAR RUBIK	197	625	0	428	336	394
SOUZA VARELLA	89	178	0	1	46	266
SOLON D'EÇA NEVES	144	599	0	545	542	198
JAIME RAMOS	47	64	0	111	113	0
MARIA DO ROCIO	0	0	0	0	2	0
CARSTENS KÖHLER	203	443	0	646	649	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	36	8	44	37	0
TOTAL	680	2511	30	2119	2051	1102

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
JORGE MUSSI	566	344	326
GASPAR RUBIK	625	428	336
SOUZA VARELLA	178	1	46
SOLON D'EÇA NEVES	599	545	542
JAIME RAMOS	64	111	113
MARIA DO ROCIO	0	0	2
CARSTENS KÖHLER	443	646	649
SÔNIA MARIA SCHMITZ	36	44	37
TOTAL	2511	2119	2051



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Habeas Corpus	661	606	615
Recurso Criminal	170	146	144
Apelação Criminal	1338	1050	995
Inquérito	21	10	8
Processo Crime	18	9	11
Notícia Criminal	3	2	1
Mandado de Segurança	19	17	12
Agravo de Instrumento	41	34	28
Habeas Data	1	0	0
Ag Regimental em MS	3	3	3
Recurso de Agravo	84	75	78
Conflito de Jurisdição	17	16	13
Representação	0	10	8
Reclamação	67	71	68
Exceção de Suspeição	1	4	4
Bem. Declaração Habeas Corpus	4	4	5
Medida Cautelar	3	1	0
Bem. Declaração Inquérito	1	2	2
Bem. Declaração Ap. Criminal	29	29	30
Bem. Declaração no Recurso Criminal	7	5	5
Bem. Declaração Processo Crime	1	1	0
Bem. Declaração Mandado Segurança	0	1	0
Queixa Crime	1	3	4
Pedido de Desaforamento	2	2	2
Pedido de Explicações	1	3	1
Carta Testemunhal	3	2	0
Recurso em Mandado de Segurança	6	6	7
Recurso de Habeas Corpus	1	1	2
Termo Circunstanciado	7	6	5
Petição em Apelação criminal	1	0	0
TOTAL	2511	2119	2051

**QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2003**

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	RECEBIDOS	JULGADOS	ASSINADOS	PENDENTES
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	1	0
SÉRGIO PALADINO	119	618	0	599	586	138
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	66	562	0	533	539	95
IRINEU JOÃO DA SILVA	125	643	0	615	608	153
SÉRGIO BAASCH LUZ	0	0	0	0	1	0
TORRES MARQUES	84	591	0	619	529	56
NILTON MACEDO MACHADO	1	0	0	1	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	1	65	0	66	65	0
NEWTON JANKE	1	1	0	2	1	0
TULIO PINHEIRO	34	19	0	53	52	0
TOTAL	431	2499	0	2488	2382	442

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
ALBERTO COSTA	0	0	1
SÉRGIO PALADINO	618	599	586
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	562	533	539
IRINEU JOÃO DA SILVA	643	615	608
SÉRGIO BAASCH LUZ	0	0	1
TORRES MARQUES	591	619	529
NILTON MACEDO MACHADO	0	1	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	65	66	65
NEWTON JANKE	1	2	1
TULIO PINHEIRO	19	53	52
TOTAL	2499	2488	2382



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Habeas Corpus	635	593	565
Recurso Criminal	173	181	175
Apelação Criminal	1335	1370	1334
Inquérito	22	22	13
Conflito de Jurisdição	12	16	15
Processo Crime	22	21	17
Emb. Declaração na Apelação Criminal	43	43	41
Emb. Declaração Mand. de Segurança	1	1	1
Emb. Declaração Processo Crime	4	3	1
Emb. Declaração Recurso Criminal	6	3	3
Recurso de Agravo	102	99	95
Queixa Crime	2	1	0
Mandado de Segurança	18	24	21
Reclamação	71	74	72
Notícia Criminal	2	1	0
Representação	2	4	4
Pedido de Desaforamento	2	2	2
Exceção de Suspeição	3	4	4
Agravo de Instrumento	17	3	1
Embargos Decl. no Habeas Corpus	7	5	4
Agravo Regimental Habeas Corpus	1	1	1
Agravo (Art. 557, parág. único)	1	1	0
Carta Testemunhável	3	0	0
Recurso em Mandado de Segurança	9	10	8
Termo Circunstanciado	6	6	5
TOTAL	2499	2488	2382

QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS – CRIMINAL 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO	ASSINADOS	PENDENTES
					DECISÕES			
SOUZA VARELLA	0	33	0	0	33	0	34	0
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	0	48	0	0	47	1	48	0
TORRES MARQUES	0	91	0	0	86	5	86	0
NILTON MACEDO MACHADO	0	42	0	0	40	2	39	0
NEWTON JANKE	0	35	0	0	35	0	34	0
JOSÉ CARLOS C. KOHLER	0	80	0	0	79	1	79	0
TOTAL	0	329	0	0	320	9	320	0

**DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS – CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2003**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
SOUZA VARELLA	33	0	33	0	34
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	48	0	47	1	48
TORRES MARQUES	91	0	86	5	86
NILTON MACEDO MACHADO	42	0	40	2	39
NEWTON JANKE	35	0	35	0	34
JOSÉ CARLOS C. KOHLER	80	0	79	1	79
TOTAL	329	0	320	9	320

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA CÂMARA DE FÉRIAS - CRIMINAL, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Habeas Corpus	243	243	240
Mandado de Segurança	85	85	80
Reclamação	1	1	0
TOTAL	329	329	320

QUADRO ANUAL DA CÂMARA ESPECIAL – Processos Criminais 2003

DESEMBARGADORES	PENDENTES 2002	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		ASSINADOS	PENDENTES
					P/ ACÓRDÃO	P/ DESPACHO		
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	3	0	3	0	21	0
TOTAL	0	0	3	0	3	0	21	0

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA ESPECIAL - Processos Criminais, POR RELATOR, EM 2003

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROC.	INCID.	ACÓRDÃO	DESPACHO	
NILTON MACEDO MACHADO	0	3	3	0	21
TOTAL	0	3	3	0	21



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NA CÂMARA ESPECIAL - Processos Criminais, POR CLASSE EM 2003

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	ASSINADOS
Apelação Criminal	0	0	21
Emb. Declaração Apelação Criminal	2	2	0
Emb. Declaração Recurso Criminal	1	1	0
TOTAL	3	3	21

RELATÓRIO SINTÉTICO DO ANO DE 2003 – DJ

	Baixa- Interior/Capital		
	Processos Arquivados		
	Retorno do STF		
	Retorno do STJ		
	Remessa do STF		
	Remessa do STJ		
	Remessa/Turma de Recursos		
	Remessa/Distribuidor		
	Remessa/Diligência		
	Remessa TRF 4ª Região		
	Remessa TRE		
	Remessa TRT		
	Remessa Justiça Federal		
	Auditoria Justiça Militar		
	Presidente/out. Trib.		
	Disp. 3º Vice-Presidente		
	Disp. 3º Vice-Presidente		
	Ofícios Expedidos		
Total Geral			
18100	18100		
10925	10925		
1449	1449		
1147	1147		
1131	1131		
1484	1484		
163	163		
262	262		
1024	1024		
83	83		
2	2		
1	1		
48	48		
3	3		
11	11		
4187	4187		
64	64		
1058	1058		

Diretoria de Documentação e Informações

Diretor:

Bel. Almir Tadeu Peres



Assessoria de Informática Jurídica

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase principal de **acórdãos do Tribunal de Justiça** (banco de jurisprudência).

- Atualização da infobase de acórdãos, com a inclusão de 23.053 acórdãos em inteiro teor, correspondentes ao período de agosto de 2002 a novembro de 2003, que poderão ser pesquisados na rede interna por meio do Fólio Views e na Internet pelo Oracle.
- Identificação, nos 23.053 acórdãos, de 1.146 com segredo de justiça, os quais já estão disponíveis na infobase com o nome das partes devidamente abreviadas.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase complementar de acórdãos do Tribunal de Justiça.

- Foram realizadas seis atualizações da infobase complementar de acórdãos, com a inclusão de 25.093 acórdãos em inteiro teor, correspondentes ao período de agosto de 2002 a novembro de 2003, os quais poderão ser pesquisados na rede interna do Tribunal e nas 110 comarcas do Estado.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de **despachos das Vice-Presidências** do Tribunal de Justiça.

Foi realizada uma atualização da infobase de despachos das Vice-Presidências, que tornou disponíveis 1.839 despachos em inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de **acórdãos das Turmas de Recursos**.

- Foram realizadas duas atualizações da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos, que tornaram disponíveis 437 acórdãos inteiro teor na rede interna do Tribunal e na Internet, totalizando atualmente 4.501 acórdãos em inteiro teor, assim distribuídos:

- 1.411** da 1ª Turma de Recursos da Capital;
- 677** da 2ª Turma de Recursos de Blumenau;
- 162** da 3ª Turma de Recursos de Chapecó;
- 631** da 4ª Turma de Recursos de Criciúma;
- 922** da 5ª Turma de Recursos de Joinville;
- 390** da 6ª Turma de Recursos de Lages;



308 da 7ª Turma de Recursos de Itajaí;

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de **acórdãos do Conselho da Magistratura.**

- Foi realizada uma atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura, que tornou disponíveis 850 acórdãos em inteiro teor, publicados desde 1990, que somente poderão ser pesquisados mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de resoluções administrativas.

- Atualização diária da base de resoluções administrativas e respectivo índice, que tornou disponíveis na Internet / intranet **88 resoluções** do ano de 2003, assim distribuídas: relativas ao ano de 2003, assim constituídas:

Resoluções	TJ	33
Resoluções	RC	6
Resoluções	GP	27
Resoluções	CM	5
Resoluções	DOF	17

As resoluções estão disponíveis na intranet no endereço **Administração - Normas e Manuais – Resoluções**, e o índice das resoluções é gerenciado pelo software **Index Server**.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas:

- Regimento Interno do TJSC
- Atos Regimentais do TJSC
- Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina
- Súmulas do TJSC
- Resoluções: GP/TJ/CM/DA/DEF/DDP/DMP/FRJ
- Constituição do Estado de SC, incluindo Emendas Constitucionais e Ações Diretas de Inconstitucionalidade
- Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos
- Lei n. 8.067/1990 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário

Atendimento à pesquisa informatizada.

- Atendimento pelo e-mail Juris: 6/dia, 30/semana, 120/mês x 10 meses, totalizando 1.200 atendimentos, a pedido de informações por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público.
- Remessa por e-mail ou fax de acórdãos ou documentos jurídicos solicitados.



Banco de legislação estadual.

Monitoramento da base de legislação de Santa Catarina, atualizadas até 2003, disponível na Internet no endereço <http://leis.jol.com.br>, por meio de senha de acesso, com leis na íntegra desde 1973.

Total de acessos mês/ano: 130x10 = 1.300 (10 meses)

Edição do CD-ROM vol. 5, do acervo de acórdãos do Tribunal de Justiça.

Ocorreu no dia 15 de dezembro de 2003 o lançamento do CD-ROM volume 5 do acervo de acórdãos do TJSC, contendo 65 mil acórdãos, na íntegra, de 2000 a 2003; 4.501 Acórdãos das Turmas de Recursos; Constituição Estadual; Súmulas do TJSC; Regimento Interno e Atos Regimentais; com busca automática por assunto, sob o gerenciamento do software Folio Views, com a nova versão 4.2

Outros serviços correlatos da Assessoria de Informática Jurídica.

- Em meados do mês de março foram editados, num só volume em forma de pasta atualizável, todos os Atos Regimentais, com índice remissivo, e suas respectivas modificações no período de 20 anos, bem como a legislação estadual específica, sendo impresso na gráfica do Tribunal.
- Em junho foi editado e atualizado, e impresso pela Gráfica do Tribunal, o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, com toda a legislação complementar específica, reunida num só volume brochura de 308 páginas, com as respectivas modificações nos artigos do Código, com a lei correspondente que a alterou, bem como as normas administrativas (atos regimentais, resoluções), que fazem parte da regulamentação dos artigos do Código.
- Elaboração de novo manual de ajuda, capa, contracapa e cartaz do CD-ROM vol. 5 da Jurisprudência Catarinense, em conjunto com a gráfica do Tribunal de Justiça.

Com a realização do curso Folio Views 4.2, foi possível fazer a migração e atualização das seguintes infobases que estavam na versão antiga do Folio Views 3.1, para a nova versão do Fólio Views 4.2:

- Infobase Principal da Jurisprudência Catarinense, reestruturada com a implementação da pesquisa pelo campo específico EMENTA e redefinição do campo REGISTRO, bem como a separação dos acórdãos por ano de julgamento.
- Infobase das Turmas de Recursos, reestruturada com a redefinição do campo REGISTRO, bem como a separação dos acórdãos por ano de julgamento.
- Infobase da Constituição Estadual, reestruturada da infobase com a redefinição do campo registro, bem como a atualização dos links.
- Infobase das Sumulas do Tribunal de Justiça, reestruturada com a redefinição do campo REGISTRO, bem como a atualização dos links.



Com o curso Folio Views 4.2, também foi possível fazer a criação das seguintes infobases já utilizando a nova versão:

- Infobase das Atas do Órgão Especial, com a inclusão de aproximadamente 780 atas na íntegra, desde o ano de 1980.
- Infobase do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- Infobase dos Atos Regimentais do Tribunal de Justiça.
- Infobase do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina.
- Infobase do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO:

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

- Foram tornados disponíveis 26.663 acórdãos provenientes dos órgãos julgadores do Tribunal, para serem utilizados pela Seção de Editais e para pesquisa.
- Aplicação de estilo e conferência de dados em campos específicos de cada acórdão para a base de dados.
- Controle de entrada e saída de processos da Seção.
- Reunião, em documento único, do voto vencido ao respectivo acórdão no qual não houve unanimidade de votos.

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

- Implantação do sistema automatizado de envio de matérias para publicação no Diário da Justiça.
- Atualização do programa de cadastramento de matérias publicadas no Diário da Justiça.
- Participação na elaboração do novo leiaute do Diário da Justiça.
- Editoração eletrônica do Diário da Justiça.
- Exibição, na Internet e na intranet, das matérias publicadas no Diário da Justiça.
- Confecção das coletâneas de acórdãos.
- Cadastramento de 26.663 acórdãos a serem arquivados.
- Conferência dos acórdãos cadastrados.
- Arquivamento dos acórdãos.
- Distribuição de acórdãos aos desembargadores e Diretoria Judiciária.
- Transmissão de matérias para publicação no Diário Catarinense.



SEÇÃO DE REVISÃO

- Edição da revista Jurisprudência Catarinense vols. 98 (2º trim. 2002), 99 (3º trim. 2002), 100 (4º trim. 2002) e 101 (1º trim. 2003).
- A revista Jurisprudência Catarinense vol. 100 é uma edição comemorativa, com novo layout da capa, acompanhada de 5 CD-ROMs, contendo todos volumes anteriores.
- Distribuição da revista Jurisprudência Catarinense vols. 95, 96, 97, 98, 99 e Índices Gerais vol. 8 e vol. 9.
- Revisão de 1.624 acórdãos, assim distribuídos:

Mazoni Ferreira	353
Jaime Ramos	17
Rui Fortes	372
Anselmo Cerello	410
Solon d'Eça Neves	269
Carlos Prudêncio	33
Ronaldo M. M. Silva	8
Fernando Carioni	162

- Outros trabalhos revisados (aproximadamente 200):
 - Atas (Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e Asplan).
 - Atos Regimentais
 - Apostilas
 - Programas diversos
 - Matérias para publicação na Internet
 - Relatórios de avaliação
 - Folders* diversos para a Diretoria de Saúde
 - Discursos de desembargadores
 - Ofícios diversos
 - Quadros anuais das Câmaras de Férias, Cíveis e Criminais
 - Relatórios finais das Diretorias

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

A Divisão de Pesquisa e Informação – Biblioteca teve as atividades prejudicadas em consequência das obras de reforma em suas instalações.



Alguns serviços foram temporariamente suspensos; outros aumentaram, dentre eles o de empréstimo/devolução e renovação, que manteve um movimento médio de 530 obras por dia. Também tiveram um aumento considerável os serviços dirigidos principalmente ao público interno (magistrados e servidores do Poder Judiciário), como as consultas locais e por fax, e-mail ou telefone, pedidos de orientação, auxílio e realização de pesquisas, atividades que ocuparam praticamente todas as funcionárias da Biblioteca.

O Projeto “Implantação das Bibliotecas Setoriais nas Comarcas”, aprovado na Resolução n. 22/02-GP e iniciado em 2002, teve continuidade em 2003, com a organização e implementação em algumas comarcas.

As aquisições de obras bibliográficas foram incrementadas a partir da aprovação das Resoluções n. 22/02-GP, que disciplina e reestrutura o serviço de bibliotecas nas comarcas que integram o Poder Judiciário de Santa Catarina, e 23/02-GP, que fixa o valor para aquisição de obras para o gabinete do juiz. Em 2003, além de praticamente todos os magistrados solicitarem a sua cota, também foram adquiridas obras técnicas para todas as diretorias e assessorias do TJ, bem como para os cartórios das comarcas.

QUADRO ESTATÍSTICO

Empréstimo e devolução de obras bibliográficas

- Média de 530 atendimentos/dia

Bibliotecas Setoriais

- Organizadas e em funcionamento: 7
- Em processo de organização: 2

Livros

- Livros adquiridos para a Biblioteca do TJ 1.099
- Livros adquiridos para Bibliotecas Setoriais (gabinetes de magistrados, Academia Judicial, cartórios e demais setores) 19.986
- Último registro do total de livros da Biblioteca do TJ 26.294



- Último registro do total de livros das Bibliotecas Setoriais 37.006*

Periódicos

- Periódicos adquiridos para a Biblioteca do TJ 683
- Último registro do total de periódicos 15.331

* Neste total estão incluídos mais ou menos 9.000 exemplares que já compunham o acervo existente nas Bibliotecas instaladas nas comarcas. O restante, em sua maioria, foram solicitações dos magistrados e cartórios das comarcas.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

SEÇÃO DE ARQUIVO

Fez-se a transferência do acervo documental da Seção de Arquivo do Tribunal de Justiça e das comarcas da Capital, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Fórum Regional do Estreito para o novo prédio do Arquivo Central do Poder Judiciário, localizado às margens da BR 101, Km 210. A massa documental transferida ultrapassa meio milhão de processos, conforme abaixo discriminado.

Comarca	Processos
Arquivo Tribunal de Justiça	140.000
Capital	277.200
São José	75.540
Palhoça	44.360
Biguaçu	43.758
Santo Amaro da Imperatriz	10.500
Auditoria da Justiça Militar	1.780
Fórum Regional do Estreito	3.000
Total	596.138

Foram desarquivados **3.628** processos judiciais oriundos das comarcas da Grande Florianópolis, conforme quadro abaixo:

Comarca	Processos judiciais desarquivados
Capital	1.939
São José	1.183
Palhoça	349
Santo Amaro da Imperatriz	83
Biguaçu	74
Total	3.628

Foram realizadas 1.424 pesquisas na documentação textual e microfilmada do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:



Arquivo	Quantidade de pesquisas	Tempo empregado, em horas	Quantidade de cópias
Microfilme	300	110 horas	3.651
Documentação Textual	1.124	147 horas	
Total	1.424	257	

Recebidas e arquivadas as seguintes séries documentais oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça: 9.000 processos administrativos funcionais, ano 2002, empenhos e orçamentos, ano 2000; processos de devolução de custas, anos 1996, 1997, 2000 e 2001; Ordens Bancárias, anos 2000 e 2001, processos administrativos do Conselho da Magistratura e da Corregedoria-Geral da Justiça.

A Diretoria Judiciária encaminhou à Seção de Arquivo 21.000 processos judiciais, que foram conferidos e cadastrados no sistema SAJ.

Foram preparadas e encaminhadas ao CIASC, para microfilmar, e posteriormente conferidas, as seguintes séries documentais:

Documento - Sigla	Quantidade de rolos	Fotogramas
Processos de Prestação de Contas - PCC	35	51.600
Processos Administrativos do Conselho da Magistratura - CM	44	213.065
Diário Oficial da União - DOU	7	34.050
Diário da Justiça da União - DJU	12	88.100
Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina - DJESC	8	41.300
TOTAL	106	428.115

Foram preparadas a serem encaminhadas posteriormente ao CIASC para microfilmar, as seguintes séries documentais:

Empenhos e orçamentos, anos 1997 e 1998 - 140 caixas de arquivo; Precatórios - 1.560 processos.

CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

- Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça
Atendeu 19 mil pessoas: advogados – 7.600; partes – 3.800; outros – 7.600
Informações por telefone: 15.200
Informações por e-mail: 30.400

Centros implantados:

- Centro de Atendimento e Informações de São José
Instalado em 9 de dezembro de 2002, atendeu **14.500** pessoas:
Advogados – **7.200**
partes – **2.400**; outros - **4.900**.
Informações por telefone: **9.600**
Informações por e-mail: **1.200**
- Centro de Atendimento e Informações de Blumenau



Instalado em 22 de maio de 2003 (7 meses), atendeu 7.322 pessoas:
advogados – **2.310**; partes – **1.400**; outros – **3.612**.
Informações por telefone: **2.800**
Informações por e-mail: **420**

- Centro de Atendimento e Informações da Comarca de Joinville

Instalado em 3 de Julho de 2003.(6 meses), atendeu 6.466: advogados
– 2.150;
partes – 1.220; outros – 3.096.
Informações por telefone: 2.400
Informações por E-mail: 360

Centro de Atendimento e Informações de Balneário Camboriú - instalado em outubro de 2003.

Centro de Atendimento e Informações da Itajaí - instalado em outubro de 2003.

Centro de Atendimento e Informações de Criciúma - instalado em outubro de 2003.

Centro de Atendimento e Informações de Chapecó - instalado, entrando em funcionamento em fevereiro de 2004.

Centro de Atendimento e Informações de Lages - instalado em novembro de 2003.

Centro de Atendimento e Informações de Tubarão - instalado em novembro de 2003.

SEÇÃO DE MUSEU

Exposição temática nas faculdades de Direito sobre o tema: “O Museu do Judiciário Preservando a memória”.

- **Local 1:** Faculdade de Direito do CESUSC.

Período: 12 a 16 de maio de 2003.

Assinaram o Livro: 266 visitantes.

Média de visitas por dia: 53 pessoas.

Perfil do público visitante: professores, estudantes e funcionários da Faculdade.

Acervo exposto: – documentos históricos e fotografias que mostram a instalação do Tribunal de Justiça e a criação do primeiro curso de Direito em SC; histórico da participação dos desembargadores na criação e fundação da primeira faculda de Direito do Estado.

- **Local 2:** Faculdade de Direito Estácio de Sá de SC.

Período: 21 a 30 de maio de 2003.

Assinaram o Livro: 331 visitantes.

Média de visitas por dia: 42 pessoas.

Perfil do público visitante: professores, estudantes e funcionários da Faculdade.

Acervo exposto: – documentos históricos e fotografias que mostram a instalação do Tribunal de Justiça e a criação do primeiro curso de Direito em SC; histórico da participação dos desembargadores na criação e fundação da primeira faculdade de Direito do Estado.

Abertura das novas instalações do Museu **no Anexo do Tribunal.**



Data: 1º de julho de 2003.

Assinaram o Livro: 1.225 visitantes (período de agosto a dezembro)

Perfil do público visitante: estudantes do ensino fundamental, médio e universitário; turistas nacionais e estrangeiros; advogados; pesquisadores (de História, Direito, Ciências Sociais e Comunicação); desembargadores na ativa e aposentados; representantes diplomáticos que visitaram o Tribunal (cônsul da Bélgica); procuradores de estado; servidores do Judiciário de outros Estados.

Acervo histórico exposto: – Galeria dos Presidentes do Tribunal de Justiça desde outubro de 1891; documentos históricos e fotografias que mostram a criação e a instalação do Tribunal de Justiça; peças de mobiliário e objetos que foram aparato material do trabalho dos magistrados e que contam a história do Judiciário catarinense; coleção de urnas de sorteio de jurados providas das comarcas centenárias; fotos dos prédios que abrigaram a sede do Poder Judiciário catarinense; fotografias dos eventos que marcaram a história do Judiciário (1º Encontro de Presidentes de Tribunais do Brasil, 1º Encontro de magistrados e promotores e advogados catarinenses).

Exposição comemorativa dos 112 anos do Tribunal

Local: Beiramar Shopping de Florianópolis.

Período: 1º a 5 de outubro de 2003.

Visitaram a exposição: **700** pessoas.

Média de visitas por dia: 140 pessoas.

Perfil do público visitante: clientes habituais do Shopping; estudantes do ensino fundamental, médio e universitário; turistas nacionais e estrangeiros; advogados; pesquisadores (de História, Direito, Ciências Sociais e Comunicação); magistrados; procuradores; servidores do Judiciário de outros Estados, servidores públicos em geral.

Acervo histórico exposto: – documentos históricos e fotografias que mostram a criação e a instalação do Tribunal de Justiça; mobiliário antigo e peças e objetos que contam a história do Judiciário catarinense; fotos das sedes do Tribunal de Justiça.



Total de visitas às exposições temporárias: 1.752

Visitas guiadas à exposição permanente no Anexo

a) Participantes de Encontros:

- Secretários de Foro das Comarcas - 40 pessoas
- 1º Encontro de Novos Servidores - 30 pessoas
- Núcleo de Estudos da 3ª Idade - 8 pessoas
- Grupo Raio do Sol (Itajaí) - 41 pessoas

Total: 119 visitantes

b) Escolas:

- UNIVALI – Itajaí – 10ª fase do curso de Direito – 39 visitantes
- Grupo Escolar Fiorento Müller – Criciúma - 40 visitantes
- Colégio Cenecista Honório Miranda – Tubarão - 32 visitantes
- UNIVALI – Balneário Camboriú – 8ª Fase de Direito - 27 visitantes
- UNIPLAC – Lages – 7ª fase de Direito – 26 visitantes.
- UNISUL – Grande Fpolis – 8ª fase de Direito – 17 visitantes.
- UNIDAVI – Rio do Sul – 10ª fase de Direito- 37 visitantes
- UNOESC – 7ª fase de Direito – 18 visitantes.
- Colégio Cônsul Carlos Renaux – Brusque – 41 visitantes
- UNIPLAC – Lages - 1ª fase de Direito – 39 visitantes
- UNESC – Concórdia – 14 visitantes
- UNIVALI – Tijucas – Curso de Direito – 15 visitantes.
- CESB – Florianópolis – 12 visitantes
- UNIVALI – Tijucas – 9ª fase de Direito – 26 visitantes
- UFSC – Trindade – 1ª fase de História – 34 visitantes.



Total: 407 visitantes

Total de visitas guiadas ao Museu: 526

TOTAL GERAL DE VISITANTES: 2.278

Origem dos visitantes 54 localidades diferentes

Controle e Preservação do Acervo Histórico do Judiciário Catarinense

Viagens para recolhimento de documentos históricos para compor o acervo do Museu

Comarca de Laguna:

Dia 7-4-2003 – pesquisados e diagnosticados 1.700 processos

Dia 27-05-2003 – recolhidos 540 processos

Comarca de São Francisco do Sul:

Dia 14-05-2003 – recolhidos 750 processos

Comarca de Mafra:

Dias 4 e 5-06-2003 – recolhidos 351 processos e 3 livros

TOTAL GERAL DE DOCUMENTOS RECOLHIDOS: 1.644

Pesquisa interna para organização do acervo documental

- 471 processos de comarcas e documentos originais avulsos
- 16 pesquisas para produção de textos históricos e do acervo
- 5 pesquisas para elaboração de textos destinados à página do Museu na Internet em 2003



Total de pesquisas: 492

Atendimento a pesquisas de usuários

Pesquisas solicitadas por acadêmicos - 45

TOTAL GERAL DE PESQUISAS: 537

CAPELA ECUMÊNICA SANTA CATARINA

Reabertura no dia 2 de janeiro de 2003.

Dia 7 de janeiro, às 19 horas: celebração de missa de 7º dia em memória da Sra. Valdívnia Ribas Alves, à qual mais de 40 pessoas.

Dia 21: visita de 28 pessoas da cidade de Descanso-SC.

Dia 29: visita de 18 jovens, oriundos da cidade de Porto Alegre, membros de uma organização não-governamental.

Até o final de janeiro, visitaram a Capela mais ou menos 100 pessoas.

Do dia 4 a 14 de fevereiro, a Capela passou por melhorias: drenagem da água do espelho d'água circundante; colocação externa de cabos, canos e fios para a instalação de aparelho de ar condicionado; instalação de fios e sensores para o sistema de alarme; colocação da placa com o horário de visitação; reposição de água no espelho, com tratamento contra o mosquito da dengue. Reabertura no dia 14.

Total de visitas em fevereiro: 102 pessoas.

A partir do mês de março, a Capela Ecumênica iniciou a sua programação normal para os visitantes:

- Programa Meia-Hora com Deus, toda terça-feira, das 12h30min às 13horas - média de **10** visitantes ouvintes em cada evento, 320 pessoas no ano.
- Adoração ao Santíssimo todo dia 25 de cada mês – média de **30** pessoas por evento, 300 pessoas no ano.

Total de 125 visitantes no mês.

No mês de abril, houve a celebração de Páscoa, com a presença de 50 pessoas.

Total de visitantes em abril: 130 pessoas.

No dia 25 de novembro, houve celebração ecumênica à Santa Catarina de Alexandria, a que estiveram presentes 150 pessoas.

TOTAL GERAL DE VISITANTES: 1.310



SEÇÃO DE PROTOCOLO

Foram autuados 20.160 processos administrativos e 1.300 processos precatórios e petições.

Foram arquivados 9.336 processos administrativos.

Consulta de processos administrativos e precatórios – aproximadamente 4.800, na média de 20 por dia.

Movimentação de processos administrativos e precatórios aproximadamente 9.600, na média de 40 por dia.

Anexação, juntada, apensação e desapensação de processos aproximadamente 720, na média de 3 por dia.

Melhorias

A Seção de Protocolo ganhou novo espaço no térreo, o que melhorou as condições de trabalho e atendimento aos usuários internos e externos.

Foi equipada, ao longo do ano, com novas impressoras (matriciais, HP e laser), estações de trabalho e ferramentas adequadas (grampeador de grande porte, furador para blocos de papel etc.).

Está sendo desenvolvido um novo Sistema de Protocolo para substituir o atual, que vem apresentando problemas no aproveitamento dos dados existentes e impossibilidade de alteração em sua estrutura. O novo Sistema facilitará o serviço interno da Seção e agilizará as consultas feitas pelos usuários.

Diretoria Geral Administrativa

Diretor-Geral:

Bel. Sérgio Galliza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Diretor:

Eng. Celso Galliza



FÓRUNS CONSTRUÍDOS	M ² CONSTRUÍDO	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
FÓRUM DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL	1.929,72	R\$ 1.040.868,36	DEZEMBRO DE 2002
FÓRUM DA COMARCA DE JAGUARUNA	993,26	R\$ 284.384,03	JULHO DE 2002
FÓRUM REGIONAL DO ESTREITO	1.929,72	R\$ 1.045.282,92	OUTUBRO DE 2002
TOTAL	4.852,70	R\$ 2.370.535,31	

FÓRUNS REFORMADOS	M ² CONSTRUÍDO	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
FÓRUM DA COMARCA ANCHIETA	392,60	R\$ 61.768,25	DEZEMBRO DE 2002
FÓRUM DA COMARCA DE BRUSQUE	3.000,00	R\$ 258.450,94	AGOSTO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE CRICIÚMA	2.479,00	R\$ 93.762,50	NOVEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE CUNHA PORÃ	558,90	R\$ 68.402,18	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE FRAIBURGO	140,53	R\$ 76.841,48	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE JOINVILLE	9.480,00	R\$ 297.397,53	JUNHO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE LAGES	5.138,00	R\$ 163.500,94	ABRIL DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE LEBON RÉGIS	822,89	R\$ 110.645,25	ABRIL DE 2002
FÓRUM DA COMARCA DE MAFRA	1.905,00	R\$ 980.374,29	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE PALHOÇA	1.235,00	R\$ 46.778,98	MARÇO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE PONTE SERRADA	430,00	R\$ 103.805,12	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO SUL	1.940,45	R\$ 1.078.993,20	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE TROMBUDO CENTRAL	552,05	R\$ 107.777,77	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE TUBARÃO	5.213,66	R\$ 255.157,00	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE VIDEIRA / PROVISÓRIO	1.512,00	R\$ 180.075,34	SETEMBRO DE 2003
PRÉDIO DA GRÁFICA DO TJ	370,00	R\$ 58.966,02	DEZEMBRO DE 2003
PRÉDIO PROVISÓRIO DO ARQUIVO CENTRAL TJ	1.900,00	R\$ 91.090,48	AGOSTO DE 2003
INSTALAÇÃO DA SONORIZAÇÃO PLENO TJ	822,00	R\$ 118.698,77	MARÇO DE 2003
REFORMA DO 1, 3 e 4 PAVIMENTO TJ	900,00	R\$ 159.972,75	JANEIRO DE 2003
REFORMA DO HALL SUPERIOR TJ	618,00	R\$ 367.207,56	MAIO DE 2003
REFORMA DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO	850,00	R\$ 96.700,00	MARÇO DE 2003
INSTALAÇÃO SISTEMA SEGURANÇA TJ	1.700,00	R\$ 149.885,00	JULHO DE 2003
REFORMA DA DJ, DMP DRH E GABINETES TJ	1.549,00	R\$ 667.893,75	JANEIRO DE 2004
REFORMA DA BIBLIOTECA TJ E IMPERM. TÉRREO	2.837,10	R\$ 795.325,93	DEZEMBRO DE 2003
TOTAL	46.346,18	R\$ 6.389.471,03	



CASAS DA CIDADANIA CONSTRUÍDA	M² CONSTRUÍDO	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
CASA DA CIDADANIA DE JOSÉ BOITEUX	415,54	R\$ 268.067,50	JANEIRO DE 2003
CASA DA CIDADANIA DE LEOBERTO LEAL	415,54	R\$ 270.719,90	OUTUBRO DE 2003
CASA DA CIDADANIA DE PALMA SOLA	415,54	R\$ 236.106,24	OUTUBRO DE 2003
CASA DA CIDADANIA DE RIO DO CAMPO	415,54	R\$ 267.351,10	NOVEMBRO DE 2003
CASA DA CIDADANIA DE VITOR MEIRELES	415,54	R\$ 267.852,43	JANEIRO DE 2004
TOTAL	2.077,70	R\$ 1.310.097,17	

INSTALAÇÃO DE NOVAS COMARCAS	M² CONSTRUÍDO	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
FÓRUM DA COMARCA DE ASCURRA	478,02	R\$ 4.500,00	MARÇO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE PRESIDENTE GETÚLIO	495,22	R\$ 34.594,22	JUNHO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE GARUVA	299,78	R\$ 4.820,00	MAIO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE ITAPOÁ	380,36	R\$ 3.200,00	JUNHO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE NAVEGANTES	396,98	R\$ 46.720,81	JULHO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE GAROPABA	287,49	R\$ 7.433,00	AGOSTO DE 2003
TOTAL	2.337,85	R\$ 101.268,03	

Observação - A atual administração por decisão do Desembargador Presidente, decidiu que seria prioridade a manutenção corretiva e preventiva nos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça. Assim, o Poder Judiciário aplicou investimentos na ordem de R\$ 6.856.295,30



FÓRUNS EM REFORMAS	M ² DE REFORMA	VALOR ESTIMADO DE INVESTIMENTOS	PRAZO DE ENTREGA
FÓRUM DA COMARCA ARARANGUÁ / PROV.	2114,94	R\$ 303.402,28	ABRIL DE 2004
FÓRUM DA COMARCA DE LAGUNA / PROV.	1211,73	R\$ 108.696,14	ABRIL DE 2004
FÓRUM DA COMARCA DE CHAPECÓ	7736,96	R\$ 786.763,80	FEVEREIRO DE 2004
PRÉDIO DA GRÁFICA	824,03	R\$ 137.745,03	FEVEREIRO DE 2004
FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	1216,00	R\$ 37.610,10	DEZEMBRO DE 2003
FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ	5535,00	R\$ 279.717,67	MARÇO DE 2004
FÓRUM DA COMARCA DE VIDEIRA	1750,11	R\$ 1.108.924,21	DEZEMBRO DE 2004
TOTAL	20388,77	R\$ 2.762.859,23	

OBRAS EM LICITAÇÃO / REFORMAS	M ² DE REFORMA	VALOR ESTIMADO DE INVESTIMENTOS	PRAZO DE ENTREGA
FÓRUM DA COMARCA DE ARARANGUÁ	2846,91	R\$ 2.733.237,57	MAIO DE 2005
FÓRUM DA COMARCA DE LAGUNA	3026,36	R\$ 2.801.514,03	MAIO DE 2005
FÓRUM ANTIGO BALN. CAMBORIÚ	822,00	R\$ 143.509,38	ABRIL DE 2004
FÓRUM DA COMARCA DA CAPITAL	8400,00	R\$ 2.885.086,98	JANEIRO DE 2005
COBERTURA PASSAGEM TJ/FÓRUM CAPITAL	295,68	R\$ 271.834,65	MAIO DE 2004
CONCLUSÃO BLOCO H e I – ANEXO TJ	1599,30	R\$ 1.312.218,98	MAIO DE 2004
CONCLUSÃO DO ANEXO – TJ	15193,82	R\$ 14.500.000,00	SETEMBRO DE 2005
TOTAL	32184,07	R\$ 24.647.401,59	

CASAS DA CIDADANIA EM ANDAMENTO	M ² DE CONSTRUÇÃO	VALOR ESTIMADO DE INVESTIMENTOS	
CASA DA CIDADANIA DE LAURENTINO	415,54	R\$ 274.999,99	MARÇO DE 2004
CASA DA CIDADANIA DE NOVA TRENTO	415,54	R\$ 279.619,03	MARÇO DE 2004
CASA DA CIDADANIA DE WITMARSUM	415,54	R\$ 268.067,50	FEVEREIRO DE 2004
CASA DA CIDADANIA DE TIMBÓ GRANDE	415,54	EM LICITAÇÃO	SETEMBRO DE 2004
CASA DA CIDADANIA DE RIO DO OESTE	415,54	EM LICITAÇÃO	SETEMBRO DE 2004
TOTAL	2077,70	R\$ 822.686,52	

Diretoria de Informática

Diretor:

Bel. Giovanni Moresco



A partir de fevereiro de 2002, com a assunção da atual gestão, foi detectada uma carência significativa na infra-estrutura de informática, de forma que a prestação de serviços estava sendo prejudicada. Não obstante os novos sistemas e comarcas informatizadas, a estrutura vinha se mantendo praticamente a mesma desde 1997, sem investimentos de porte ou projetos que permitissem vislumbrar uma correção de rumo.

Ciente desse fato, foram envidados esforços no sentido de prover essa infra-estrutura, visando, principalmente, propiciar ao usuário de informática do Poder Judiciário serviços de qualidade e com tempo reduzido de resposta às suas solicitações.

Nesse enfoque, era mister a aquisição de novos computadores e mesmo a atualização dos existentes, de forma a agilizar o processamento das informações e a atualização dos dados processuais. Assim, foram adquiridos durante a gestão 1.308 microcomputadores novos, no valor aproximado de R\$ 2.700.000,00. Mais que isso, foram atualizados os computadores que já não reuniam condições de utilização, em um investimento próximo aos 2 milhões de reais. Foram 1.125 atualizações, o que garante hoje um parque tecnológico no qual todas as máquinas possuem velocidade igual ou superior aos 233MHz.

Ainda em relação a equipamentos, foram adquiridas e distribuídas entre as comarcas do Estado 302 impressoras laser, totalizando R\$ 700.000,00 de investimento. Destacamos, no mesmo quesito, o aporte de 402 monitores de vídeo, que estão sendo distribuídos entre todas as salas de audiência dos fóruns do Estado, o que possibilitará às partes e advogados envolvidos acompanhar em tempo real a confecção dos documentos da audiência.

Para atender com maior ênfase à atividade fim do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática, em conjunto com a Comissão de Gestão da Informatização (CGInfo), proveu os gabinetes de Magistrados com equipamentos que pudessem facilitar e agilizar o trabalho dos Juízes. Assim, cada gabinete foi equipado com um gravador de CD e uma impressora multifuncional (impressora, scanner e copiadora em um único aparelho). Foram adquiridas 446 unidades, representando um investimento em torno de R\$ 1.300.000,00. Até o final de 2003, serão ainda distribuídos mais 400 notebooks (computador portátil), sendo um equipamento a cada magistrado, ao valor estimado de R\$ 2.200.000,00.

Tal volume de aquisições não poderia ter sido executado sem um criterioso planejamento. Assim, implantou-se durante a gestão uma sistemática para aquisição de equipamentos, de forma a atender a demanda e evitar a repetição dos problemas encontrados. Considerando a necessidade de regularizar a situação dos estoques de equipamentos de informática, para atendimento imediato às necessidades apresentadas, bem como a implantação de 17 novas

comarcas, 5 gabinetes de desembargadores e 3 juízes substitutos de 2º grau, tornou-se imprescindível a elaboração dessa sistemática.

Foi elaborada uma planilha apontando a necessidade de compra de equipamentos, para os anos de 2002 e 2003, fundamentada na demanda existente. Todas as aquisições realizadas seguiram os critérios e quantidades preestabelecidas e vem sendo direcionadas para a modalidade de licitação denominada pregão, quando o caso permite. Diante desta realidade, reduziu-se drasticamente o valor das compras efetuadas, proporcionando economia superior a um milhão de reais.

Para manter a qualidade no atendimento e garantir a resolução dos problemas com maior agilidade, a Diretoria de Informática sugeriu a criação da função de Técnico de Suporte Operacional (TSO), já existente em todas as comarcas, para as Diretorias do Tribunal de Justiça, a Academia Judicial e a Corregedoria-Geral da Justiça. Com essa medida, os técnicos lotados diretamente no Tribunal de Justiça puderam absorver a demanda crescente de solicitações, auxiliados pelos técnicos recém nomeados. O projeto possibilitou um atendimento mais célere aos quase mil funcionários do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça.

Com a melhoria das linhas de comunicação, foi possível iniciar o projeto de centralização dos bancos de dados. Para viabilizar o projeto, foram adquiridos 5 servidores de rede com maior capacidade, resultando em um investimento na casa dos R\$ 420.000,00, cuja compra aliada à nova topologia de redes está permitindo que cada nova comarca instalada pelo Poder Judiciário já tenha suas informações processuais centralizadas no Tribunal de Justiça. A economia gerada com licenças de bancos de dados e servidores, em função do projeto de centralização, chega à casa de R\$ 1.000.000,00.

Durante a gestão, dezesseis (16) comarcas foram implantadas com essa estrutura.

A propósito, cabe lembrar que a Diretoria de Informática forneceu suporte à instalação de cada uma das novas Comarcas. Foram instalados e configurados equipamentos, linhas de comunicação e softwares, de maneira que duas semanas antes



Visão geral do cartório da Comarca de Ascurra, já em funcionamento desde sua inauguração



da instalação oficial da comarca, toda a estrutura de informática já estava pronta e em funcionamento.

Ainda na seara de comunicações, o Tribunal de Justiça possuía, no início de 2002, um link com a internet de 2MBs, pelo qual pagava à empresa contratada R\$ 16.000,00 mensais. Ciente de que o acesso à rede mundial é fator imprescindível para a atividade jurídica, seja para consulta de material jurídico ou mesmo confirmação de certidões e pesquisas técnicas, foi providenciada a duplicação da velocidade de acesso, passando para 4MBs, pagando-se mensalmente R\$ 7.000,00.

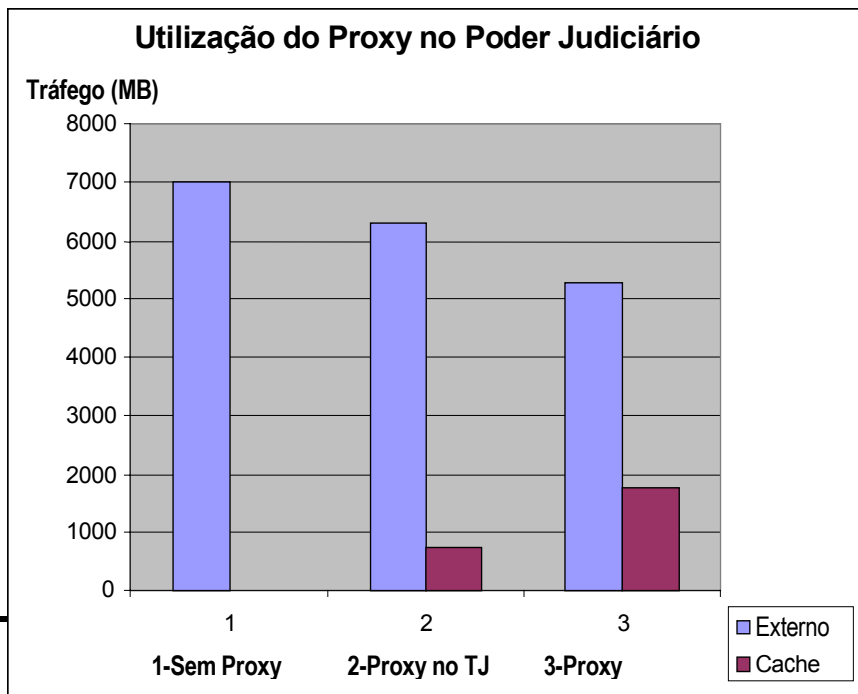
Em paralelo a esse aumento na velocidade de acesso à *internet*, a Diretoria de Informática detectou que uma parte desse link era utilizado para acesso à páginas não condizentes com o serviço judiciário, e mais, que o anonimato no acesso quase incentivava os servidores a usar o recurso de forma incorreta. Outro problema encontrado dizia respeito à repetição de acesso a determinadas páginas, que mesmo já acessadas por máquinas do Poder Judiciário, a cada novo acesso eram totalmente “carregadas”, gerando maior tráfego de rede.

Para solucionar às duas deficiências, foi implantado em meados de 2003 um conceito denominado “Servidor Proxy”. Com sua utilização, os usuários necessitam informar uma senha para ter liberado seu acesso à internet. Além disso, o sistema permite que sejam emitidos relatórios informando a quantidade de acessos e o volume de informações trafegado por cada usuário. Com isso, a Diretoria de Informática iniciou uma campanha de educação do usuário interno, que resultou em uma redução significativa no número de acessos indevidos.

Além de exigir autenticação, o servidor Proxy executa uma função de “biblioteca” de páginas, armazenando nos servidores internos do Tribunal de Justiça as páginas mais acessadas, de forma que nos próximos acessos não será mais necessário “baixar” todo o conteúdo do site

de origem. Com essa medida, foi reduzido em aproximadamente 25% o tráfego diário de informações pela internet.

O gráfico ao lado mostra a eficácia do servidor Proxy como repositório de dados. O tráfego médio de informações, no Poder Judiciário, chega a 7 GB de dados por dia. No primeiro momento, sem a utilização do Proxy, todos os 7 GB trafegavam





pelo link com a internet. No segundo momento, já com os computadores do Tribunal de Justiça configurados para utilizar o serviço, aproximadamente 725 MB (10%) passaram a ser buscados diretamente no cache do servidor Proxy. Finalmente, com a implantação em todo o Estado, em torno de 1,75 GB de dados são servidos pelo Proxy diariamente.

Um assunto que possui estreita relação com a internet e que não poderia ser esquecido diz respeito aos servidores de correio eletrônico. O e-mail é, hoje, recurso fundamental para a agilidade do serviço judiciário. Diariamente, trafegam pela rede interna aproximadamente 40.000 mensagens de e-mail. A ferramenta de gerenciamento de correio eletrônico utilizada pelo Poder Judiciário possui diversas limitações, estando já ultrapassado em termos de tecnologia, além de possuir complexidade extrema para administração e configuração. Assim, foi adquirido um novo gerenciador de e-mails, o qual está em fase de implantação. Com essa nova ferramenta, os servidores da justiça terão acesso a *webmail*, o que permitirá que acessem suas mensagens de qualquer computador conectado à internet, podendo inclusive dar continuidade a processos e efetuar tarefas cotidianas sem estar fisicamente em seu posto de trabalho. Além do *webmail*, o novo servidor oferece recursos diversos de segurança e facilidade de administração.

O atendimento a usuários também foi fator de destaque na administração. Foram atendidos no biênio 16.434 solicitações das mais diversas, sendo 7.183 em 2002 e mais 9.251 no ano de 2003.

Um outro problema detectado no início de 2003 e que causava sérios riscos de segurança às informações era a ineficiência do antivírus instalado nas máquinas do Poder Judiciário. Reconhecidamente, o software que vinha sendo utilizado não estava sendo eficaz na realização da função a que se propunha. Identificado o problema, partiu-se para a aquisição de novo software, através de processo licitatório findo em novembro de 2002. Atualmente, o novo antivírus está sendo instalado em todas as unidades jurisdicionais.

Com os projetos referentes à infra-estrutura em andamento, o momento era propício para iniciar a execução de atividades referentes ao desenvolvimento e implantação de sistemas. Com a base pronta, esses sistemas poderiam ter efetividade muito maior do que com a estrutura precária encontrada no início de 2003.

O primeiro passo nesse sentido foi a aquisição de nova versão do Sistema de Automação do Judiciário de 1º Grau (SAJ/PG). Em um investimento na ordem de R\$ 1.400.00,00, o Poder Judiciário integrou à solução existente novos módulos, dentre os quais podemos destacar o Gerenciador de Gabinetes, que auxiliará sobremaneira o trabalho do magistrado com o SAJ, Acompanhamento de Infrações Penais, proporcionando controle mais adequado de



apenados, Relatórios Gerenciais, Controle de AR, Central de Mandados, entre outros.

O Assistente de Cartório, parte integrante da nova versão do SAJ/PG, agrega “inteligência” ao sistema, orientando o servidor sobre as atividades que devem ser executadas referentes ao processo que está sendo movimentado. Além disso, os módulos de Mandados, Certidões, Relatórios Gerenciais e Aviso de Recebimento (AR) fazem parte da solução adquirida.

Para implantação do novo sistema, foram recrutados e treinados técnicos de diversas comarcas, cujo conhecimento prévio do *metiér* judiciário tornou a atividade mais produtiva, além de proporcionar a óbvia economia com a contratação de instrutores terceirizados. Atualmente, a nova versão do SAJ encontra-se em testes nas Comarcas piloto de São José, São Miguel do Oeste, Santo Amaro da Imperatriz, Brusque e Tubarão, sendo após esse período distribuída para todo o Estado.

Na esfera administrativa, foram desenvolvidos ou mesmo melhorados diversos sistemas, com destaque para Conta Única, Sistema de Promoções, Controle de Bolsas de Estudo, Banco de Talentos, com o recadastramento dos servidores do Poder Judiciário visando a identificação de características e perfis de interesse para a instituição, e Licitações.

O SIG – Sistema de Informações Gerenciais, em fase de implantação, oferece subsídios à cúpula do Tribunal de Justiça para a tomada de decisões, com base em informações estatísticas coletadas junto às Comarcas e Diretorias do Tribunal de Justiça. Até pouco tempo, não existia forma de consolidar essas informações, o que tornava mais árdua a tarefa de administrar e tomar decisões estratégicas. O projeto prevê ainda uma segunda fase para o sistema, quando as informações coletadas poderão ser acessadas de diversas formas e integradas para facilitar a análise.

Com o mesmo objetivo de oferecer à alta administração do Tribunal de Justiça recursos gerenciais até então inexistentes ou de difícil acesso, foi providenciada a aquisição de novo sistema para Cadastro Funcional e Folha de Pagamento. Uma vez que o sistema atual carece de opções que permitam determinados cálculos e projeções, além ter sido desenvolvido em tecnologia em fase de substituição, foi efetuado processo licitatório para aquisição de nova ferramenta, que pudesse atender na totalidade os anseios do Poder Judiciário e tivesse sido desenvolvida em tecnologia mais moderna e de domínio dos técnicos de informática desta casa. Esse projeto encontra-se em fase de implantação do sistema contratado.

Com o número de informações crescendo a cada dia, em grau similar à exigência da sociedade de ter acesso a esses dados, buscou-se, também, a reformulação das páginas da Internet e Intranet do Poder Judiciário. Com design mais moderno e arrojado, os novos sites



têm ênfase nos serviços, buscando oferecer ao usuário, com maior qualidade e de forma prática e intuitiva, a informação que necessita. Hoje, são mantidas aproximadamente 4.500 páginas, entre estáticas e dinâmicas.

Dentre os diversos recursos oferecidos pelos portais, deve ser destacada a atenção especial que foi dada ao processo de transparência executado e exigido pela administração desta Corte. Nesse sentido, é possível ao usuário da justiça conhecer os gastos mensais com diárias e ressarcimentos concedidos, telefonia móvel e fixa, energia elétrica, água e esgoto, combustível etc.

Com foco no objetivo principal da reformulação, que era melhorar o acesso aos usuários, as consultas de processos e jurisprudência foram trazidas para a página principal, junto aos principais serviços oferecidos pelo Poder Judiciário. Foram criadas seções adicionais, com destaque para "Você sabia?", que traz informações sobre a Justiça que raramente chegavam ao usuário.

Poder Judiciário de Santa Catarina

INSTITUCIONAL / CORREGEDORIA / ACADEMIA JUDICIAL / DIRETORIAS / CONSULTA PROCESSUAL / JURISPRUDÊNCIA / CONCURSOS

Consultas

Processos
1º Grau
Comarca
Pesquisar por
Número do Processo
Número ou nome
ok

Jurisprudência
Palavra chave
ok

Serviços
PJSC-Push
Biblioteca
Fornecedores
Telefones - TJ
Telefones - Fóruns
Outros Serviços
Consulta de e-mails
ok

Destaque
112 Anos do Tribunal de Justiça
O Tribunal de Justiça completou 112 anos no dia 1º de outubro. Foram realizados vários eventos, com destaques para a exposição no Beiramar Shopping, o lançamento de carimbo comemorativo e a outorga da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, em Sessão Solene. Saiba mais sobre a história do Judiciário clicando aqui. A nova página da Internet é mais uma novidade do aniversário. Maiores detalhes no quadro "Você sabia?", logo abaixo.

Notícias
09/10 ■ Justiça proíbe rodeio com maus tratos aos animais
09/10 ■ Ciclo de Debates do Código Civil em Concórdia
08/10 ■ Potencializar riscos impede pagamento de seguro
08/10 ■ Projeto de Racionalização inicia seleção de instrutores
08/10 ■ Constituição Federal em debate na TV Com
08/10 ■ Justiça Legal no SBT nesta sexta-feira
■ mais notícias

Jurisdição
Estrutura Judiciária
Órgãos Julgadores
Pautas do TJSC
Comarcas
Juizes de 1º Grau
Plantão Judiciário
Antecedentes Penais
Movimento Forense
Custas Judiciais
Diário da Justiça
Súmulas
Legislação
SAJ

Administração
Composição
Dirigentes
Organograma
Normas e Manuais
Planos e Projetos
Contratos/Convênios
Licitações
Finanças
Prestação de Contas
Quadro de Pessoal
Movimento Funcional
Cursos e Eventos
Formulários
Contatos

Resenha
Resenha do dia 9/10/2003
Anteriores

BOLETIM INFORMATIVO
Edição n. 12
Edições anteriores

Você sabia?
Com um visual mais leve, procurando agrupar as informações por pertinência, a página do PJSC foi reformulada. Para encontrar orientações sobre o novo formato da página do Poder Judiciário de Santa Catarina na Internet clique aqui.

Links

Fale conosco

TV Justiça

Logos: Casa da Cidadania, Programa Tribujovem, Racionalização da Justiça, Juizado Especial Cível Itinerante, Centro de Atendimento e Informações

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Florianópolis, Santa Catarina
CEP: 88020-901 Fone: (48)221-1000 Fax: (48)221-1200
E-mail: tjmail@tj.sc.gov.br

Página inicial do novo portal do Poder Judiciário Catarinense

Foram, ainda, aprimoradas as consultas de processos e, principalmente, de jurisprudência, que passou por um processo de transformação total, abandonando uma tecnologia em defasagem para ser totalmente desenvolvida com recursos de última geração, o que



acarretou consultas mais rápidas e com elevado grau de precisão. O retorno obtido pela nova consulta ratificou a eficácia do projeto. Foram dezenas de mensagens elogiando a Jurisprudência, incluindo remetentes que constantemente criticavam o serviço. A aceitação do público foi quase unânime.



Jurisprudência Catarinense



Pesquisar por:

Resultado: 1 - 20 de 6759 Acórdãos

Próximos 20

Score	Número	Decisão	Ementa	Íntegra
6%	00.022780-3	29/08/2002	APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - SENTENÇA QUE INACOLHE O PEDIDO - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - EFEITO DEVOLUTIVO - CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO FORÇADA - DESAPENSAMENTO DOS AUTOS - FATO PROCESSUAL QUE IMPOSSIBILITA O REEXAME DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A EXECUCIONAL - CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. Diante da sentença que inacolher o pedido contido nos embargos do devedor, a continuidade do procedimento da execução forçada (CPC, art. 520, V), baseada em título executivo extrajudicial, em face de interposição de recurso de apelação, deverá ser realizada nos autos suplementares (CPC, art. 159), onde os houver, ou por carta de sentença (CPC, art. 590), possibilitando, destarte, o reexame dos documentos que constam da demanda executiva. Converte-se, diante disto, o julgamento em diligência para que os autos da execução forçada sejam reapensados.	
5%	01.014590-1	29/08/2002	EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA - PROCESSUAL CIVIL - DENUNCIÇÃO DA LIDE DURANTE PROCESSO DE CONHECIMENTO ACEITA - PEDIDO DE INCLUSÃO DO LITISDENUNCIADO NO POLO PASSIVO DA EXECUCIONAL - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. Em execução de sentença de indenização por acidente de trânsito, na hipótese de ter sido deferida a denunciação da lide no processo de conhecimento, não pode o executado/denunciante opor embargos pretendendo que o litisdenunciado responda diretamente pela obrigação com seus credores. Isso porque não há relação jurídica no plano de direito processual ou do direito material que vincule os adversários do denunciante com o denunciado, especialmente em se tratando da circunstância prevista no inciso III, do art. 70, do Código Processo Civil.	
5%	99.021380-3	29/08/2002	PROCESSO CIVIL - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - SUSPENSÃO DO PROCESSO - REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO - NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO DO ADVOGADO - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA - SENTENÇA QUE RECONHECE A INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO E DECRETA A REVELIA - NULIDADE - RECURSO ADMITIDO E PROVIDO. Não resulta evidenciada a intempestividade da contestação se, acolhida a exceção de incompetência, a parte, através de seu advogado, não é intimada para a prática do ato no prazo restante, acarretando a nulidade do decisum que a reconheceu, porquanto caracterizado o cerceamento de defesa dos demandados.	

Página com o resultado de uma pesquisa de jurisprudência

Outro recurso que foi disponibilizado diz respeito ao Diário da Justiça eletrônico. Atualmente disponível no formato PDF somente na Intranet, permite a consulta a todas as matérias publicadas no jornal impresso. É mais um serviço que vai beneficiar a sociedade catarinense.



http://www.tj.sc.gov.br/intranet/diario/0310/dj11293.pdf - Microsoft Internet Explorer

Endereço: http://www.tj.sc.gov.br/intranet/diario/0310/dj11293.pdf

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Matérias publicadas no

Diário da Justiça

www.tj.sc.gov.br

Ano XLVI **Florianópolis, Quarta-feira 08 de outubro de 2003** **Número 11.293**

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Tribunal de Justiça

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva,
Presidente

Des. Alberto Luiz da Costa,
1º Vice-Presidente

Des. Alcides dos Santos Aguiar,
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Jorge Mussi,
2º Vice-Presidente

Des. Cláudio Barreto Dutra,
3º Vice-Presidente

Des. João Eduardo Souza Varela,
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Administrativos / Judiciários

Tribunal Pleno

Expediente

EXPEDIENTE/TP N.º 238/03-10/2003 ABS
Mandado de segurança n. 2003.02301-0-6, da Capital, em que é impetrante Dorival Nascimento, impetrado o Governador do Estado de Santa Catarina e o Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Adv(s): Dr. Murilo Tadeu Medeiros (OAB 7369/SC).

DESPACHO DO RELATOR:
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Dorival Nascimento contra ato que reputa ilegal dos Excm. Srs. Governador do Estado de Santa Catarina e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, objetivando a concessão de liminar para proceder a inscrição no Exame de Seleção para Admissão e Matrícula no Curso de Formação de Oficiais/2004 da Polícia Militar de Santa Catarina, normalizado pelo Edital n. 001/CE/SP/2003.

Enfatizando a presença do *fumus boni iuris* e periculum in mora, busca o deferimento de liminar, para que seja desconsiderado o requisito de idade máxima exigido para a inscrição no Exame de Seleção para Admissão e Matrícula no Curso de Formação de Oficiais/2004 da Polícia Militar de Santa Catarina e, a final, a concessão da ordem.

É o relatório.

havendo questão prejudicial, passo à análise da legitimidade do parte para figurar no polo passivo da demanda.

Ação mandamental é improceda contra ato que supõe legal dos Excm. Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Cumpra, todavia, examinar a legitimidade passiva do Governador do Estado, para figurar

Na clássica definição de Hely Lopes Meneses, "considera-se autoridade coatora a pessoa que ordena ou omite a prática do ato impugnado e não o superior que o recomenda ou baseia normas para a sua execução". (Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data, RT, 13ª ed., p. 35).

A jurisprudence segue a mesma direção: "Para figurar no polo passivo da ação de segurança, autoridade coatora é aquela que ordena, que determina ou pratica o ato, ou, ainda, a que defende a gravidade deste (ato coator), assumindo, embara a posteriori, a posição de coator" (STJ - 1ª Seção, MS 4.085 - St. Rel. Min. Demócrito Rênsado, j. 10.11.97).

Em consequência, a legitimidade passiva ad causam do Excm. Sr. Governador do Estado é inarredável.

Portanto, julga-se extinto o processo em relação ao Governador do Estado de Santa Catarina.

Diário da Justiça Online

Toda o processo de informatização trouxe à tona a alta complexidade dos fluxos internos e dos canais de comunicação do Poder Judiciário Catarinense. Por esse motivo, iniciou o processo de implantação do *workflow*, ferramenta que se propõe a otimizar recursos e processos. Com sua utilização, reduz-se a quantidade de papel em circulação, além de proporcionar maior agilidade e acompanhamento *on-line* dos processos internos.

Foi implantado em 2003 o fluxo de "Substituição no Tribunal de Justiça", estando em desenvolvimento outros fluxos eletrônicos.

Diretoria de Infra-Estrutura

Diretor:

Bel. Wanderley Horn Húlse



A

Diretoria de Infra-Estrutura é composta pelas Divisões de Comunicação e Transporte, Artes Gráficas e Serviços Gerais. Foram desenvolvidos e implementados, durante o ano de 2003, os seguintes projetos e serviços:

TELEFONIA MÓVEL

No primeiro semestre de 2002, foi assinado um contrato entre o TJ e a TIM Celular, no qual foram cedidos, sem qualquer ônus ao Tribunal, mediante a utilização dos serviços da operadora, 138 aparelhos telefônicos, para serem utilizados pelos Desembargadores, Juizes de Direito de 2º Grau, Diretores do Tribunal e plantões das comarcas. Atualmente são cerca de 160 aparelhos com as respectivas linhas, incluídos dentro de um pacote de 12.500 minutos, com uma despesa média mensal em torno de R\$ 5.000,00. Este contrato representou uma redução de cerca de 50% no custo do minuto em relação aos valores que o Tribunal gastava anteriormente com a utilização dos aparelhos pré e pós pagos que eram adquiridos.

TELEFONIA FIXA

Objetivando um controle efetivo dos serviços de telefonia nas comarcas e a possibilidade de migração para uma plataforma mais avançada e viável aos nossos interesses, foram adquiridas no final do ano passado e decorrer deste ano 61 centrais telefônicas digitais.

Atualmente, em um universo de 119 unidades, possuímos um parque de 93 centrais digitais e 26 analógicas. Com a migração para a tecnologia digital em todas as unidades a partir do próximo ano e conseqüente possibilidade de implantação do sistema de tarifação centralizado e utilização do tráfego de voz e dados sobre uma mesma linha de comunicação, as despesas com telefonia devem se reduzir em cerca de 60%



DESPESAS TELEFONIA FIXA/MÓVEL

Meses	TJ (fixo)	Comarcas (fixo)	Móvel
Janeiro	R\$ 14.639,38	R\$ 53.688,31	R\$ 5.271,67
Fevereiro	R\$ 19.994,03	R\$ 72.772,27	R\$ 5.562,25
Março	R\$ 21.536,59	R\$ 74.273,74	R\$ 4.734,50
Abril	R\$ 28.118,64	R\$ 107.886,12	R\$ 6.384,30
Maiο	R\$ 21.167,27	R\$ 91.357,02	R\$ 5.109,38
Junho	R\$ 27.212,26	R\$ 101.758,74	R\$ 6.365,01
Julho	R\$ 23.929,13	R\$ 99.158,89	R\$ 4.726,37
Agosto	R\$ 31.173,76	R\$ 101.718,97	R\$ 5.651,24
Setembro	R\$ 31.455,14	R\$ 108.562,01	R\$ 5.667,00
Outubro	R\$ 28.844,09	R\$ 108.273,81	R\$ 7.893,74
Novembro	R\$ 26.821,58	R\$ 100.945,08	R\$ 8.324,93
Dezembro	R\$ 29.040,27	R\$ 105.926,96	R\$ 7.446,77
Total	R\$ 303.932,14	R\$ 1.126.321,92	R\$ 73.137,16

CORREIOS

Dando prosseguimento a política da atual gestão em gerenciar mais profissionalmente todas as despesas do Tribunal, no segundo semestre de 2002, foi assinado um novo contrato com os Correios, contrato este que serviu de parâmetro para diversas outras unidades do Poder Judiciário no Brasil.

Com este contrato, que concede descontos diferenciados conforme o volume de correspondências que são emitidas, além da maior e melhor utilização do serviço de malotes que é utilizado diariamente entre todas as unidades do Judiciário, obtivemos uma redução em cerca de 20% das nossas despesas mensais. Este valor representou em um ano, aproximadamente R\$ 720.000,00.

DESPESAS CORREIOS

Meses	Sedex e Telegramas	Malote	FAC	TOTAL	TOTAL GERAL
Janeiro	26.870,47	16.899,01	78.462,03	122.231,51	122.231,51
Fevereiro	31.876,64	16.516,25	99.360,07	147.752,96	269.984,47
Março	54.826,39	18.481,72	127.180,01	200.488,12	470.472,59
Abril	21.431,53	20.107,25	152.130,01	193.668,79	664.141,38
Maiο	51.556,81	24.387,85	179.394,35	255.339,01	919.480,39
Junho	36.871,94	24.068,32	188.119,35	249.059,61	1.168.540,00
Julho	38.646,26	28.548,61	214.360,70	281.555,57	1.450.095,57
Agosto	37.189,62	25.668,04	198.295,24	261.152,90	1.711.248,47
Setembro	68.498,76	23.662,48	185.597,42	277.758,66	1.989.007,13
Outubro	90.236,75	31.354,78	211.398,01	332.989,54	2.321.996,67
Novembro	65.153,77	27.124,91	219.517,19	311.795,87	2.633.792,54



Dezembro	52.211,00	18.481,72	157.968,44	228.661,16	2.862.453,60
----------	-----------	-----------	------------	------------	--------------

DESPESAS DE ÁGUA/ESGOTO e ENERGIA ELÉTRICA

	Água e Esgoto		Eletricidade	
	Comarcas	TJSC	Comarcas	TJSC
Janeiro	R\$ 17.121,48	R\$ 6.128,64	R\$ 166.640,58	R\$ 41.589,58
Fevereiro	R\$ 24.585,66	R\$ 8.358,18	R\$ 168.307,35	R\$ 40.696,20
Março	R\$ 21.446,34	R\$ 10.413,48	R\$ 180.374,30	R\$ 41.127,83
Abril	R\$ 21.818,86	R\$ 8.509,40	R\$ 145.234,18	R\$ 34.201,36
Mai	R\$ 24.392,55	R\$ 9.921,29	R\$ 142.969,21	R\$ 34.905,66
Junho	R\$ 23.903,51	R\$ 9.416,80	R\$ 125.491,31	R\$ 30.545,88
Julho	R\$ 25.799,56	R\$ 6.617,34	R\$ 123.563,04	R\$ 29.413,13
Agosto	R\$ 25.861,82	R\$ 7.208,31	R\$ 146.636,22	R\$ 35.451,27
Setembro	R\$ 22.313,93	R\$ 7.570,32	R\$ 146.610,35	R\$ 35.621,62
Outubro	R\$ 22.524,45	R\$ 7.524,73	R\$ 158.882,78	R\$ 38.177,25
Novembro	R\$ 23.502,96	R\$ 8.659,29	R\$ 180.462,83	R\$ 32.713,30
Dezembro	R\$ 21.887,17	R\$ 8.659,29	R\$ 128.461,19	R\$ 20.759,72
TOTAL	R\$ 275.158,29	R\$ 98.987,07	R\$ 1.813.633,34	R\$ 415.202,80

SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS

Com intuito de reduzir as despesas da nossa frota de veículos, além de possibilitar uma maior tranquilidade para os motoristas e demais passageiros que utilizam nossos veículos, no ano passado foi contratado um seguro para toda a frota, alguns com cobertura contra terceiros, outros com cobertura total. Em 2003, foi providenciada a renovação do mesmo.

POLÍTICA DE RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Durante o transcorrer do ano de 2003, foi aprovada uma política para renovação da nossa frota de veículos, prevendo para os próximos 4 anos diversas aquisições que a tornarão dentro dos padrões considerados ideais de economicidade. Para tanto, foram adquiridos e entregues mais 11 veículos, sendo 4 para os Desembargadores e 7 para a Secretaria do Tribunal.

Foi efetivada a compra de 2 micro-ônibus para atendimento de diversos serviços que atualmente são terceirizados e apresentam um custo muito elevado, que serão entregues até o final de janeiro/2004.



TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

No primeiro semestre do ano de 2003, foi celebrado um novo contrato com empresas prestadoras de serviços de mão-de-obra. Foram 170 postos de trabalho de digitador com a empresa Plansul e 371 de servente, copeira, garçom, office-boy, marceneiro, jardineiro, zelador e recepcionista com a empresa Liderança. Com este novo contrato conseguimos obter diversas vantagens (uniforme, vale-refeição e outros), resultando assim numa melhoria sensível na prestação dos serviços terceirizados.

PASSAGENS AÉREAS

Em junho/2003, passamos a gerenciar o contrato nº 06/2003, de prestação de serviços para o fornecimento de passagens aéreas nacionais, para uso dos magistrados, servidores e outras autoridades convidadas pelo Poder Judiciário Catarinense, tendo sido emitidas 118 autorizações de fornecimento no exercício de 2003.

EXTINTORES DE INCÊNDIO

Em julho/2003, realizamos um levantamento para apurar as condições dos extintores de incêndio nas diversas unidades integrantes do contrato de nº 151/99, cujo 3º Termo Aditivo havia expirado em 30 de junho de 2003. O trabalho foi realizado com o propósito de sanar as providências mais urgentes, ou seja, recarga, reteste e verificação das mangueiras dos extintores de incêndio nos seguintes locais: Tribunal de Justiça, Almoxarifado Central, Gráfica, Fóruns de Biguaçu, Capital Estreito, Norte da Ilha, Palhoça, Santo amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas, Juizado da Infância e da Juventude e Auditoria da Justiça Militar, visando acima de tudo a segurança de todos.

Após conclusão dos trabalhos, a Empresa encarregada de realizar todo o trabalho, emitiu um Relatório Técnico por unidade, cientificando e garantindo todo o trabalho executado.

FOTOCOPIADORAS

Se até então o Tribunal somente locava todos os equipamentos de fotocópia, com um custo médio em torno de R\$ 0,12 a cópia, a partir do segundo semestre de 2002, optou-se por



adquirir 144 equipamentos fotocopiadoras de pequeno e médio porte para serem distribuídos em todas as comarcas e nas diversas áreas do TJ. Com esta aquisição, além de ficarmos em definitivo com máquinas mais avançadas tecnologicamente e adequadas a realidade de cada usuário, o custo da cópia baixou para cerca de R\$ 0,05.

Importante ressaltar que todos estes equipamentos, mediante aquisição de uma placa de rede específica, podem se tornar impressoras a serem utilizadas por diversos usuários ao mesmo tempo.

No segundo semestre de 2003, foram adquiridos e serão distribuídos acessórios (alimentador automático de originais e classificador eletrônicos de cópias) para que as máquinas se tornem um pouco mais rápidas e práticas.

Paralelo a esta aquisição, ainda no segundo semestre de 2003 foi dado andamento a licitação para aquisição de máquinas fotocopiadoras de grande porte para serem utilizadas pela Divisão de Artes Gráficas do Tribunal. Até então as máquinas locadas além de serem muita caras na sua manutenção não apresentam a qualidade desejada nos seus trabalhos. O custo unitário da cópia deve se reduzir em cerca de 50% após a plena utilização de todos os seus recursos.

READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE GRÁFICO

Com objetivo de redução de despesas com serviços que eram produzidos por terceiros a um custo muito elevado, além da agilidade na entrega dos mesmos, foram adquiridos em 2003 diversos equipamentos para acabamento gráfico: guilhotina, dobradeira, encadernadora e outros. O custo total foi de aproximadamente R\$ 500.000,00.

Foram adquiridos também softwares para o trabalho de criação gráfica, o que resultou numa sensível melhora nos trabalhos desenvolvidos.

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A Divisão de Serviços Gerais tem por objetivo planejar, controlar e supervisionar, em conjunto com as chefias das seções, os projetos e serviços inerentes à área.

Em 2003, a contratação de uma única empresa de terceirização e a concessão de vale-alimentação, foi extremamente importante para a Divisão, pois facilitou o controle e evitou a



grande rotatividade de pessoal anteriormente existente.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

A Divisão de Comunicação e Transporte objetiva o planejamento, coordenação, controle e supervisão, em conjunto com as chefias das seções, dos projetos e serviços referentes à comunicação (telefonia/fixa/móvel), transporte de servidores e materiais e correspondências. Além dos já mencionados, foi encaminhado projeto relativo ao tarifador telefônico centralizado, a ser instalado na sede do TJ, software que terá a finalidade de resgatar as ligações telefônicas das centrais telefônicas digitais instaladas no PJSC.

DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

A Divisão de Artes Gráficas tem por objetivo elaborar desde a arte-final até a impressão, corte e acabamento dos mais diversos serviços gráficos para o Poder Judiciário Catarinense, sempre levando em consideração preço/qualidade e custo/benefício.

Foi elaborado no ano de 2003, entre outros serviços, capas de processo, folder's, folhetos explicativos, boletins, informativos, convites, livretos, cartazes, crachás, relatórios, livros, papéis de vários tipos e formatos, envelopes, etiquetas, etc., totalizando 11.236.647 impressões digitais e 1.862.993 de impressões em off-set .

Diretoria de Saúde

Diretor:

Bel. Eduardo Dutra da Silva



presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2003.

Projetos executados em 2003.

Vacina da gripe:

O objetivo da vacina da gripe é vacinar os funcionários do Poder Judiciário, na Secretaria do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital e comarcas do interior.

No ano de 2003, em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, realizou-se a vacinação da gripe atingindo 1.400 pessoas.

Laboratório Exame:

Através da Diretoria de Saúde, o Laboratório Exame, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a partir de abril de 2003, começou a atender todos os servidores do poder Judiciário e seus dependentes, coletando material biológico (sangue e urina) diariamente das 08:00 as 11:00 horas, na Seção de Enfermagem desta Diretoria.

Campanhas de Saúde:

Foram desenvolvidos 05 (cinco) projetos de prevenção. São eles:

Prevenção da doença periodontal e da cárie dentária.

A Campanha de Prevenção “ **Saúde Bucal** “, teve início no dia 03 de fevereiro de 2003, com



o encaminhamento dos materiais (450 cartazes e em torno de 5000 folderes informativos), para todas as comarcas e apresentação pelo **Dr. Eduardo Dutra da Silva**, nas seguintes comarcas:

- **Canoinhas**, no dia 19 de fevereiro de 2003, às 17:00 horas com um público de 23 funcionários.
- **São José**, no dia 17 de março de 2003, às 17:00 horas, sendo que não houve apresentação, pois os funcionários da referida comarca não compareceram.
- **São Miguel D'Oeste**, no dia 19 de março de 2003, às 17:00 horas com um público de 23 funcionários.

Depressão e estresse.

A Campanha de Prevenção “ **Estresse e Depressão** “, teve início no dia 01 de abril de 2003, com o encaminhamento dos materiais (450 cartazes e em torno de 5.000 folderes informativos), para todas as comarcas e apresentação pela psicóloga **Dra. Marilda Marcondes de Mattos**, nas seguintes comarcas:

- **Capital**, no dia 09 de abril de 2003, às 17:00 horas com um público de 15 funcionários.
- **Itajaí**, no dia 07 de maio de 2003, às 17: 00 horas, com um público de 63 funcionários, 03 Juízes e 01 promotor.
- **Lages**, no dia 16 de maio de 2003, às 17:00 horas com um público de 31 funcionários e 02 funcionários de Otacílio Costa,.

Doenças cardiovasculares e diabetes.

A Campanha de Prevenção “**Doenças Cardiovasculares e Diabetes**“, teve início no dia 02 de junho de 2003, com o encaminhamento dos materiais (450 cartazes e em torno de 5.000 folderes informativos), para todas as comarcas e apresentação pela **Dra. Leisa Maria Leal**, chefe da Divisão Médica, nas seguintes comarcas:

- **Chapecó**, no dia 11 de junho de 2003, às 09:00 horas com um público de 58 funcionários, sendo 02 funcionários da comarca de Xaxim.
- **Biguaçu**, no dia 25 de junho de 2003, às 09:00 horas, com um público de 15 funcionários.
- **Joaçaba**, no dia 09 de julho de 2003, às 09:00 horas com um público de 26 funcionários.

Doenças relacionadas ao trabalho.

A Campanha de Prevenção “**LER/DORT** ”, teve início no dia 01 de agosto de 2003, com o encaminhamento dos materias (500 cartazes e em torno de 5.500 folderes informativos), para



todas as comarcas e apresentação pelo **Dr. Renato Grillo Flach**, chefe da Seção de Medicina do Trabalho e pela **Dra. Leisa Maria Leal**, chefe da Divisão Médica e também especialista em Medicina do Trabalho, nas seguintes comarcas:

- **Joinville** - no dia 14 de agosto de 2003, às 17:00 horas, com um público de 52 pessoas;
- **Palhoça** - no dia 28 de agosto de 2003, às 17:00 horas, com um público de 35 pessoas;
- **Criciúma** - no dia 19 de setembro de 2003, às 13:30 horas, com um público de 63 pessoas (Dra.Leisa);
- **Capital** - no dia 26 de setembro de 2003, às 17:00 horas, com um público de 05 pessoas; **Secretaria do T.J.** - no dia 21 de novembro de 2003, às 16:00 horas, com um público de 21 pessoas.

Prevenção do Câncer de colo do útero e do Câncer de próstata.

A Campanha de Prevenção “**CÂNCER DO COLO DO ÚTERO E CÂNCER DE PRÓSTATA**”, teve início no dia 01 de outubro de 2003, com o encaminhamento dos materiais (450 cartazes e em torno de 5.000 folderes informativos sobre cada tema), para todas as comarcas e apresentação pela **Dra. Leisa Maria Leal**, chefe da Divisão Médica, nas seguintes comarcas:

- **Blumenau**, no dia 05 de novembro de 2003, às 13:30 horas com um público de 50 funcionários.
- **Santo Amaro da Imperatriz**, no dia 07 de novembro de 2003, às 13:30 horas, com um público de 19 funcionários.
- **Tubarão**, no dia 12 de novembro de 2003, às 17:00 horas com um público de 35 funcionários.

Demais atividades realizadas na Diretoria:

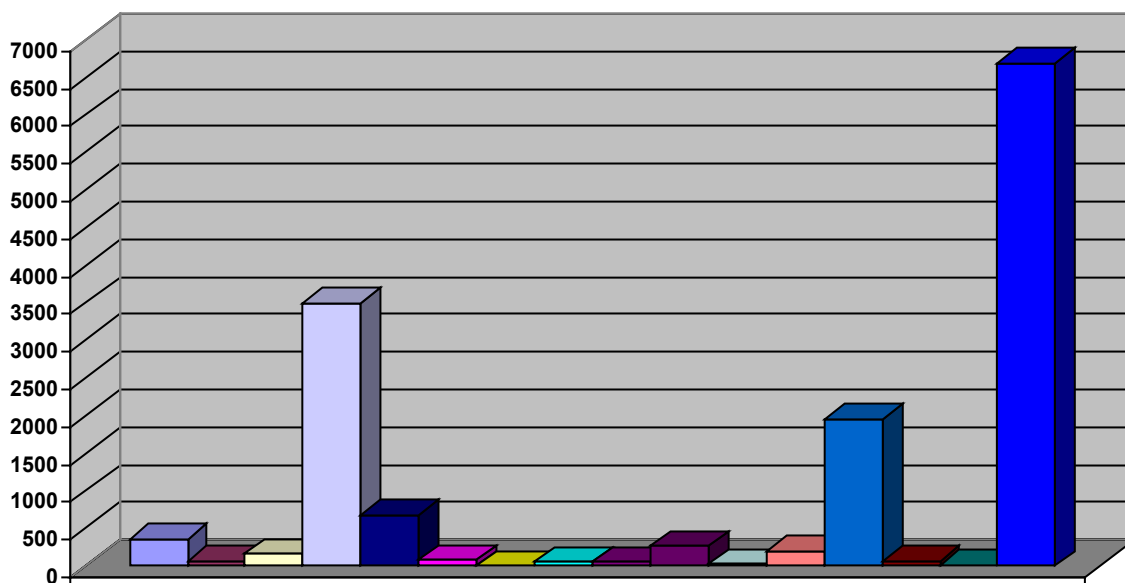
RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS

Período de janeiro à dezembro de 2003

Dr. José Alfredo Mussi	995
Dr. José Carlos Nascimento	847
Dra. Leisa Maria Leal	1.114
Dr. Luiz Alberto Neves May	545
Dr. Renato Grillo Flach	1.269
TOTAL DE ATENDIMENTOS	4.770



PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM



ELETROCARDIOGRAMA	INFRAVERMELHO	NEBULIZAÇÃO
VERIFICAÇÃO PA	CURATIVO	RETIRADA PONTO
LAV. OUVIDO	IMOBILIZAÇÃO	INJ. EV
INJ. IM	INJ. SC	DOSES ADM.
COMPRIMIDOS ADM.	CONTROLADOS	FRASCOS
COMPRIMIDOS FORN.		

RELATÓRIO DA SEÇÃO PSICOSSOCIAL AMBULATORIAL

Dra. Marilda Marcondes de Mattos

461

Observação: Avaliação de Juízes de direito para vitaliciamento
Avaliação dos candidatos à Magistratura



RELATÓRIO DA SEÇÃO DE ENFERMAGEM

Período de janeiro à dezembro de 2003.

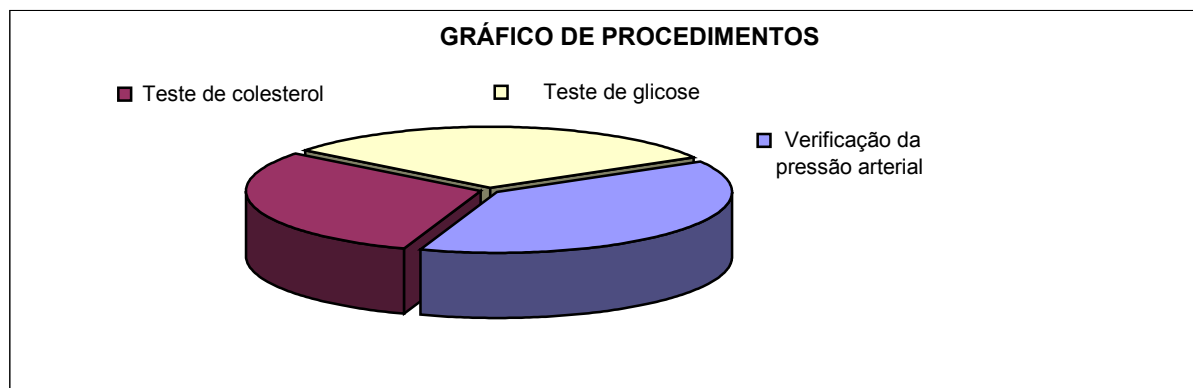
01		Execução de eletrocardiograma	360
02		Execução de infravermelho	73
03		Execução de nebulização	157
04		Verificação de P.A.	3.499
05		Execução de:	
	5.1	Curativos	688
	5.2	Retirada de pontos	82
	5.3	Lavagem de ouvido	6
	5.4	Imobilização	62
06		Execução de injeções:	
	6.1	E.V.	63
	6.2	I.M.	267
	6.3	S.C	33
07		Medicamentos:	
	7.1	Administrados no local:	
		7.1.1. – doses	203
		7.1.2. – comprimidos	1962
		7.1.2.1 – controlados (Lexotan 6mg)	70
	7.2.	Fornecidos:	
		7.2.1. – Frascos	21
		7.2.2. – Comprimidos	6689

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA II SEMANA DA ENFERMAGEM

Período: 14 a 16 de maio de 2003.

Público alvo: servidores e contratados com idade acima de 40 anos

PROCEDIMENTOS	QTDE
Verificação da pressão arterial	208
Teste de colesterol	163
Teste de glicose	168
Total de atendimentos	539



Foram realizadas 208 verificações de pressão arterial, sendo 115 mulheres - 55,3% e 93 homens - 44,7%.

Sobre o total, 151 pessoas - 72,6% apresentaram a pressão arterial normal.

Apresentaram a pressão arterial no limite da média normal, isto é pressão arterial máxima de até 140 mmHg ou pressão mínima de até 90 mmHg 38 pessoas-18,3%;se total 23 -60,5% do sexo masculino e 15 -39,5% do sexo feminino; todos receberam na ocasião folders informativos sobre a hipertensão e foram orientados quanto ao acompanhamento da pressão, aos cuidados com a alimentação e à prática de exercícios físicos (caminhada).

Desse total, 19 pessoas -9,1% apresentaram hipertensão , sendo 8- 42,1% do sexo masculino e 11- 57,9% do sexo feminino; todos foram orientados a fazer um controle diário da pressão e a consultar o médico a fim de realizar um tratamento, buscando a normalização da pressão arterial.

Dos 163 testes de colesterol realizados, 44,2 % do sexo feminino e 55,8 % do sexo masculino.

Do total 107 pessoas -65,6%, apresentaram os níveis de colesterol normal, isto é de 150 a 200 mg/dl.

Apresentaram os níveis de colesterol acima do normal 56 pessoas - 34,3%, 27 pessoas - 48,2% do sexo feminino e 29 pessoas-51,8% do sexo masculino, sendo que todos foram orientados a consultar com clínico geral para avaliação e realização de exames laboratoriais.

Dos 168 testes de glicose, 95 homens - 56,5% e 73 mulheres - 43,5%.

Apenas 1 mulher e 3 homens tiveram os níveis de glicose acima do valor normal (pós brandial) que é de 140 mg/dl, sendo que os mesmos foram orientados a consultar um médico para a realização de exames laboratoriais.



RELATÓRIO DA SEÇÃO DA MEDICINA DO TRABALHO:

Período de janeiro à dezembro de 2003.

A Seção de Medicina do Trabalho, durante o ano de 2003:

- Participou efetivamente da Comissão de Ergonomia na elaboração do Plano de Combate aos Dort's e outras doenças do trabalho, bem como de cursos e palestras a ela indicados;
- Respondeu e opinou em 18 (dezoito) processos incluindo pedidos de aposentadoria e implantação de projetos de Ginástica Laboral nas Comarcas;
- Verificou e emitiu parecer de 8 (oito) ambientes de trabalho no prédio deste Tribunal e Academia Judiciária;
- Encaminhou à Diretoria de Engenharia pedido de avaliação e sugestões de mudanças cabíveis aos ambientes avaliados;
- Orientou servidores, no local onde exercem suas atividades, quanto a postura, quanto a interação com o ambiente e quanto ao manuseio de instrumentos de trabalho;
- Avaliou e opinou sobre pedidos de compras de materiais de uso específico de trabalhador servidor, Magistrado do Tribunal e Foros;
- Atendeu e tratou, em nível ambulatorial, de (212) duzentos e doze servidores com distúrbios relacionados ao trabalho;
- Orientou oficialmente o servidor como proceder quando da solicitação para exercício de atividades não relacionadas à sua categoria funcional e que excedem suas limitações físicas e/ou psíquicas;
- Elaborou folders e cartazes de orientação sobre LER_DORT;
- Realizou pesquisa de campo junto aos Foros para coleta de dados para desenvolvimento de programa de orientação e combate ao tabagismo.

RELATÓRIO DA SEÇÃO DA FARMÁCIA:

A Farmácia do poder judiciário oferece medicamentos a preço de custo com desconto em folha de pagamento, atendendo funcionários e magistrados, bem como os seus dependentes, tanto de primeira quanto de segunda instância.

O atendimento é personalizado e a solicitação é feita com 12 a 24hs de antecedência, sendo que as comarcas do interior são atendidas via malote.

Foram repassados aos funcionários no ano de 2003, medicamentos éticos, controlados, genéricos e perfumaria (liberados, outros e importação), conforme tabela abaixo :

CATEGORIA	PRODUTO	QUANTIDADE
-----------	---------	------------



ético	2.019	22.412
Controlados	260	4.719
Genéricos	345	2.956
Perfumaria (liberados, outros e importação)	1.190	10.359

Atualmente a farmácia do poder judiciário atende funcionários do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital, comarcas do interior e aposentados, totalizando em nosso cadastro, 1005 funcionários.

RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS:

Período de janeiro à dezembro de 2003.

Dr. Dante Del Vale Valcanai	544
Dr. Eduardo Dutra da Silva	533
Dra. Mabel Larroyd Valente	614
Dra. Maria Eugênia Bonnassis Burg	1.123
Dr. Reginaldo Reitz	1.226
TOTAL DE ATENDIMENTOS	4.040

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

Período de janeiro à dezembro de 2003.

Modelos	212
Elementos	147
Placa de Clareamento	08
Prótese sobre implante	49
Placa mio – relaxante	03
Núcleos	15
Restauração Onley – Onlay	05
Total :	457

RELATÓRIO JUNTA MÉDICA

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	1.368
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE LTS	38
PEDIDO DE LTS COM PERÍODO REDUZIDO	46
LICENÇA GESTAÇÃO	21
READAPTAÇÃO	40



REMOÇÃO	13
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	30
ADMISSÃO	398
PARECER PSICO-SOCIAL	00
SOLICITAÇÃO DE EXAMES	47
PEDIDO DE PARECER DE ESPECIALISTA	18
PEDIDO DE PROVIDENCIAS	05
PERICIAS MEDICAS AGENDADAS NA GESAS	1.410
PEDIDO DE REDUÇÃO DE CARGA HORARIA	09
PEDIDO DE DISPOSIÇÃO	06
PEDIDO DE REAVALIAÇÃO	11
PEDIDO DE ISENÇÃO DO DESCONTO DO IR	11
PEDIDO DE INFORMAÇÕES	05
OFICIOS EXPEDIDOS	575

Diretoria de Recursos Humanos

Diretor:

Bel. Pedro Luiz Linsmeyer



Outras atividades realizadas pela Diretoria:

- Atualização das informações na intranet da página da DRH;
- Elaboração e alteração de resoluções relacionadas à DRH;
- Implantação dos Centros de Capacitação em 13 regiões do Estado-Chapecó, Fraiburgo, Canoinhas, Rio do Sul, Lages, Criciúma, Tubarão, Blumenau, Joinville, Brusque, Itajaí, Balneário Camboriú e Capital, que atendem os servidores das comarcas das regiões próximas, escolhidas dentro dos critérios de distância e operacionalização das referidas salas. As salas são equipadas exclusivamente para a execução de cursos de natureza técnica, comportamental e de informática, em que se busca maior dinamização e sistematização no processo de capacitação. Além disso, elas, contam com todo o material e recursos didáticos necessários ao bom aprendizado, tais como equipamentos de informática e mobiliário especializado. O planejamento e a coordenação das atividades são de responsabilidade da Divisão de Capacitação. A organização dos eventos é feita em conjunto com os servidores designados para exercer a função de Agente de Capacitação em cada comarca sede;
- Instituída a resolução do Banco de Talentos; realizada a revisão e a disponibilização do sistema para todos os servidores via intranet;
- Confecção das folhas de pagamento e suplementares em todos os meses;
- Pagamento de reposição salarial aos servidores no percentual de 1% (um por cento) no mês de agosto/2003;
- Referente aos atrasados foram pagos aos servidores 10% (dez por cento) durante o ano, 30% (trinta por cento) em folha suplementar de novembro e 35% (trinta e cinco por cento), em folha suplementar de dezembro, para os servidores;
- Pagamento dos atrasados referentes ao 14º (décimo quarto) e 15º (décimo quinto) salários aos magistrados nas folhas dos meses de janeiro, novembro e dezembro/2003;
- Pagamento referente à antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário para servidores e magistrados no mês de maio de 2003;
- Pagamento referente à segunda parcela do 13º (décimo terceiro) para servidores e magistrados no mês de setembro de 2003;
- Inclusão de pagamento do abono salarial no valor de R\$ 100,00 aos servidores a partir de mês de agosto/2003;
- Instituída resolução sobre o prazo para inclusão de valores em folha de pagamento, visando ao pagamento dos vencimentos no dia 20 de cada mês;
- Início da implantação da tecnologia do *workflow* nos processos administrativos— pedidos de substituição na Secretaria do Tribunal de Justiça, paralelamente ao sistema atualmente adotado.



DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL

SEÇÃO PSICOSSOCIAL ORGANIZACIONAL

Programa de Atenção ao Novo Servidor

- Definição da lotação de servidores:
Realização de entrevistas individuais com candidatos habilitados no concurso público ao cargo de Técnico Judiciário Auxiliar e Agente Administrativo Auxiliar. Tal procedimento visou a identificar o perfil profissional dos candidatos, numa tentativa de conciliar suas habilidades com as necessidades da instituição.
- Cartão de boas-vindas para ser entregue no dia da posse:
Confecção de cartão de boas-vindas e remessa, juntamente com o Manual do Novo Servidor, aos servidores que ingressaram no Poder Judiciário.
- Manual do Novo Servidor:
Ampliação da distribuição do Manual do Novo Servidor, estendendo-a aos novos servidores da Justiça de Primeiro Grau. Foi providenciada nova tiragem, após atualização.
- Encontro de Integração dos Novos Servidores:
Foram realizados três Encontros de Integração dos Novos Servidores do Poder Judiciário Catarinense, conforme tabela abaixo:

Encontros realizados em:	Nº de participantes
11,12 e 13-6-/03	37
8,9 e 10-10-03	51
12,13 e 14-11-03	51

Os encontros reuniram servidores empossados no Tribunal de Justiça e na Justiça de Primeiro Grau, com o objetivo de facilitar a integração dos novos funcionários e ampliar as suas possibilidades de contribuição, prestando orientações básicas sobre a estrutura da organização. Contribuindo para a melhoria na qualidade do atendimento ao público, bem como a melhoria da prestação jurisdicional.

A Seção aplicou dinâmicas de grupo a fim de facilitar a apresentação e motivar os novos servidores.

Relotação de servidores no TJ

Visando a instruir pedidos de relotação foram realizados contatos com chefias e/ou entrevistas com os servidores, também foram providenciadas portarias de relotação. O formulário de relotação foi disponibilizado na intranet, com o objetivo de formar banco com



dados de servidores que desejam mudar de setor.

Pedidos de cooperação no âmbito do Serviço Social Judiciário

Os pedidos de cooperação formulados neste ano foram indeferidos e as cooperações em vigência canceladas, de acordo com manifestação exarada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente deste Tribunal: "Fica suspenso, por ora, o regime de cooperação no Serviço Social Judiciário a que se refere a Res. nº 04/01-GP, em razão da escassez de recursos orçamentários" (Processo nº 174022-2003.9).

Programa de Bolsa de Trabalho

Destina-se, prioritariamente, a estudantes carentes de recursos financeiros, que são indicados pelas instituições de ensino, devidamente conveniadas com o Tribunal de Justiça, que seleciona aqueles cujos conhecimentos sejam compatíveis com as tarefas que irão executar.

TIPO	LEGISLAÇÃO	JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU	JUSTIÇA DE SEGUNDO GRAU
		Nº de vagas	Nº de vagas
PROGRAMA BOLSA DE TRABALHO	Resolução 21/00-GP, alterada pela Resolução 44/02-GP.	289	71

Programa de Estágio Remunerado

As vagas de estágio remunerado destinam-se aos Gabinetes dos Desembargadores, Juízes de Direito Substituto de 2º Grau, Juízes de Direito e Juízes Substitutos e são preenchidas por estudantes do curso de Direito de instituições de ensino conveniadas, mediante indicação do Magistrado a quem estará vinculado.

TIPO	LEGISLAÇÃO	JUSTIÇA DE 1º GRAU	JUSTIÇA DE 2º GRAU
		Nº de vagas	Nº de vagas
PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO	Resolução 38/02-GP, alterada pela Resolução 18/03-GP, que amplia o nº de vagas de 340 para 680.	576	104

Programa de Pré-Aposentadoria

- Remessa de ofício com registro fotográfico aos homenageados na cerimônia prestada aos servidores que se aposentaram em 2002;
- Apresentação do Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses nas solenidades;
- Mensagem na intranet em homenagem aos servidores aposentados no ano em curso



e atualização da lista com os nomes dos servidores aposentados;

- Os servidores do Tribunal de Justiça aposentados em 2003 foram homenageados neste Tribunal, na data de 4-12-03, às 17h, no Auditório do Tribunal Pleno. Na ocasião ocorreu a entrega dos troféus, a fim de materializar o reconhecimento e a gratidão aos servidores aposentados. Quanto aos servidores da Justiça de Primeiro Grau, aposentados no corrente ano, foram enviados os troféus às comarcas para ser entregues aos aposentados em cerimônia realizada no final do ano, respeitando-se as peculiaridades de cada comarca.

SEÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

Estágio Probatório

Foi realizado o acompanhamento do estágio probatório dos servidores do Poder Judiciário. As avaliações foram cobradas via **e-mail** a cada trimestre. Foi efetuado o controle da chegada das avaliações e estas foram registradas no sistema de Estágio Probatório, sendo emitido ofício com o resultado e encaminhado aos servidores. As avaliações que apresentaram problemas foram encaminhadas à Comissão de Estágio Probatório.

Avaliação de Desempenho

Controle e registro das avaliações efetuadas no período.

Promoção por Desempenho

Conclusão da reformulação do sistema de Progressão Funcional e atualização das promoções atrasadas. Emissão de 33 atos gerais de promoção por desempenho, e 9 atos de retificação de promoção.

Promoção por Aperfeiçoamento

Foram analisados os processos relativos aos pedidos de promoção por aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário e emitidos 6 atos gerais de promoção por aperfeiçoamento.

Promoção por Tempo de Serviço



Emitidos 4 atos gerais de promoção por antigüidade.

Outras Atividades

Acompanhamento e controle das lotações dos servidores do Poder Judiciário. Elaboração e manutenção da página da Seção na Intranet, que contém todas as informações sobre a progressão funcional.

SEÇÃO DE CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO DE CARGOS

Convocação e nomeação

Candidatos aprovados no concurso público aberto pelo Edital nº 133/02, para o provimento dos cargos do Quadro de Pessoal da Justiça de Primeiro Grau.

Cargo	Vagas
Comissário da Infância e da Juventude	18
Oficial de Justiça	22
Técnico Judiciário Auxiliar	20
Agente de Portaria e Comunicação	18
TOTAL:	78

Candidatos aprovados no concurso público aberto pelo Edital nº 143/02 (cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado).

Cargo	Vagas
Analista de Sistemas	10
Agente Administrativo Auxiliar	8
TOTAL:	18

Provimento de cargos

por nomeação, dos cargos em comissão de Assessor Judiciário, criados pela Lei Complementar nº 239/02, no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeiro Grau do Estado, conforme cronograma.

- **SETEMBRO/03** - Capital, Joinville e Blumenau.
- **OUTUBRO/03** - Chapecó, Criciúma e Lages.
- **NOVEMBRO/03** - Itajaí, Brusque, Tubarão, Joaçaba, Concórdia, Curitibanos e Rio do Sul.
- **DEZEMBRO/03** - São José, Palhoça, Tijucas, Biguaçu, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Campos Novos, Videira, Caçador, Canoinhas,



São Joaquim, Araranguá, Laguna, São Francisco do Sul, Mafra, Porto União, Indaial, Timbó e São Bento do Sul.

Por remoção ou nomeação, dos cargos criados, pela Lei Complementar nº 181/99, para as novas comarcas: Ascurra, Garuva, Navegantes, Presidente Getúlio, Itapoá, Araquari, Herval do Oeste, Campo Belo do Sul, Santa Rosa do Sul, Forquilha, Garopaba, Modelo, Itá, Ipumirim, Armazém, Rio do Campo.

Edital de Remoção

Foram abertos 132 editais.

Cargos e quantidade de vagas oferecidas à remoção aos servidores da Justiça de Primeiro Grau:

Cargos	Vagas
Secretário do Foro	1
Escrivão Judicial	10
Assistente Social	4
Técnico Judiciário Auxiliar	131
Oficial de Justiça	45
Comissário da Infância e da Juventude	8
Agente de Portaria e Comunicação	5
Agente de Serviços Gerais	7
TOTAL:	211

Edital de Aproveitamento

Foram abertos 44 editais.

Cargos e quantidade de vagas oferecidas aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento de cargos da Justiça de Primeiro Grau:

Cargos	Região	Vagas
Assistente Social	4ª, 9ª	2
Escrivão Judicial	3ª, 4ª, 6ª e 9ª	6
Técnico Judiciário Auxiliar	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª e 9ª	30
Oficial de Justiça	1ª, 2ª, 3ª e 8ª	14
Comissário da Infância e da Juventude	3ª, 7ª e 8ª	3
Agente de Portaria e Comunicação	2ª e 9ª	2
TOTAL		57

Quantidade de atos emitidos

Assunto	Quantidade
Nomeação	435
Exoneração	81
Remoção	16
Dispensa/Designação	4



Tornar sem efeito	30
Demissão	2
TOTAL	568

Quantidade de Portarias emitidas: 209.



DIVISÃO DE REGISTRO, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

- Em 2003, foram desenvolvidas diversas atividades, dentre as quais destacam-se:
- Início dos trabalhos para a implantação de novo sistema de histórico funcional e folha de pagamento;
- Recadastramento dos servidores aposentados;
- Elaboração e sistematização das informações relativas à compensação dos sistemas previdenciários, encaminhadas, posteriormente, à Secretaria da Administração;
- Implantação de nova versão da GFIP - guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social - em meio magnético (no caso do PJ, somente informações à Previdência Social);
- Conclusão da renovação das carteiras dos usuários de plano de saúde;
- Desenvolvimento de sistema para o controle da concessão de bolsa de estudos;
- Informe de rendimentos e DIRF declaração do imposto retido na fonte; RAIS relatório anual de informações sociais; pagamento do Pasep;
- Elaboração de folha de pagamento: doze normais e duas antecipações do décimo-terceiro; suplementares para pagamento de atrasados aos magistrados e servidores;
- Cálculo dos atrasados do 14º e 15º e liberação para consulta na Intranet com valores históricos e saldo atualizado mensalmente;
- Conclusão do quadro de antigüidade dos magistrados.

Em números, conforme relatório das Seções, foram realizadas as seguintes atividades:

SEÇÃO DE REGISTRO E INFORMAÇÃO

Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
CO/FC	funcionário por cargo	28
CO/FD	funcionário por dependente	16
CO/FH	histórico do MC/FA	363
CO/FL	funcionário por lotação	5
CO/FM	funcionário por matrícula	8.804
CO/NP	numeração de Atos e Portarias	1.874
GT/CA	atualiza cargo	243
GT/CE	exclui cargo	1
GT/CL	lista cargo	25
GT/LA	atualiza lotação	866
GT/LE	exclui lotação	4
GT/LL	lista lotação	95
GT/AS	atualiza movimentos	64
GT/SL	lista movimentos	28
GT/TA	atualiza tabelas gerais	1.417
GT/TE	exclui tabelas gerais	4
GT/TL	lista tabelas gerais	279
MC/FA	atualiza funcionário	10.145



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
MC/IC	cadastra texto movimento p/ inf processos	22
MC/IN	cadastra texto negação movimento	7
MC/IP	informação de processo	32.724
	licença-prêmio	869
	processo anulado	1
	averbação de tempo de serviço	337
	penalidades	22
	incorporações/substituições/gratificações	2.956
	horário especial	287
	licença interesse particular	44
	licença de tratamento de saúde	1.761
	licença especial	24
	ficha funcional	209
	serviço extraordinário	5
	trânsito	1
	remoção	206
	participação em comissão	49
	à disposição	51
	salário-família e imposto de renda	139
	aposentadoria ou cálculo de pensão	1.552
	isenção de imposto de renda	22
	complementação salarial	42
	readaptação funcional	59
	promoção	522
	insalubridade	4
	licença gestação / amamentação	68
	dados básicos	836
	pagamentos diversos	8
	auxílio-funeral	25
	ajuda de custo / magistrados	3
	exoneração	92
	magistrados – dir. foro/subst. /coop.	10
	participação em sindicância	16
	auxílio-alimentação	5
	processo disciplinar	7
	faltas / saídas antecipadas / entr.tardias	44
	lts - todas cadastradas	8
	cálculo de promoção	1
	adicional	15
	afastamentos	38
	vale-transporte	55
	isenção do Ipesc	12
	férias	60
	gratificação de concurso	266
	auxílio-creche	136
	multa de trânsito	4
	banco de horas	9
	gratificação de ronda	635
	currículum vitae	3.774
	ficha funcional	17.412
	atos de extrajudicial	23
MC/IT	cadastra texto transação p/ inf processo	133
MC/LM	lança mov. automático	1.193
MC/MA	atualiza movimentação	54.886
	nomeação	523
	promoção de funcionários	564
	enquadramento	76



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
	lotação de funcionários	208
	remoção de funcionários	159
	readaptação	38
	exoneração	154
	aposentadoria	102
	averbação de tempo de serviço	187
	desaverbação de tempo de serviço	10
	férias/marcação de gozo	5.026
	licença-prêmio/concessão	695
	lic. trat. saúde/deferida	1.381
	lic. inter. particular/concessão	26
	lic. trat. saúde família/deferida	128
	licença-paternidade	22
	licença-gala	53
	licença-nojo	81
	licença gestação	64
	falta injustificada/desconto	144
	entrada tardia/desconto	61
	disp. no Poder Jud.	33
	reclassificação	1
	disp. no Poder Jud./término	9
	licença para concorrer cargo eletivo	5
	subst. Justiça de 1º grau	2.381
	falecimento	46
	grat. de adicional de exercício/concessão	2
	instrutor / pagamento	150
	informações complementares	36
	horário especial	424
	penalidades	19
	penalidades/cancelamento	1
	grat. de adicional permanência/concessão	1
	participação em comissões/designação	33
	serviço extraordinário/autorização	14
	serviço extraordinário/execução	124
	permanência em cargo	1
	elogio	62
	exerc. na pres. do TJ/mandato	18
	assunção de cargo	117
	curios, seminários e correlatos	47
	trânsito	58
	licença-prêmio/conversão	7
	licença-prêmio/marcação	822
	licença-prêmio/gozo	1.585
	licença-prêmio/suspensão de gozo	14
	licença-prêmio/transferência de gozo	18
	férias/suspensão de gozo	235
	férias/transferência de gozo	1.112
	férias/gozo	4.767
	férias/pagamento	4.110
	férias/devolução	6
	lic. trat. saúde/indeferida/lip	5
	horas para gozar	113
	reagrupamento	2
	faltas injustificadas indevidas /restituição	1
	cooperação	651
	direção do fórum/designação titular	53
	lic. trat. saúde família/indeferida/lip	2



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
	afastamento pendente - lts	55
	saída antecipada/desconto	83
	subst. Justiça de 1º grau/interrupção	19
	grat. de insalubridade/concessão	3
	grat. de nível superior art. 14/concessão	172
	grat. de nível superior art. 14/suspensão	13
	movimento anulado	3
	subst. função secretário fórum	3
	grat. esp. art. 85 c fixo/concessão	17
	movimento anulado	1
	grat. esp. art. 85, VIII/incorporação	1
	incorporação cargo em comissão	1
	função gratificada/incorporação	1
	grat. de insalubridade/suspensão	2
	função de secretário do fórum/término desig.	13
	grat. esp. art. 85, VIII/suspensão	14
	dispensa de registro de ponto	5
	função de contador/término designação	16
	faltas injustificadas/reconsideração	3
	disp. outros órgãos/Poder Judic.	31
	disp. Judic. /outros órgãos	7
	férias/averbação	84
	Justiça Eleitoral/exercício	11
	serviço voluntário	1
	pedido de opção	16
	direção do fórum/interrupção desig. titular	48
	relotação de funcionários	58
	movimento anulado	1
	subst. magistrado/interrupção	37
	subst. Tribunal de Justiça/interrupção	11
	gratificação de diligência / concessão	7
	gratificação de diligência / suspensão	1
	licença-prêmio/averbação	19
	licença-prêmio/desaverbação	5
	faltas abonadas	1.774
	participação em concurso/pagamento	1.901
	licença para amamentação	8
	freqüência	29
	subst. Tribunal de Justiça	621
	subst. magistrado	890
	disponibilidade	1
	reversão	1
	averbação/tempo proporc. Lei 5.533/79	1
	subst. magist. exerc. pres. TJ	21
	função de contador/designação	227
	atualização de lotação	14
	admissão	3
	função gratificada/designação	8
	função de avaliador/designação	1
	função de distribuidor/designação	27
	Justiça Eleitoral/concessão de abono	458
	averbação/ajuste de adicional/soma dias	4
	averbação/ajuste de adicional/subtrai dias	16
	promoção de magistrados	56
	grat. esp. art. 85 c fixo/alter. concessão	7
	função de conciliador/designação	2
	função gratificada/término designação	10



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
	remoção de magistrados	29
	exerc. na pres. do TJ/término mandato	19
	lic. inter. particular/término	13
	subst. magist ./direção do fórum	298
	diária de magistrados	12
	média mensal	102
	designações diversas	264
	movimento anulado	15
	subst. escrivão judicial/cargo vago	189
	subst. oficial de justiça/cargo vago	167
	subst. secretário fórum/cargo vago	17
	subst. função de distribuidor	1
	disp. outros órgãos/Poder Judic. /término	33
	licença especial	17
	função de contador/incorporação	1
	função de secretário do fórum/designação	256
	efetivação de funcionários	2
	subst. magist. /direção do fórum/interrupção	22
	prorrogação de posse	50
	desligamento da folha	48
	penalidade/demissão	5
	afastamentos/dispensas diversas	88
	designações diversas/término	7
	recuperações diversas	8
	função de téc. sup. operacional/desig. interina	262
	isenção de IR	9
	diária/devolução	1
	ajuda de custo/fixa	35
	ato/anulação	40
	função de distribuidor/término designação	14
	revisão de enquadramento	2
	deferimentos diversos	27
	incorporação cargo efetivo	1
	contratação	2
	função de contador/interrupção de subst.	2
	lotação de magistrados	15
	relotação de magistrados	7
	devoluções diversas	161
	desligamento de folha/término	12
	disp. Poder Judic. /outros órgãos/término	8
	horas gozadas	153
	suspensão preventiva	2
	pagamentos diversos	100
	horário normal de verão	7
	subst. designações diversas	44
	função de avaliador/término designação	1
	averbação de tempo de serviço/2	101
	incorporação/outros poderes	1
	multa de trânsito	17
	aproveitamento	1
	grat. esp. art. 85 remuneração/concessão	1
	ato/revogação	2
	licença para exercer mandato eletivo	4
	Justiça Eleitoral/gozo de abono	614
	auxílio-alimentação/concessão	318
	auxílio-alimentação/suspensão	3
	participação na junta médica	1



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
	participação em comissões/término desig.	12
	incorporação cargo em comissão/alteração	1
	grat. esp. art. 85, VIII/alter. incorporação	1
	subst. designações diversas/término	1
	lic. inter. particular/restituição	1
	sindicância/designação	2
	transferência de cargo	2
	alteração de adicional	77
	avaliação de desempenho	1
	auxílio-alimentação/pagamento de dia(s)	1
	grat. de regime de exceção/suspensão	1
	sindicância / pagamento	17
	descontos diversos	17
	participação em comissão/pagamento	73
	gratificação de produtividade	137
	licença de adoção	7
	horas para cumprir	5
	horas cumpridas	8
	função de depositário público	2
	plantão judiciário	613
	bolsista/contratação	229
	bolsista/rescisão de contrato	242
	plantão judiciário/folga	732
	função de téc. sup. operacional/designação	25
	função de téc. sup. operacional/term. designação	18
	subst. função de téc. sup. operacional	5
	função juiz esp. cíveis e criminais/designação	29
	função juiz esp. cíveis e criminais/term. desig.	17
	alteração de dados pessoais	8
	averbação de tempo de serviço/texto	5
	saídas antecipadas / abonadas	5
	entradas tardias / abonadas	1
	recuperações	6
	grat. auditoria da Just Militar/suspensão	1
	função de distribuidor/desig. interina	262
	função de distribuidor/susp. interina desig.	1
	função juiz esp. cíveis e crim./ substituição	258
	função juiz esp. cíveis e crim./susp. subst.	9
	subst. função de contador	1.181
	função de téc. sup. operacional/susp. interina	3
	participação na junta médica/susp. interina	1
	doação de sangue	14
	grat. de regime de exceção/desig interina	6
	horário normal	134
	função de turma de recurso/desig. interina	9
	subst. advogado de menores	4
	contribuição previd. do Ipesc/isenção	95
	pensionista/inclusão em folha	32
	pensionista/exclusão de folha	5
	pagamento de crachá sist. ponto eletrônico	23
	central de mandados/designação	1
	central de mandados/término de designação	1
	pensionista/alteração de percentual	9
	auxílio-moradia/concessão	1
	grat. esp. art. 85 c escrivão/designação	14
	grat esp. art. 85 c escrivão/término designação	3
	grat esp. art. 85 c escrivão/substituição	137



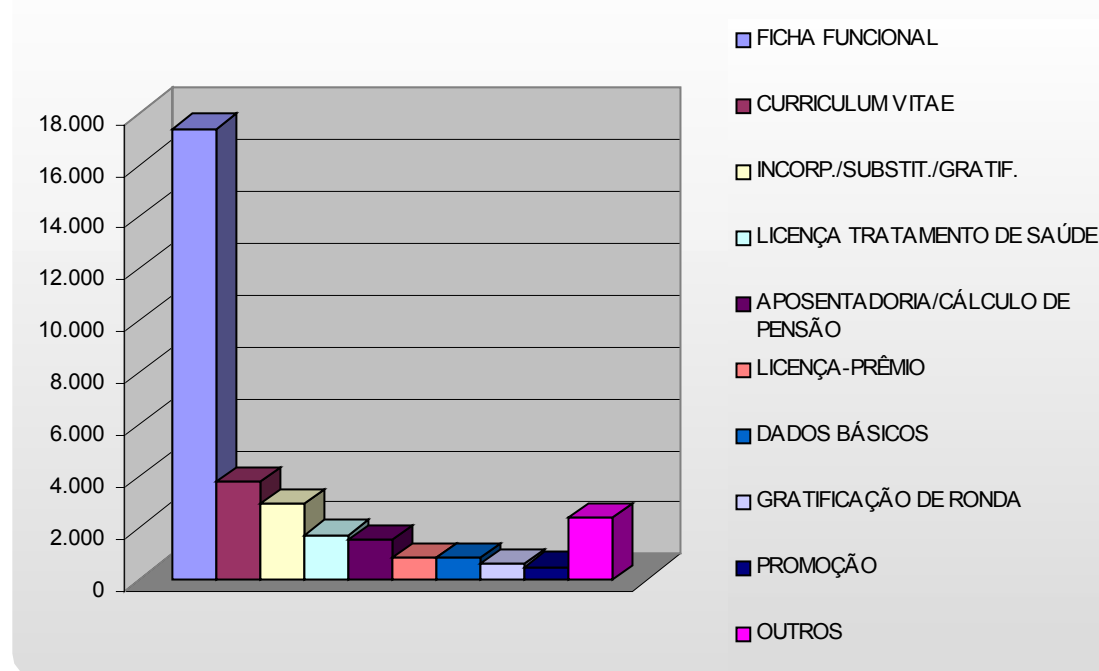
Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
	grat esp. art. 85 c escrivão/susp. substituição	1
	contribuição previd. do Ipsc/término isenção	1
	estagiário/FRJ/resc. contrato	185
	estagiário/FRJ/contratação	403
	tempo da EC n. 20/98	1
	auxílio-funeral / pagamento	19
	classificação	2
	função de sec. do fórum/designação interina	166
	exerc. na 2ª vice-pres. do TJ/iníc mandato	1
	exerc. na 2ª vice-pres. do TJ/tér. mandato	1
	convocação	12
	convocação / término	4
	viagem a serviço	9
	alteração de nível	102
	auxílio-creche / concessão	120
	auxílio-creche / cancelamento	10
	penalidade/perda de delegação	1
	gratificação de produtividade/valor	260
	função de coordenador de cartório/designação	52
	função de coordenador de cartório/tér. desig.	30
	função de coord. de cartório/desig. interina	395
	função de coord. de cartório/susp. int. desig.	8
	gratificação de produtividade / concessão	2
	licença-prêmio / indenização	1
	férias / indenização	1
	greve / desconto	50
	greve / reconsideração	52
	dispensa de registro de ponto/término	1
	reordenação	11
	exerc. na 3ª vice-presidência / início	1
	exerc. na 3ª vice-presidência / término	1
	dispensa para cursos, seminários e correlatos	479
	afastamentos justificados	74
	desligamento de cargo	41
	certidão de contagem recíproca	7
	bolsa de estudo/cancelamento	1
	alteração inscrição Pasep	97
	reprovação em curso de capacitação	7
	dados complementares extrajudiciais	5
	opção extrajudiciais	2
	func.juiz corregedor aux. /designação	2
	func. juiz corregedor aux. /término desig.	2
	função de agente de capacitação / designação	13
	salário-família	2
	alterações	10.486
MC/MA	impressão movimentação	10.216
MC/MA	pesquisa movimentação	75.209
MC/MA	atualiza movimentação	2
MC/MA	exclusão movimentação	4.398
MC/ML	lista dados integração folha	205
MC/MT	gera dados para folha	240
MG/BB	atualiza parâmetros do usuário	110
MG/EM	lista acessos no MC/MA e MC/FA	4.841
RE/AU	auditoria de férias e substituições	53
RE/CA	cancela auxílio-creche	11
RE/CD	controle de dependentes	84
RE/ET	etiqueta para cartão ponto	15



Módulo/rotina	Descrição	Quantidade
RE/FD	funcionários à disposição	1
RE/GD	gerador de relatório	631
RE/GE	emissão de relatório	1.265
RE/GL	lista documentação de relatório	7
RE/LM	funcionários p/ lotação e movimento	9
RE/MF	gerador de relatórios dos movimentos	546
RE/QA	quadro de antigüidade	159
RE/QD	quadro de dependentes	1
RE/RA	relatório de adicionais	6.230
RE/RB	resumo de licença-prêmio	579
RE/RD	resumo de férias	1.865
RE/RE	estatística de cargos	4
RE/RF	dados dos funcionários	6.527
RE/RI	relatório de incorporações	132
RE/RL	relação de funcionários por lotação	26
RE/SE	saldo Justiça Eleitoral	716
RE/SH	saldo de horas	153
RE/TE	enquadramento por tipo	5

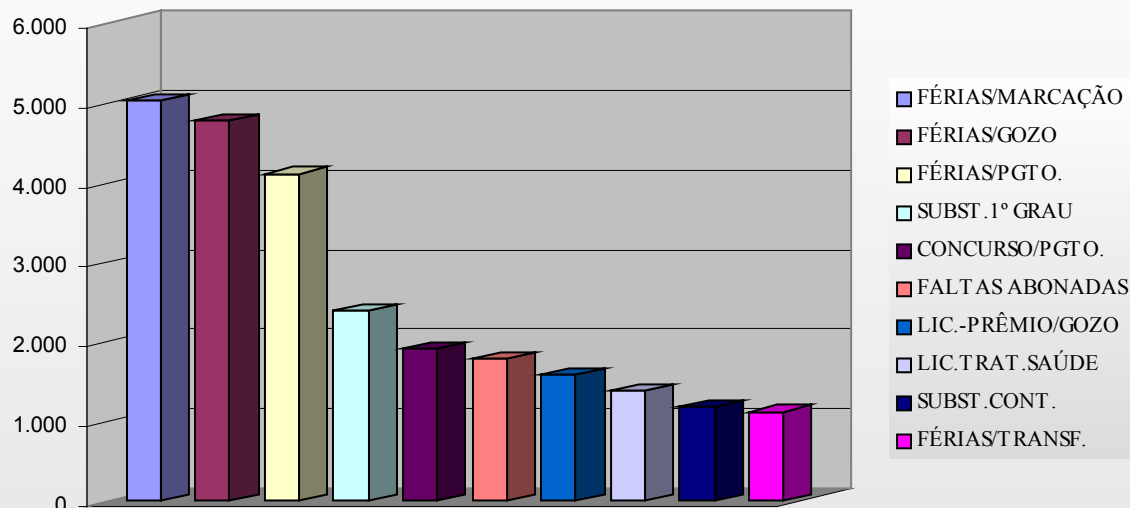
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA (DADOS SELECIONADOS):

Informações em processos/2003-quantidade





Movimentos com maior número de alterações-2003



SEÇÃO DE DIREITOS E DEVERES

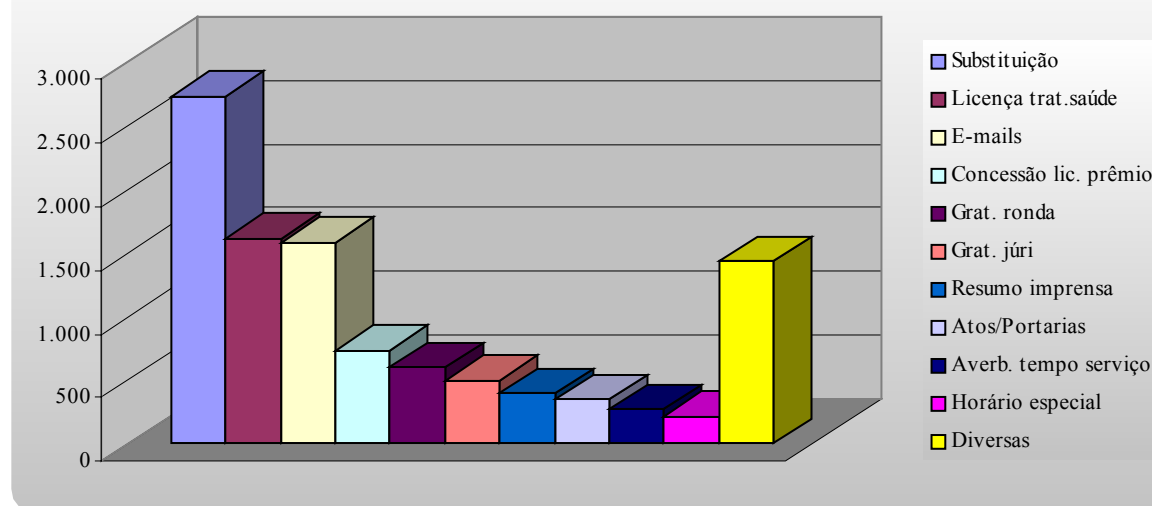
Atividade	Quantidade
substituição	2.711
licença de tratamento de saúde	1.604
e-mails	1.570
concessão de licença-prêmio	723
gratificação de ronda	597
gratificação de júri	494
resumo para imprensa	389
atos e portarias	340
averbação de tempo de serviço	260
horário especial	210
gratificação de nível superior	172
salário família/inclusão imposto de renda	162
gratificação juizado especial	147
gratificação tso	119
licença-gestação	110
complemento salarial	98
ofícios expedidos	89
aposentadoria	79
gratificação distribuidor judicial	52
gratificação contador judicial	49
gratificação secretário do foro	48
readaptação funcional	47
licença para tratamento de saúde / reconsideração	38
licença para tratamento de interesse particular	37
isenção imposto de renda	35
licença especial para amamentação	26
auxílio-funeral	25



Atividade	Quantidade
licença especial	25
gratificação de insalubridade	23
averbação de férias	12
concessão do art. 85	11
isenção ipesc	9
licença de adoção	5
averbação de licença-prêmio	3
conversão de licença-prêmio	3
desaverbação de férias	0
desaverbação de licença-prêmio	0
licença para acompanhar cônjuge	0

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Atividades 2003-quantidade



SEÇÃO DE BENEFÍCIOS

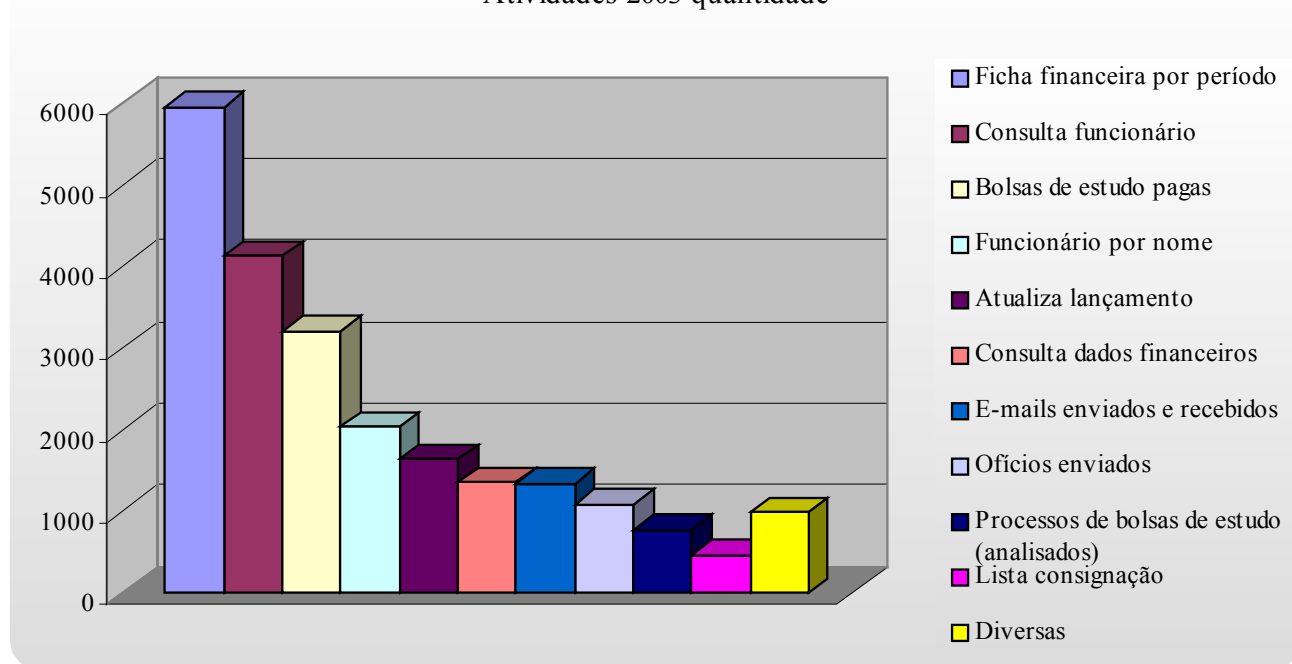
Rotina	Descrição da rotina	N. acesso
RE/FP	Ficha financeira por período	5.951
MC/FC	Consulta funcionário	4.128
Bolsas de estudo pagas		3.211
CO/FN	Funcionário por nome	2.036
LA/LA	Atualiza lançamento	1.638
CO/FF	Consulta dados financeiros	1.361
E-mails enviados e recebidos		1.350
Ofícios enviados		1.088
Processos de bolsas de estudo (analisados)	1º grau, TJ	780
RE/CO	Lista consignação	472
CO/FS	Consulta por sobrenome	230
LA/CA	Calcula folha	150
Plano de saúde	Novas adesões	143
VT/SD	Relatório servidores com direito VT	92
RA/CL	Emite comprovante de rendimento	63
MC/FA	Atualiza funcionário	37
RE/GE	Emissão de relatório	31
VT/CR	Comprovante de recebimento VT	28



RE/RF	Relação de funcionários	27
TQ/IP	Lê disquete do Ipesc	26
LA/GA	Atualização geral de lançamentos	25
GT/VA	Atualiza tabelas de vencimento	23
GT/ML	Lista tabelas de vencimento	14
VT/LV	Lista transporte coletivo com valor	14
TQ/LA	Lança dados ASTJ	12
VT/LA	Lança desconto vale-transporte	12
RC/EF	Emissão de etiquetas de funcionários	10
TQ/BL	Lista crédito bancário	10
LA/GE	Exclusão geral de lançamentos	8
LA/GP	Atualiza lançamento por percentual	8
CO/FA	Consulta atrasados	6
CO/FC	Consulta dados cadastrais	6
MC/PA	Atualiza parâmetros	4
RE/GD	Gerador de relatório	4
CO/FH	Histórico do MC/FA	4
RE/FO	Funcionário fora da folha corrente ano	2
TQ/BG	Grava crédito bancário	2
GT/CA	Atualiza códigos de ganhos/descontos	1
MC/FS	Atualiza situação funcionário	1
TQ/LC	Lê disquete Capemi	1
VT/RC	Requisição de compra de vale-transporte	1

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE ALGUNS DADOS

Atividades 2003-quantidade



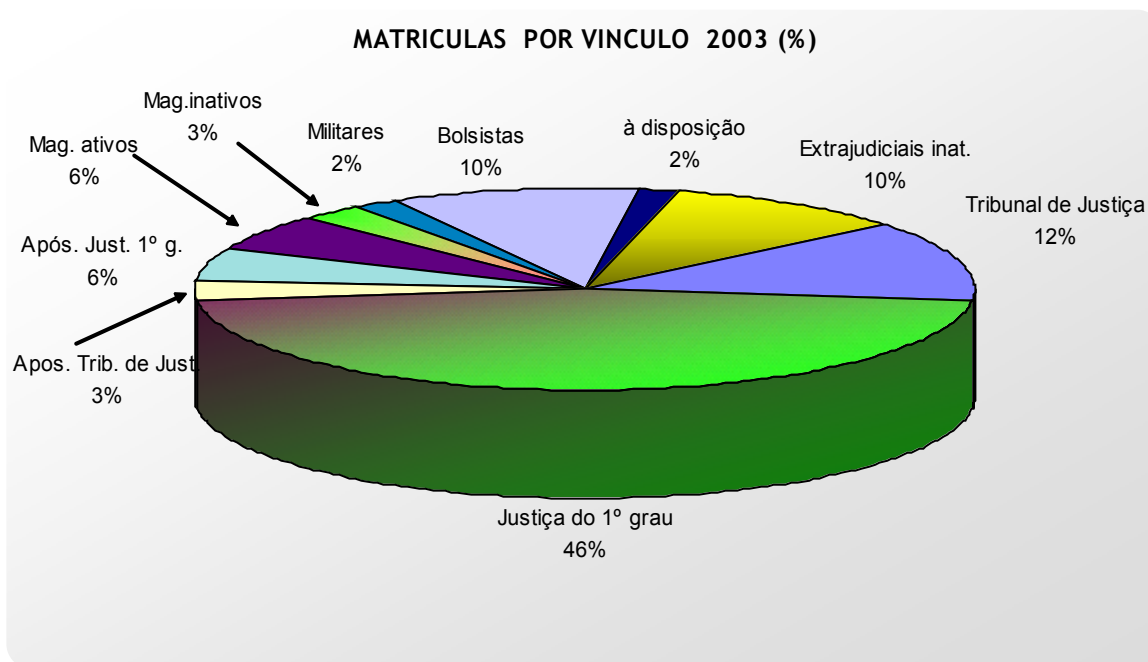


SEÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO

ATIVIDADE	QUANTIDADE.
Número de folhas normais	12
número de folhas suplementares	16
número de folhas décimo terceiro	3
comprovante de rendimentos	1
certidões	198
declarações	66
informações – proc. adm.	725
transmissão arquivos bancários	64
transmissão arquivos contábeis	16
relatório de descontos diversos	16
relatório imposto de renda	16
relatório contábil – sintético	16
relatório contábil – analítico	16
relatório tribunal de contas	3
relatório ipesc	12
impressão de contracheques	13
liberação contracheque internet	16
cópias de contracheques	250

MATRÍCULAS POR VÍNCULO – 2003-quantidade													
Vínculo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Soma
Tribunal de Justiça	701	719	730	738	744	742	738	732	747	748	745	748	8.832
Justiça de 1º grau	2.657	2.665	2.664	2.663	2.666	2.671	2.685	2.710	2.722	2.757	2.773	2.812	32.445
Aposentados TJSC	159	159	160	160	162	163	165	167	170	174	176	176	1.991
Aposentados 1º grau	309	307	308	311	315	317	319	320	326	327	329	329	3.817
Magistrados ativos	312	318	318	317	317	318	318	343	342	340	339	339	3.921
Magistrados inativos	153	152	151	152	152	152	151	151	152	150	153	152	1.821
Militares	103	106	106	106	106	107	107	107	106	104	105	106	1.269
Bolsistas	527	557	585	577	584	585	576	567	585	598	606	761	7.108
À disposição	98	97	95	94	94	94	90	89	89	92	92	92	1.116
Extrajudiciais inativos	577	576	577	579	581	583	590	591	595	589	590	591	7.019
Totais	5.019	5.080	5.117	5.118	5.140	5.149	5.149	5.186	5.239	5.290	5.318	5.515	62.320

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:



Divisão de Capacitação — Cursos, Eventos e Correlatos

82 eventos / 2.690 horas e 30 minutos / 1.592 participantes / Investimento de R\$ 881.385,03

- 12 e 13 de março de 2003 — Encontro dos Assessores de Novos Gabinetes — 12 horas e 45 minutos (17 h/a) — TJSC / Florianópolis / SC — 22 participantes — Investimento:
 - R\$ 1.207,35
- 17 a 25 de março de 2003 — Encontro dos Secretários de Foro: Turmas 3 e 4 — 64 horas
 - (por turma) — Florianópolis / SC — 61 participantes — Investimento: R\$ 84.560,00
- 20 e 21 de março de 2003 — Seminário sobre a Reforma Tributária — 12 horas (16 h/a) Fortaleza / CE — 1 participante — Investimento: R\$ 3.624,35
- 24 a 28 de março de 2003 — Reunião Técnica de Implantadores — 55 horas — TJSC / Florianópolis / SC — 8 participantes — Investimento: R\$ 2.349,55
- 27 a 29 de março de 2003 — Congresso: O Direito no Século XXI: Novos Desafios e O Novo Código Civil — 20 horas — Rio de Janeiro / RJ — 1 participante — Investimento: R\$ 2.192,45
- 22 a 24 de abril de 2003 — IV Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação Social do Poder Judiciário e do Ministério Público — 24 horas — Curitiba / PR
 - 1 participante — Investimento: R\$ 1.210,35
- 1º a 3 de maio de 2003 — 8º ENAPA — Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção — 26 horas — Itajaí / SC — 30 participantes (Assistentes Sociais)



da Justiça de 1º Grau) — Investimento: R\$ 12.000,00

- 7 de maio a 4 de junho de 2003 — Curso de Atualização em Direito Administrativo
- 42 horas — Academia Judicial – Florianópolis / SC — 25 participantes — Investimento: R\$ 9.002,00
- 15 de maio de 2003 — Evento Comemorativo: Dia do Assistente Social — 5 horas
- Joinville / SC — 8 participantes (Assistentes Sociais da Justiça de 1º Grau)
- Investimento: R\$ 90,00
- 19 a 21 de maio de 2003 — Curso: Proteção de Sistemas Elétricos — 24 horas
- Copacabana / RJ — 1 participante — Investimento: R\$ 4.138,85
- 22 e 23 de maio de 2003 — Reunião Técnica de Escrivães — 20 horas
TJSC – Florianópolis / SC — 71 participantes — Investimento: R\$ 26.302,15
- 28 de maio a 22 de agosto 2003 — Curso de Português para Revisores — 78 horas
Florianópolis / SC — 12 participantes — Investimento: R\$ 7.722,00
- 5 de junho a 18 de julho de 2003 — Curso de Aperfeiçoamento em Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal — 54 horas — Academia Judicial – Florianópolis / SC
- 25 participantes — Investimento: R\$ 9.497,00
- 5 de junho a 24 de julho de 2003 — Curso de Noções Jurídicas — 36 horas (48 h /a)
TJSC – Florianópolis / SC — 25 participantes — Investimento: R\$ 8.078,00
- 9 a 13 de junho de 2003 — Reunião Técnica de Implantadores — 55 horas
TJSC – Florianópolis / SC — 22 participantes — Investimento: R\$ 13.514,71
- 11 a 13 de junho de 2003 — XII Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais — 29 horas e 30 minutos — Campo Grande / MS — 3 participantes
Investimento: R\$ 6.395,66
- 12 e 13 de junho de 2003 — Curso de Administração Patrimonial — 13 horas
- Florianópolis / SC — 3 participantes — Investimento: R\$ 700,00
- 12 e 13 de junho de 2003 — 4º Encontro Catarinense de Administração — 55 horas
Blumenau / SC — 10 participantes — Investimento: R\$ 3.642,72
- 16 de junho de 2003 — Palestra de Antonio Carlos Gomes da Costa: Presença Educativa
2 horas — TJSC Anexo – Florianópolis / SC — 350 participantes —
Investimento: R\$ 2.113,00
- 23 a 26 de junho de 2003 — Congresso Íbero-Americano de Direito Administrativo
21 horas — Curitiba / PR — 2 participantes — Investimento: R\$ 3.984,70
- 26 e 27 de junho de 2003 — Curso: Gestão Interdimensional do Humano na Organização
- 42 horas — TJSC – Florianópolis / SC — 39 participantes — Investimento: R\$ 9.970,00
- 1 e 2 de julho de 2003 — Treinamento com Estagiários do Curso de Psicologia e Direito da Univali — 16 horas — Itajaí / SC — 2 ministrantes — Investimento: R\$



1.601,04

- 2 a 4 de julho de 2003 — Elaboração PPA 2004-2007 e Orçamento 2004 — 10 horas Florianópolis / SC — 2 participantes — Investimento: Sem ônus
- 7 e 8 de julho de 2003 — Curso de Aperfeiçoamento para Escrivães e Designados de Cartórios Cíveis — 17 horas — Fraiburgo / SC — 89 participantes — Investimento: R\$ 32.900,00
- 10 e 11 de julho de 2003 — Encontro de Comissários da Infância e da Juventude
- 17 horas — Florianópolis / SC — 107 participantes — Investimento: R\$ 47.432,00
- 4 a 7 de agosto de 2003 — Treinamento no Software Fólio Views 4.2 — 32 horas TJSC – Florianópolis / SC — 10 participantes — Investimento: R\$ 8.236,00
- 11 a 13 de agosto de 2003 — Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Técnicas de
- Negociação — 18 horas — Salvador / BA — 2 participantes — Investimento:
- R\$ 7.079,90
- 11, 12 e 14 de agosto de 2003 — Encontro Técnico Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça: Consultoria — 12 horas — TJSC – Florianópolis / SC — 20 participantes Investimento: R\$ 185,85
- 15 a 17 de agosto de 2003 — Workshop com Stephen Gilligan, Ph . D / Relações do Self e Hipnose Ericksoniana — 18 horas (24 h/a) — Belo Horizonte / MG — 1 participante Investimento: R\$ 3.270,00
- 17 a 22 de agosto de 2003 — Congresso Técnico COMDEX'2003 / Congresso: 17 a 21 de agosto e Exposição: 19 a 22 de agosto — 27 horas — São Paulo / SP — 3 participantes Investimento: R\$ 10.846,50
- 18 de agosto a 4 de setembro de 2003 — Treinamento da Equipe de Replicadores da Nova Versão do SAJ/PG — 80 horas — TJSC – Florianópolis / SC — 30 participantes Investimento: R\$ 47.498,00
- 22 e 23 de agosto de 2003 — I Fórum Nacional dos Juizes de Turmas Recursais
- 7 horas e 15 minutos — Ouro Preto / MG — 1 participante — Investimento: R\$ 1.571,50
- 22 a 24 de agosto de 2003 — VIII Congresso Paulista de Técnicos em Prótese Dentária
- 18 horas — São Paulo / SP — 1 participante — Investimento: R\$ 2.009,00
- 28 e 29 de agosto de 2003 — VII Seminário Nacional de Administração Pública Gerencial — 21 horas — Rio de Janeiro / RJ — 1 participante — Investimento: R\$ 4.209,00
- 2 a 6 de setembro de 2003 — Expo Construção - Bahia 2003 — 32 horas
- Salvador / BA — 1 participante — Investimento: R\$ 4.498,40
- 2 de setembro a 3 de outubro de 2003 — Curso de Excel Avançado – Turma 1 — 66 horas Florianópolis / SC — 8 participantes — Investimento: R\$ 3.632,20
- 4 de setembro de 2003 — Seminário sobre CRM – Sistemas de Informações — 3 horas Porto Alegre / RS — 1 participante — Investimento: R\$ 540,50
- 5 de setembro de 2003 — Encontro de Instrutores Internos para o Curso de Noções



- Jurídicas – Turma 1 — 8 horas — TJSC – Florianópolis / SC — 34 participantes (Juizes de Direito) — Investimento: R\$ 23.543,00
- 5 de setembro de 2003 — Encontro de Instrutores Internos para Curso de Noções
- Jurídicas – Turma 2 — 8 horas — TJSC – Florianópolis / SC — 31 participantes (Escrivães Judiciais) — Investimento: R\$ 11.771,00
- 8 a 12 de setembro de 2003 — Curso de Agentes de Capacitação — 40 horas
- TJSC – Florianópolis / SC — 14 participantes — Investimento: R\$15.134,00
- 8 a 19 de setembro e 29 de setembro a 15 de outubro de 2003 — Curso de Montagem e
- Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais – Turma 1 — 180 horas
- Florianópolis / SC — 10 participantes — Investimento: R\$ 31.051,16
- 9 de setembro de 2003 — Curso de Metodologia e Didática para Replicadores do SAJ/PG — 8 horas e 30 minutos — TJSC – Florianópolis / SC — 23 participantes
- Investimento: R\$ 870,00
- 15 a 19 de setembro de 2003 — Curso de Segurança Pessoal para Magistrados
- 36 horas — Brasília / DF — 2 participantes — Investimento: R\$ 5.710,34
- 15 de setembro a 2 de outubro de 2003 — Relacionamento Interpessoal e Qualidade no Atendimento – Turma 1 — 36 horas — Blumenau / SC — 28 participantes
- Investimento: R\$ 6.925,00
- 15 de setembro a 3 de outubro de 2003 — Relacionamento Interpessoal e Qualidade no
- Atendimento – Turma 2 — 36 horas — Caçador / SC — 32 participantes
- Investimento: R\$ 6.925,00
- 16 a 19 de setembro de 2003 — VII Encontro Nacional de Ouvidores / Ombudsman
- 25 horas — Gramado / RS — 1 participante — Investimento: R\$ 1.986,35
- 17 a 19 de setembro de 2003 — VII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
- 24 horas — Belo Horizonte / MG — 4 participantes — Investimento: R\$ 8.786,46
- 24 a 26 de setembro 2003 — 14º Congresso Catarinense de Gestão de Pessoas
- 23 horas e 30 minutos — Balneário Camboriú / SC — 11 participantes
- Investimento: R\$ 6.790,00
- 29 de setembro a 3 de outubro de 2003 — Curso de Acabamento Gráfico — 40 horas
- São Paulo / SP — 2 participantes — Investimento: R\$ 6.092,00
- 30 de setembro a 3 de outubro de 2003 — IX Seminário Internacional do IBCCRIM
- 40 horas — São Paulo / SP — 1 participante — Investimento: R\$ 2.205,00
- 2 a 4 de outubro de 2003 — VI Congresso Catarinense de Clínica Médica — 20 horas Florianópolis / SC — 1 participante — Investimento: 90,00
- 3 e 4 de outubro de 2003 — Curso Básico Orçamentos e Obras — 16 horas
- São Paulo / SP — 1 participante — Investimento: R\$ 2.038,00



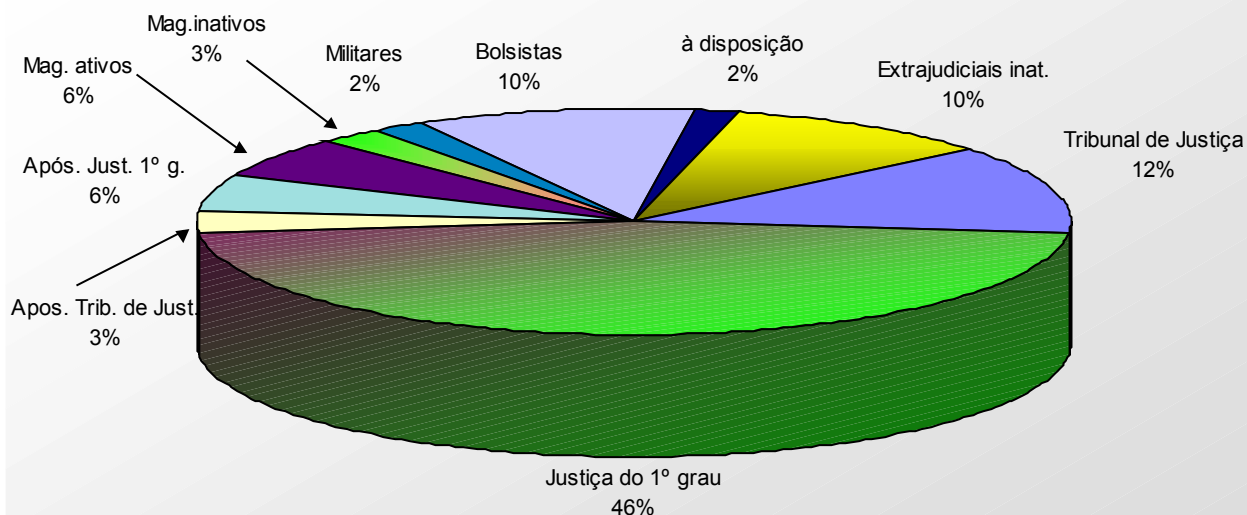
- 7 a 10 de outubro de 2003 — 3º Reunião Técnica de Implantadores — 12 horas
- Florianópolis / SC — 47 participantes — Investimento: R\$ 70.520,00
- 15 a 17 de outubro de 2003 — Reforma da Previdência — 18 horas
- Florianópolis / SC 11 participantes — Investimento: R\$ 2.800,00
- 15 a 18 de outubro de 2003 — II Congresso Interamericano de Defensorias Públicas
- 24 horas — Rio de Janeiro / RJ — 1 participante — Investimento: R\$ 2.031,67
- 20 a 24 de outubro de 2003 — IV Semana do Servidor — 20 horas — Florianópolis / SC
- 29 participantes — Investimento: Sem ônus
- 23 e 24 de outubro de 2003 — O Novo ISS — 16 horas — Florianópolis / SC
- 6 participantes — Investimento: R\$ 1.750,00
- 24 e 25 de outubro de 2003 — Redução de Custos de Telecomunicações — 12 horas
- São Paulo / SP — 1 participante — Investimento: R\$ 2.752,50
- 27 e 28 de outubro de 2003 — Curso Sobre Índices de Preços e Custos Unitários
- 16 horas — Fortaleza / CE — 2 participantes — Investimento: R\$ 6.502,70
- 30 e 31 de outubro de 2003 — I Fórum Catarinense de Direito Administrativo
- 16 horas — Florianópolis / SC — 17 participantes — Investimento: R\$ 3.300,00
- 5 a 14 de novembro e 24 de novembro a 12 de dezembro de 2003 — Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais – Turma 2 — 180 horas
- Florianópolis / SC — 10 participantes — Investimento: R\$ 45.371,96
- 6 e 7 de novembro de 2003 — Protocolo e Cerimonial na Organização de Eventos
- 16 horas — Florianópolis / SC — 5 participantes — Investimento: Sem ônus
- 6 a 8 de novembro de 2003 — II Congresso Internacional de Odontologia de Santa Catarina — 12 horas — Florianópolis / SC — 3 participantes — Investimento:
- R\$ 1.540,00
- 10 a 12 de novembro de 2003 — O Gerenciamento Eficiente dos Contratos Administrativos: Reequilíbrio Econômico-Financeiro e Monitoramento de Contratos de Terceirização — 24 horas — Guarulhos / SP — 3 participantes — Investimento:
- R\$ 10.452,00
- 10 de novembro a 11 de dezembro de 2003 — Curso de Excel Avançado – Turma 2
- 66 horas — Florianópolis / SC — 12 participantes — Investimento: R\$ 4.688,20
- 10 a 12 de novembro de 2003 — Curso de Administração e Manutenção de Central Telefônica – Turma 1 — Técnico de Suporte Operacional: 22 horas e Secretário do Foro: 17 horas — Florianópolis / SC — 26 participantes — Investimento: R\$ 13.302,90
- 12 a 14 de novembro de 2003 — Curso de Administração e Manutenção de Central Telefônica – Turma 2 — Técnico de Suporte Operacional: 22 horas e Demais Cargos:
- 17 horas — Florianópolis / SC — 26 participantes — Investimento: R\$ 13.302,90



- 12 a 26 de novembro de 2003 — Treinamento de Implantadores do SAJ – Turma 1
- 91 horas — Florianópolis / SC — 16 participantes — Investimento: R\$ 44.300,00
- 12 a 14 de novembro de 2003 — II Simpósio Ciberética: Simpósio Internacional de
- Propriedade Intelectual, Informação e Ética — 24 horas — Florianópolis / SC
- 5 participantes — Investimento: R\$ 3.810,00
- 13 a 26 de novembro de 2003 — Curso de Noções Jurídicas — 40 horas
- Criciúma / SC — 18 participantes — Investimento: R\$ 8.448,00
- 17 a 19 de novembro de 2003 — Curso de Administração e Manutenção de Central
- Telefônica – Turma 3 — Técnico de Suporte Operacional: 22 horas e Demais Cargos:
- 17 horas — Florianópolis / SC — 26 participantes — Investimento: R\$ 13.302,90
- 17 a 26 de novembro de 2003 — Treinamento de Implantadores do SAJ – Turma 2
- 66 horas — Florianópolis / SC — 14 participantes — Investimento: R\$ 42.764,00
- 19 a 21 de novembro de 2003 — Curso de Administração e Manutenção de Central
- Telefônica – Turma 4 — Técnico de Suporte Operacional: 22 horas e Demais Cargos:
- 17 horas — Florianópolis / SC — 26 participantes — Investimento: R\$ 13.302,90
- 19 a 21 de novembro de 2003 — XIV Fonaje — 20 horas — São Luís / MA
- 2 participantes — Investimento: R\$ 8.525,40
- 20 de novembro a 3 de dezembro de 2003 — Curso de Noções Jurídicas — 40 horas
- Chapecó / SC — 22 participantes — Investimento: R\$ 8.864,00
- 27 e 28 de novembro de 2003 — Treinamento de Implantadores do SAJ: Metodologia
- e
- Didática — 16 horas — Florianópolis / SC — 38 participantes — Investimento:
- R\$ 23.132,00
- 27 de novembro a 11 de dezembro de 2003 — Curso de Noções Jurídicas — 40 horas
- Joinville / SC — 26 participantes — Investimento: R\$ 8.283,00
- 30 de novembro a 2 de dezembro de 2003 — II Encontro Estadual de Juízes da
- Infância e
- da Juventude e Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados na área da Família — 20
- horas
- Canela / RS — 3 participantes — Investimento: R\$ 3.438,26
- 1 a 5 de dezembro de 2003 — V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
- Adolescente — 40 horas — Brasília / DF — 1 participante — Investimento: R\$ 3.480,00
- 2 de dezembro de 2003 — V Reunião de Combate à Violência no Campo — 6 horas e
- 30 minutos — Brasília / DF — 1 participante — Investimento: R\$ 1.736,35
- 5 de dezembro de 2003 — I Encontro de Dirigentes da Área Judiciária dos Tribunais
- 9 horas e 30 minutos — Brasília / DF — 1 participante — Investimento: R\$ 1.961,35



MATRICULAS POR VINCULO 2003 (%)



Diretoria de Material e Patrimônio

Diretora:

Bel. Antonina Machado Ivo Rosa



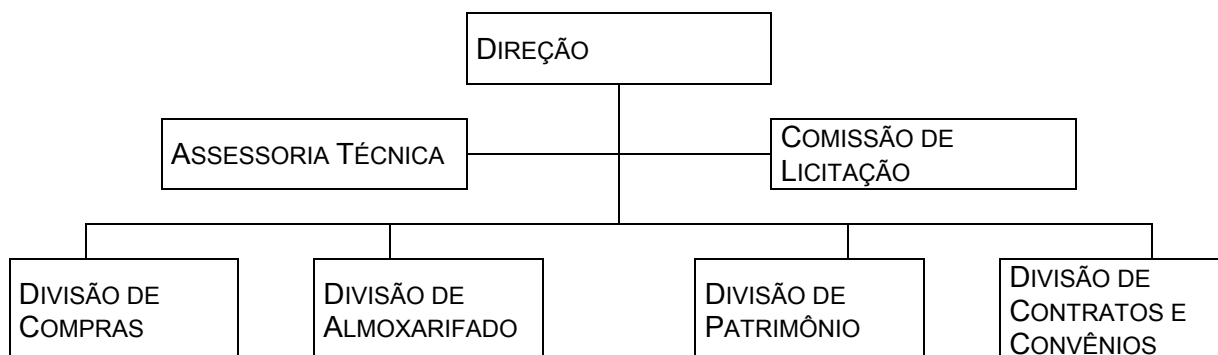
As funções institucionais da Diretoria de Material e Patrimônio estão relacionadas com as determinações constitucionais contidas no artigo 70 da Constituição Federal, cumuladas com as do artigo 58 da Constituição Estadual, visando atender as necessidades do Poder Judiciário Catarinense.

A Diretoria de Material e Patrimônio tem duas atribuições básicas:

- Operacionalizar os procedimentos de abastecimento de materiais por meio da realização de **compra, estocagem e distribuição;**
- e
- Operacionalizar o controle de uso e de guarda dos materiais por meio da **contabilização, emissão de regras e fiscalização do respectivo uso.**

Para operacionalizar o abastecimento, a Diretoria de Material e Patrimônio conta com as **Divisões de Compras**, de **Almoxarifado**, de **Contratos e Convênios** e, para o controle de uso e de guarda dos materiais, a de **Patrimônio**

ORGANOGRAMA:



GABINETE DA DIREÇÃO

Todas as necessidades de materiais, obras e serviços do Poder Judiciário Catarinense dependem, em grande escala, de atividades de terceiros, de particulares (os quais a Administração Pública denomina de “Fornecedores”). Tais aquisições se dão por meio de procedimentos efetuados pela Diretoria de Material e Patrimônio em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças e colocadas à disposição por intermédio das demais unidades administrativas integrantes da Diretoria Geral-Administrativa (Diretorias de Informática, de Recursos Humanos, de Infra-estrutura, de Saúde, de Engenharia e Arquitetura e pela própria Diretoria de Material e Patrimônio).

A Diretoria de Material e Patrimônio é uma unidade administrativa sistêmica, tendo como principal função **abastecer** o Poder Judiciário Catarinense de materiais de escritório (papel, lápis, borracha, caneta, formulários, etc.), materiais gerais (café, açúcar, leite, água, etc.), materiais de higiene (papel higiênico, sabonete, sabão, toalhas, etc.), mobiliários (armários, mesas, cadeiras, sofás, etc.), equipamentos diversos (relógios de protocolo, microcomputadores, impressoras, estabilizadores, etc.).

Além disso, também realiza **contratação** de empresas especializadas em prestação de serviços, como locação de mão-de-obra (digitadores, serventes, vigias, etc.), de desenvolvimento de sistemas de informática, de manutenção de equipamentos e outros que porventura sejam necessários para a prestação dos serviços jurisdicionais.

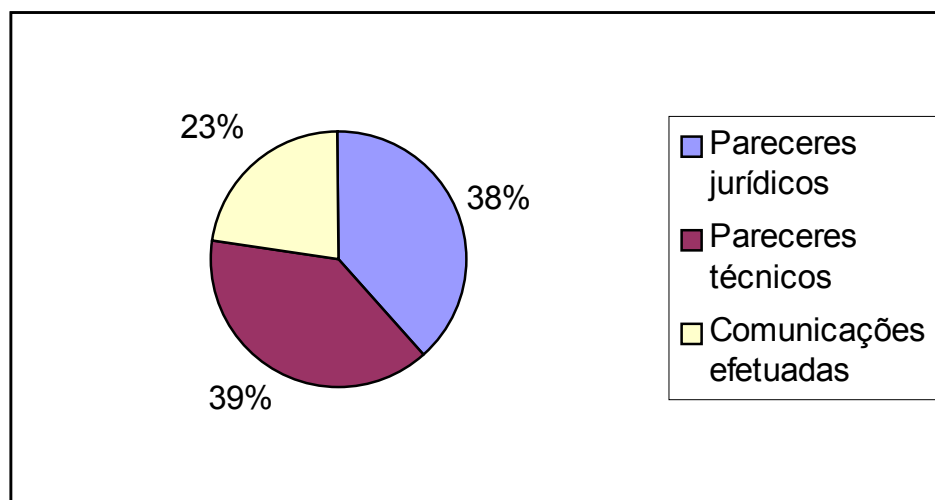
Os quantitativos de materiais necessários para o abastecimento são comprados, controlados e distribuídos pela Diretoria de Material e Patrimônio, por meio das Divisões de Compras, de Almojarifado e de Patrimônio, sendo que as duas últimas agregam a função de controle do



uso. Já as necessidades de serviços são qualificadas pelas unidades administrativas responsáveis pelo gerenciamento, e sua execução é controlada pela Divisão de Contratos e Convênios, por envolver prazos contratuais.

Dados estatísticos:

Pareceres jurídicos		645
Pareceres técnicos	Informações	250
	Despachos	385
	Exposição de motivos	18
	Sub-total	653
Comunicações efetuadas	Internas	169
	Ofícios	216
	Sub-total	385
Total de documentos emitidos		1683



De acordo com os dados acima, verificamos a emissão de, aproximadamente, 7 (sete) documentos/dia.

DIVISÃO DE COMPRAS

A Divisão de Compras tem como competência realizar procedimentos administrativos para efetuar as aquisições de materiais de consumo e permanentes, e a contratação de serviços não produzidos pelo Poder Judiciário Catarinense, mas oferecidos por terceiros que atuam no mercado por meio de pessoas físicas ou jurídicas.

Para realizar esses procedimentos, a Divisão de Compras segue normas e regras. Com maior ênfase: à Lei Federal n. 8666/93 e alterações, a Lei Federal n. 10.520/02 e à Lei Complementar 101/2000 e as limitações orçamentárias definidas pela Lei de Diretrizes



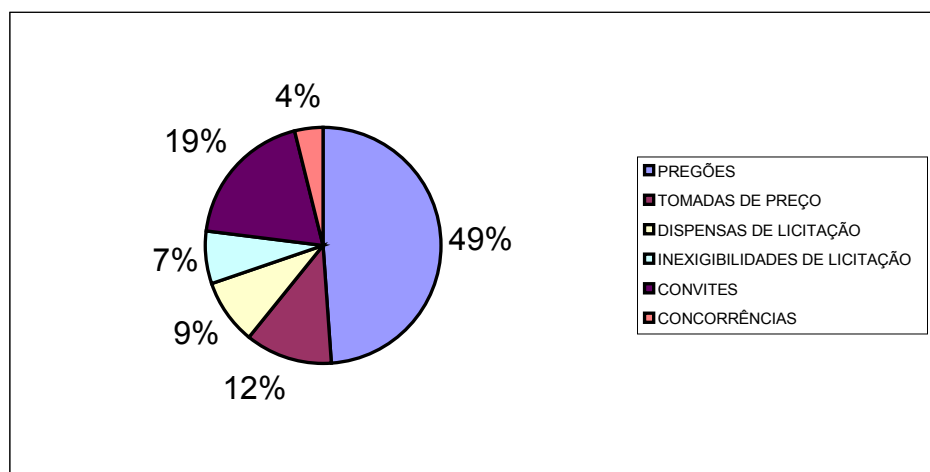
Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Neste exercício, além das atividades usuais, inerente às suas próprias competências, esta Divisão fiscalizou todos os procedimentos de aquisição, principalmente no que concerne aos descumprimentos de prazos, especificações, atendimento, etc. (independente ser a aquisição ou prestação de serviços ser de grande ou pequena monta), aplicando, aos faltosos, o que disciplina a lei. Esta fiscalização resultou na aplicação de multas, retendo-se, no exercício, a importância de **R\$ 50.055,24** (cinquenta mil, cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Outrossim, objetivando um maior controle dos procedimentos licitatórios, foi criado o SAL – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE Licitação, via on-line, visando, como ressalta do próprio nome, o acompanhamento e controle das diversas etapas de realização de atos necessários ao certame licitatório, tanto pelo público interno (intranet), quanto pelo externo (internet). Além da função de dar transparência para todas as etapas das licitações, referido Sistema permite o gerenciamento de todo o processo (desde o protocolo até a homologação), estabelecendo a inserção de dados, data e etapa do processo.

Dados estatísticos:

Requisições de Compras		7.720
Licitações realizadas	Pregões	126
	Tomadas de Preço	30
	Dispensas de Licitação	23
	Inexigibilidades de Licitação	19
	Convites	49
	Concorrência	10
		257



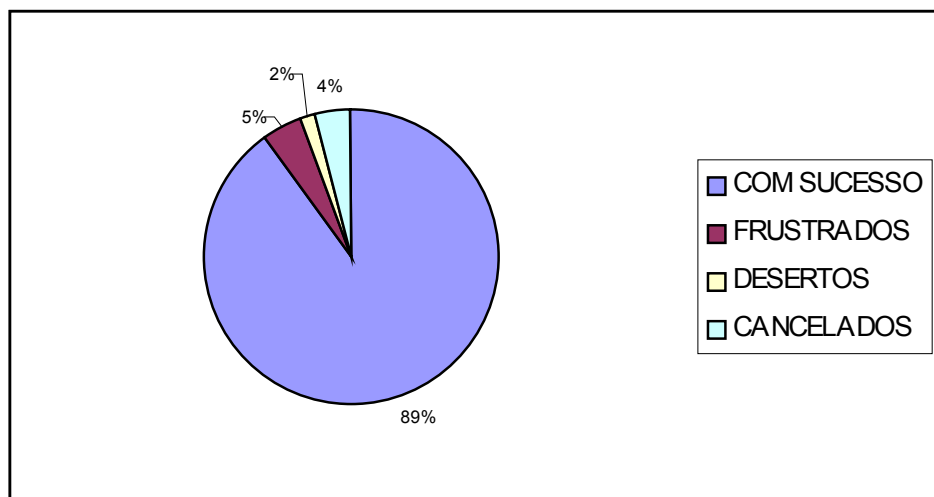
Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram aproximadamente efetuadas 1,05 licitações/dia e analisadas 31,77



requisições/dia.



Certames realizados	com sucesso	231
	frustrados	12
	desertos	04
	cancelados	10
		257



Do total de certames licitatórios realizados, alcançamos sucesso em 89% deles.

Os demais, 11%, ficaram assim distribuídos:

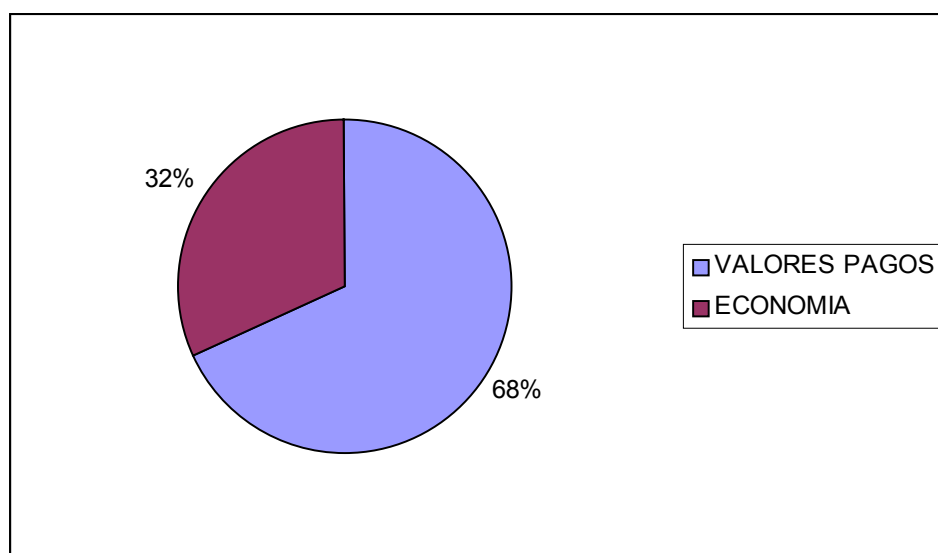
- 2% DESERTOS: não acorreram interessados;
- 5% FRUSTRADOS: acorreram interessados, porém não alcançou-se êxito em virtude de problemas administrativos e/ou jurídicos;
- 4% CANCELADOS: por decisão administrativa.



Dados financeiros

Aquisições efetuadas por intermédio de licitações

Preços de mercado (reserva orçamentária)	60.653.509,70
Valores pagos	41.215.018,50
Economia	19.438.491,20



O preço de mercado, que resultou na reserva orçamentária, adveio de pesquisa mercadológica efetuada pela Seção de Controle de Fornecedores. Para tanto tomou-se por base o objeto a ser adquirido e o volume desejado pela unidade requisitante.

Como 49% (quarenta e nove por cento) das licitações realizadas foram feitas por intermédio da modalidade Pregão, que permite a negociação dos preços ofertados, alcançou-se uma economia aproximada de 32% (trinta e dois por cento). Entretanto, é oportuno esclarecer, que as demais modalidades também apresentaram reduções nos seus valores, comparados aos preços de mercado.



DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

A Divisão de Almojarifado tem como competência realizar procedimentos administrativos para abastecer de materiais de consumo e permanentes o Poder Judiciário Catarinense, possuindo estocados cerca de 10.000 (dez mil) itens, em um espaço físico de 4.000 (quatro mil)m², denominado Almojarifado Central.

Para abastecer todo o Poder Judiciário Catarinense, a Divisão de Almojarifado realiza vários procedimentos definidos pelas teorias administrativa e contábil (pública e privada), seguindo normas e regras, ditadas, com maior ênfase, pela Lei Federal n. 4.320/64, Decreto-lei n. 200/67 e contabilidade pública.

Para entender os procedimentos efetuados pela Divisão de Almojarifado é necessário conhecer alguns conceitos definidos nas normas administrativas internas, no direito administrativo e na contabilidade pública.

Neste exercício foi estudada a implantação do Código de Barras, objetivando uma maior agilização no atendimento e distribuição de materiais e produtos.

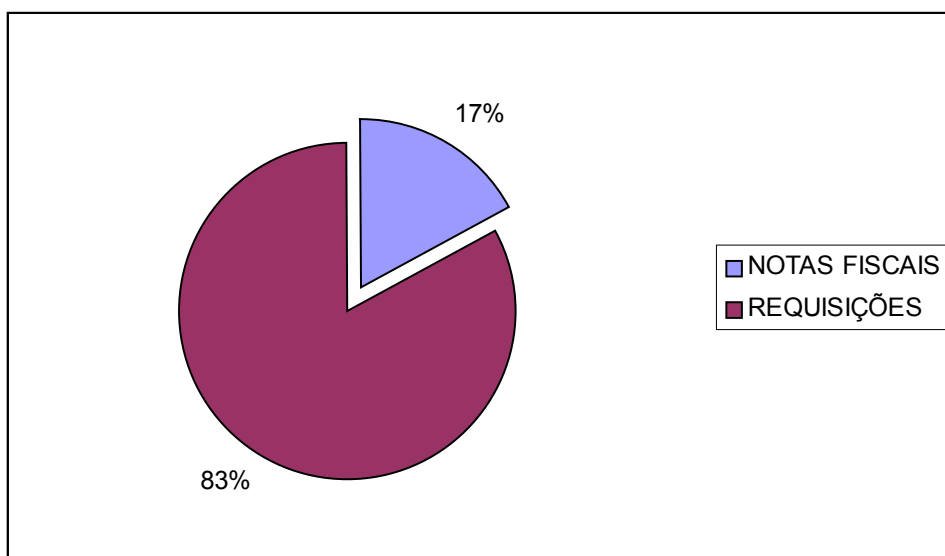
Porém, em função da complexidade do Sistema de Informatização específico, a respectiva aquisição e implantação foi transferida para o próximo exercício (2004).

Tal Sistema, após minucioso estudo, verificou ser eficaz, em primeiro plano, no controle do estoque, permitindo, em um segundo plano, a elaboração de relatórios que atendem os dispositivos estatuídos na Lei Federal 4.320/64, permitindo uma maior resposta nos inventários anuais obrigatórios.



Dados estatísticos:

Notas fiscais	3.027
Requisições	14.606
Documentos processados	17.633



As requisições processadas referem-se a entrada de materiais em estoque e respectivos atendimentos de pedidos. Isto gerou uma movimentação de 90.016 produtos/materiais.

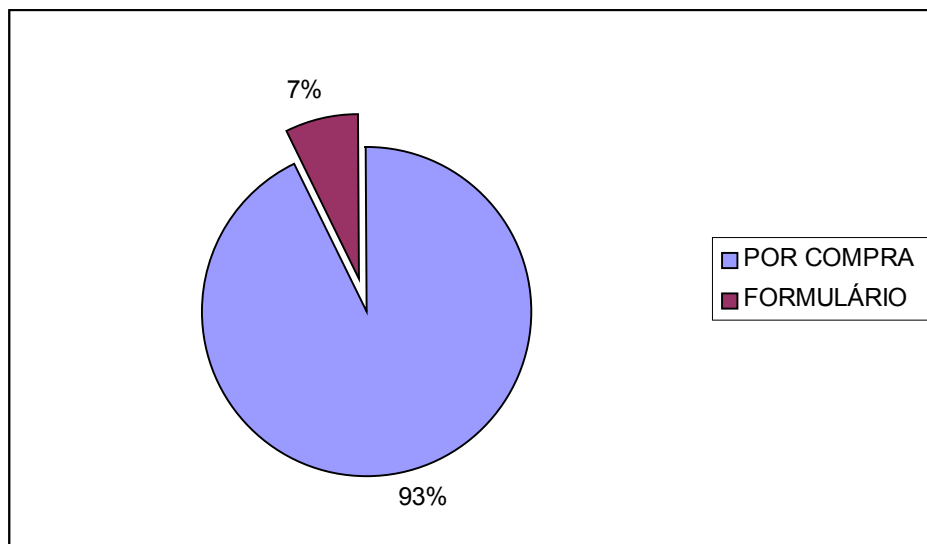
Para atendimento das Unidades Requisitantes do interior, foram efetuadas 3.027 entregas de materiais e produtos, que produzindo 29.705m³ de volume transportado, equivalente a 523.176kg.

Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processadas aproximadamente 72,56 requisições/dia.



Inclusões no estoque

item	
por compra	4.693
formulári	372
Total	5.065



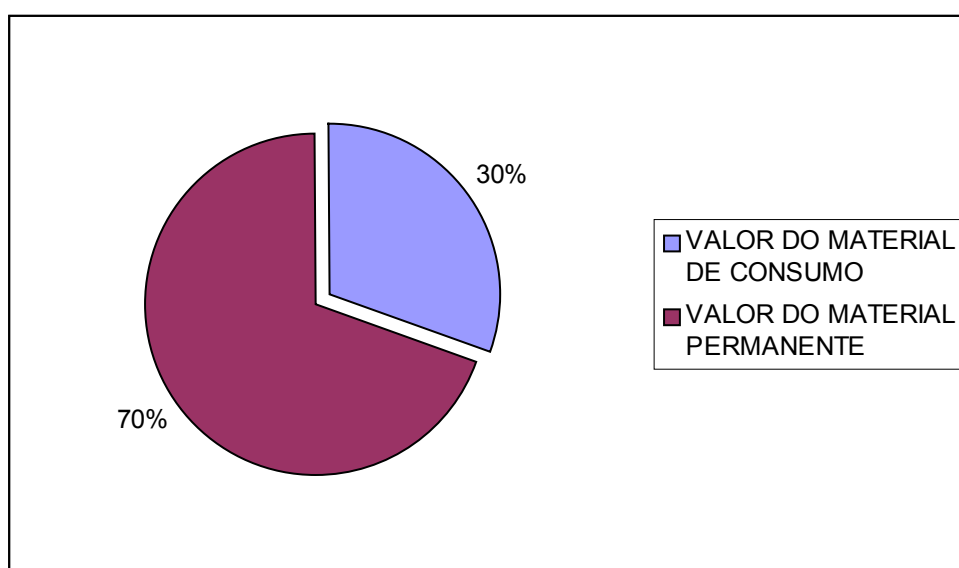
Para as inclusões de COMPRAS, foram geradas 326 Requisições de Compras, encaminhadas à Divisão de Compras. Quanto aos FORMULÁRIOS, foram produzidos pela Divisão de Artes Gráficas, da Diretoria de Infra-estrutura, deste Poder Judiciário.



Dados financeiros

Valor de compra dos materiais distribuídos

Valor do material de consumo	R\$ 7.781.377,82
Valor do material permanente	R\$ 17.785.515,96
Total	R\$ 25.566.893,78

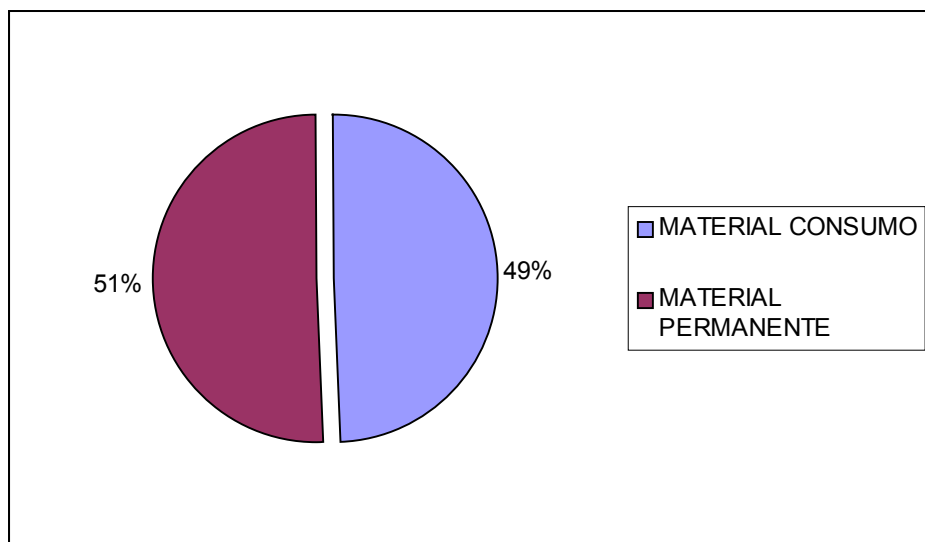


Verifica-se, neste gráfico, o importe despendido pelo Poder Judiciário, durante o presente exercício, para aquisição dos materiais de consumo e permanente, necessários ao desenvolvimento dos serviços administrativos e jurisdicionais.



Valor dos materiais em estoque em 31/12/2003

material consumo	R\$ 2.621.711,62
material permanente	R\$ 2.709.202,07
Total	R\$ 5.330.913,69



Apesar da alta rotatividade dos materiais estocados, relacionando-o com o valor de material movimentado, verificou-se que o resultado em 31 de dezembro corresponde a, aproximadamente, 20% deste volume.

Considerando que não é interesse da administração auferir lucro, o alto valor do estoque armazenado é aceitável em função da necessidade do pronto atendimento das unidades requisitantes, do orçamento e disponibilidade financeira.



DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

A Divisão de Patrimônio tem como competência realizar procedimentos administrativos, objetivando efetuar o controle do uso, a conservação e a guarda de materiais permanentes, de todos os agentes públicos designados como gestores patrimoniais lotados nas diversas unidades administrativas e em cada Fórum do Judiciário Catarinense.

Para realizar esses procedimentos, a Divisão de Patrimônio segue com maior ênfase a Lei Federal n. 4.320/64, Decreto-lei n. 200/67, Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, e leis estaduais que disciplinam as alienações, a nível de Estado, para a modalidade doação.

Durante este exercício foram consertados ou transformados, conforme a necessidade do usuário, cerca de 231 bens patrimoniais, num custo total de R\$ 28.654,00 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), com um valor médio de R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) por bem consertado.

A Divisão de Patrimônio também é responsável pelos procedimentos de averbações dos imóveis administrados pelo Poder Judiciário, legitimando os procedimentos de regularização destes imóveis junto aos Registros de Imóveis de cada Comarca em que se situa o respectivo imóvel.

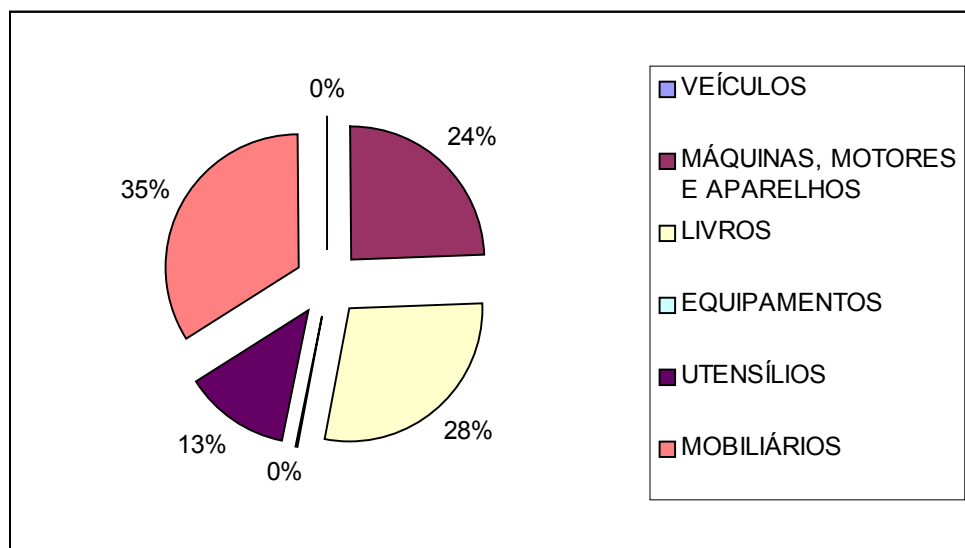
Além destas atividades, no segundo semestre deste exercício, efetuou o planejamento da distribuição de 9.316 (nove mil, trezentos e dezesseis) móveis, adquiridos para atender a demanda reprimida dos exercícios 1999 a 2002, bem como aos pedidos do presente exercício.



Dados estatísticos:

Incorporações ao patrimônio do Judiciário

Veículos	11	0,0317%
Máquinas, Motores e Aparelhos	8.497	24,4919%
Livros	9.795	28,2333%
EQUIPAMENTOS	69	0,1988%
UTENSÍLIOS	4.433	12,7777%
MOBILIÁRIOS	11.888	34,2662%
TOTAL		34.693 100,00%



Conforme se verifica na composição dos dados, os percentuais relativos às aquisições de veículos e equipamentos foram arredondados pelo próprio programa utilizado para elaboração do gráfico.

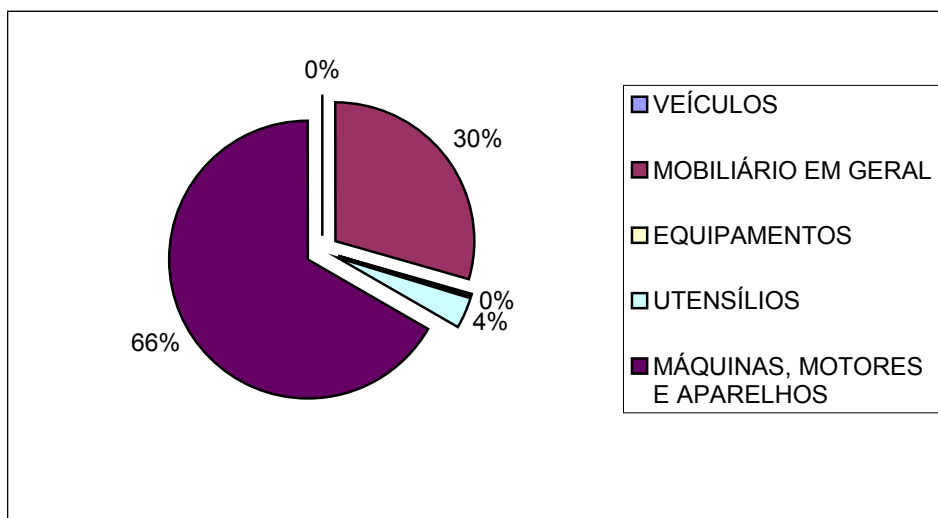
Atualmente o patrimônio do Judiciário conta com 146.400 bens incorporados. Deste quantitativo, durante o presente exercício, foram incorporados 34.693 bens, representando 23,697% dos bens incorporados.

Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram cadastrados aproximadamente 142,77 bens/dia.



BENS TRANSFERIDOS

Veículos	2
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	4.655
EQUIPAMENTOS	3
UTENSÍLIOS	256
MOBILIÁRIO EM GERAL	2.060
Total	6.976



Conforme se verifica na composição dos dados, os percentuais relativos às aquisições de veículos e equipamentos foram arredondados pelo próprio programa utilizado para elaboração do gráfico.

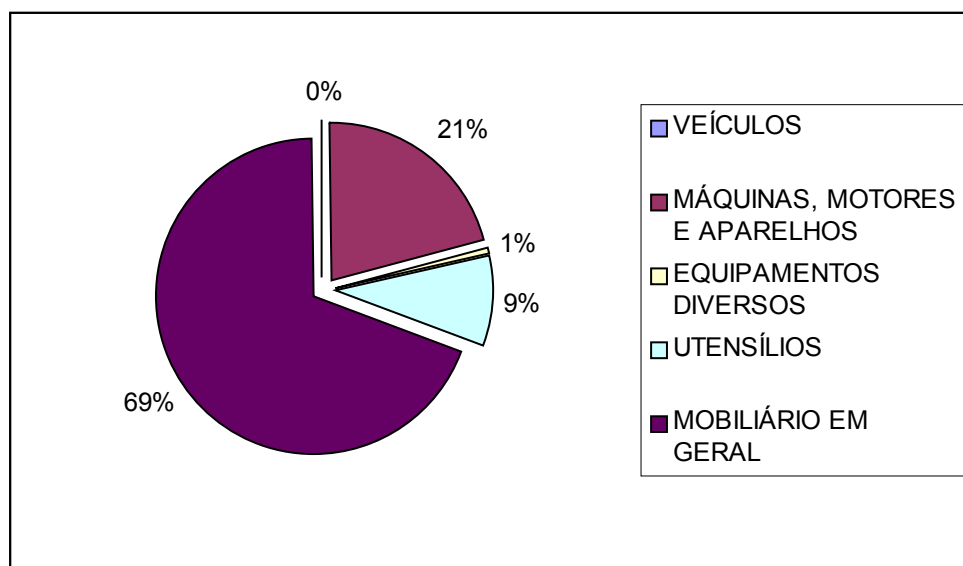
Bens transferidos referem-se a mudança de responsabilidade da guarda patrimonial de um gestor para outro, nos termos da Resolução n. 002/97.

Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processados aproximadamente 28,71 pedidos/dia.



BENS MÓVEIS BAIXADOS

Veículos	2	0,067%
Máquinas, Motores e Aparelhos	625	21,157%
Equipamentos Diversos	16	0,541%
Utensílios	271	9,174%
Mobiliário em Geral	2.040	69,058%
Total	2.954	100,00%



Conforme se verifica na composição dos dados, os percentuais relativos às aquisições de veículos e equipamentos foram arredondados pelo próprio programa utilizado para elaboração do gráfico.

Bens móveis baixados referem-se àqueles inservíveis aos propósitos do Poder Judiciário, porém ainda úteis a outras Instituições públicas ou privadas. Existem, também, aqueles inutilizados por questões técnicas, os quais a sua recuperação é inviável economicamente..

O volume de bens baixados foi alienado na sua totalidade por intermédio da modalidade doação, atendendo a 95 (noventa e cinco) entidades filantrópicas e Prefeituras Municipais, importando o valor estimado de R\$ 760.708,33 (setecentos e sessenta mil, setecentos e oito reais e trinta e três centavos).

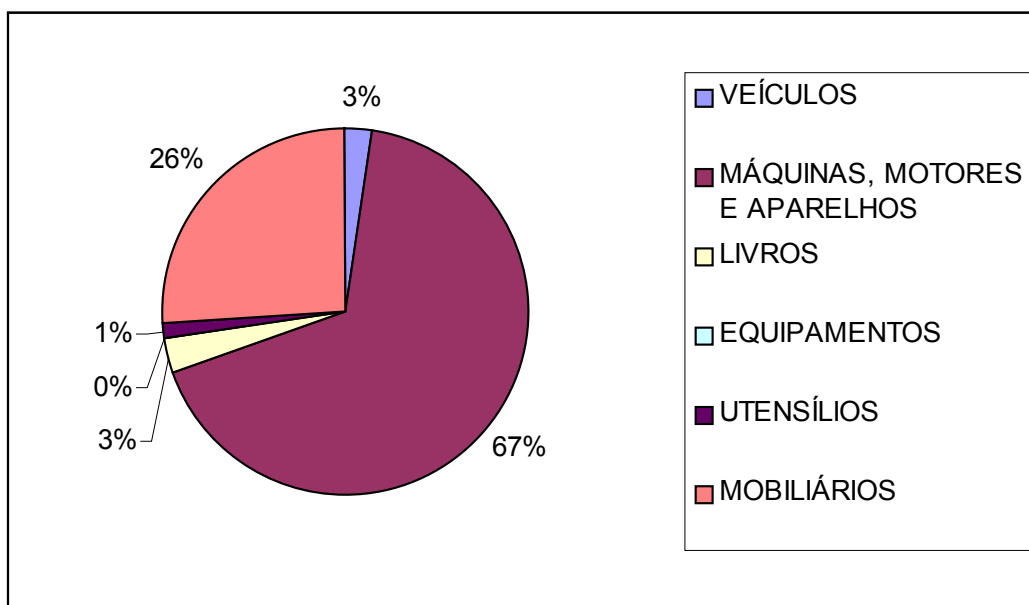
Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processados aproximadamente 12,16 baixas/dia.



Dados financeiros

Valor de compra dos bens incorporados

Veículos	455.500,00
Máquinas, Motores e Aparelhos	11.711.288,26
Livros	544.002,27
EQUIPAMENTOS	27.416,79
UTENSÍLIOS	229.750,35
MOBILIÁRIOS	4.570.279,71
Total	17.538.237,38



Conforme se verifica na composição dos dados, os percentuais relativos às aquisições de veículos e equipamentos foram arredondados pelo próprio programa utilizado para elaboração do gráfico.

Atualmente o patrimônio do Judiciário importa em R\$ 68.716.047,47 (sessenta e oito milhões, setecentos e dezesseis mil, quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos). Deste valor, durante o presente exercício, foram incorporados R\$ 17.538.237,38 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) em bens, representando 25,522% do valor total apurado.

Do valor total apurado relacionado com o número de bens incorporados, apura-se um valor médio por bem de R\$ 469,33 (quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).



DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Divisão tem como competência principal o controle dos contratos e convênios, nos termos específicos da Lei n. 8.666/93. Além disso, realiza procedimentos administrativos de recebimento e encaminhamento das Notas Fiscais, juntamente com os processos, para posterior pagamento; encaminhamento e conferência de notas fiscais para protocolo; encaminhamento de processos para os setores competentes, objetivando liberação de pagamentos; cálculos de reajustes; publicação resumida de Contratos, aditivos e Convênios; distribuição das vias dos contratos, aditivos e convênios para os setores competentes; emissão de autorização de mudanças dos excelentíssimos Srs. Magistrados; controle de prazos de execução, de alterações de acordos e de pagamentos das contratações em geral efetuadas pelo Poder Judiciário Catarinense com terceiro; mantendo, também, como uma de suas atividades principais, a elaboração das minutas dos acordos, em consonância com as normas e regras do direito administrativo.

Para realizar esses procedimentos a Divisão de Contratos e Convênios segue, com maior ênfase, às Leis Federais ns. 8.666/93 e 4.320/64, o Decreto-lei n. 200/67 e Lei Complementar 101/2000, bem como às limitações orçamentárias definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

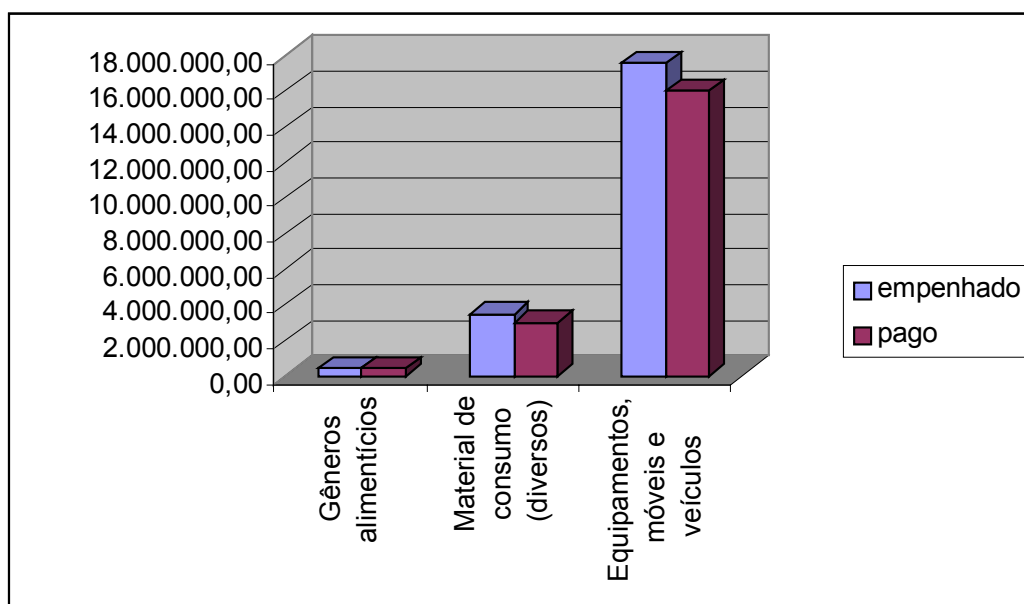
Em função da competência em controlar os pagamentos, foram aplicadas aos contratados, por descumprimento de suas obrigações, multas contratuais que alcançaram o montante de R\$ 33.873,72 (trinta e três mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos).

Por fim, é bom frisar, que todos os controles efetuados pela Divisão são feitos de forma arcaica (manual), carecendo, para uma melhor eficiência e eficácia dos resultados, a implantação de um sistema informatizado de controle de contratos e convênios.



Dados estatísticos e financeiros:

TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
FORNECIMENTO			
• Gêneros alimentícios	06	410.310,32	385.143,00
• Material de consumo (diversos)	20	3.459.766,00	2.976.794,77
• Equipamentos, móveis e veículos	46	17.577.981,70	16.008.981,89
TOTAIS	72	21.448.058,02	19.370.919,66



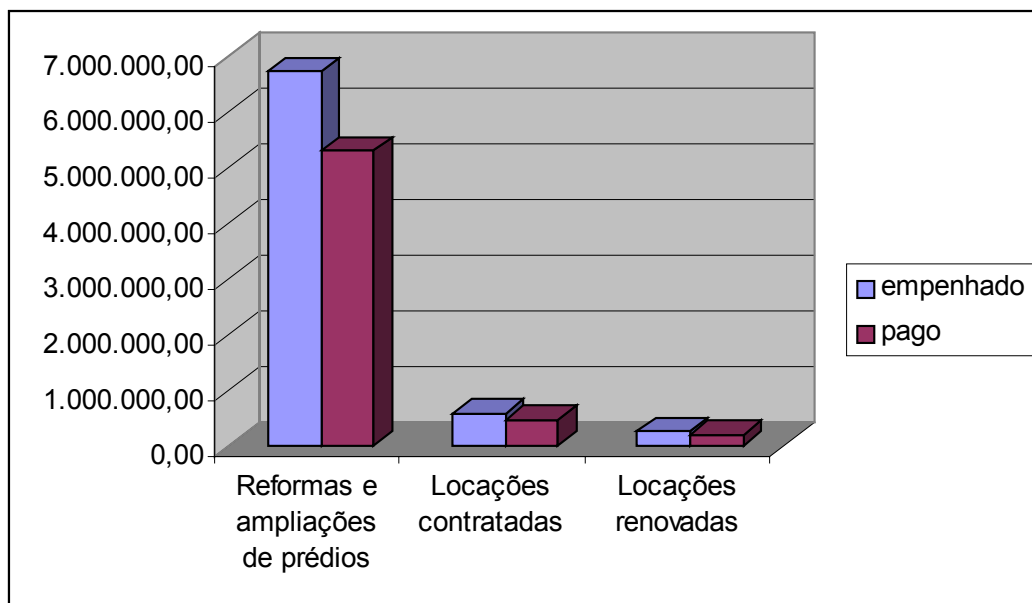
As contratações para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de consumo, de equipamentos, móveis e veículos ocorreram durante o presente exercício.

O valor total gasto não compreende, na sua totalidade, os valores relativos ao mês de dezembro, haja vista que muitas das aquisições serão processadas no início do próximo exercício, ou quando for solicitado o respectivo pedido.

À guisa de informação: os valores empenhados relativamente aos materiais de consumo e de gêneros alimentícios foram feitos de forma estimativa, não representando, de forma concreta, o valor total de aquisição, podendo oscilar para mais ou menos.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
IMÓVEIS			
• Reformas e ampliações de prédios	34	6.742.420,55	5.324.224,91
• Locações contratadas	15	574.491,24	467.964,97
• Locações renovadas	05	245.704,40	188.329,80
TOTAIS	54	7.562.616,19	5.980.519,68

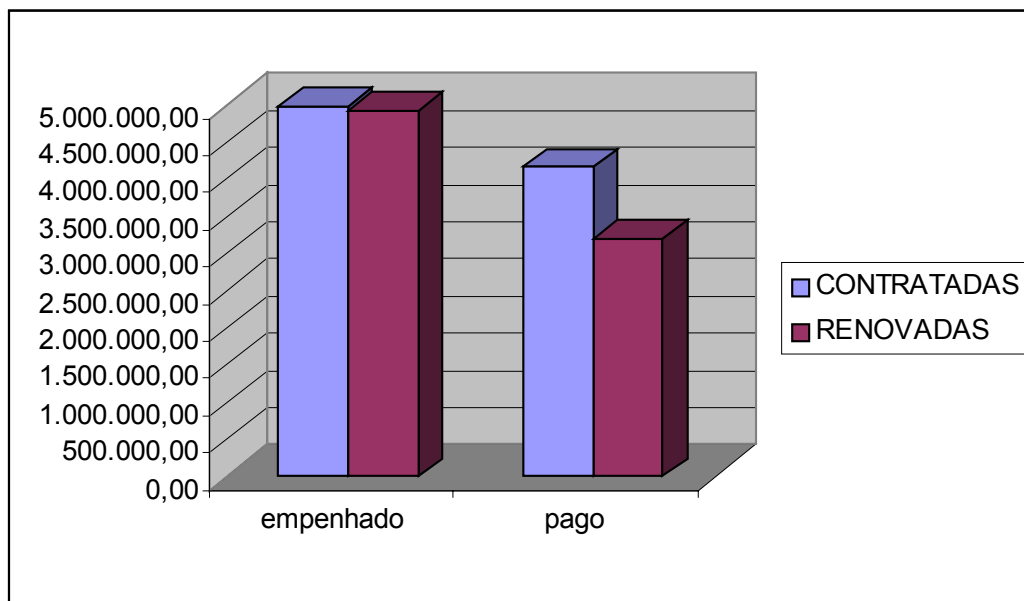


Os valores empenhados são aqueles que foram contratados e/ou aditados. Tais valores pagos correspondem somente aos processos de cobranças já analisados de acordo com os termos contratuais e considerados legitimados.

Isto significa que, para o próximo exercício, deverão ocorrer novos procedimentos de pagamento, relativos a este exercício, e que serão pagos de acordo com as regras da Lei 4.320/64.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
Prestação de serviços especializados (mão-de-obra)			
• Contratadas	8	4.978.309,74	4.161.183,47
• Renovadas	9	4.932.680,99	3.199.044,28
Totais	17	9.910.990,73	7.360.227,75

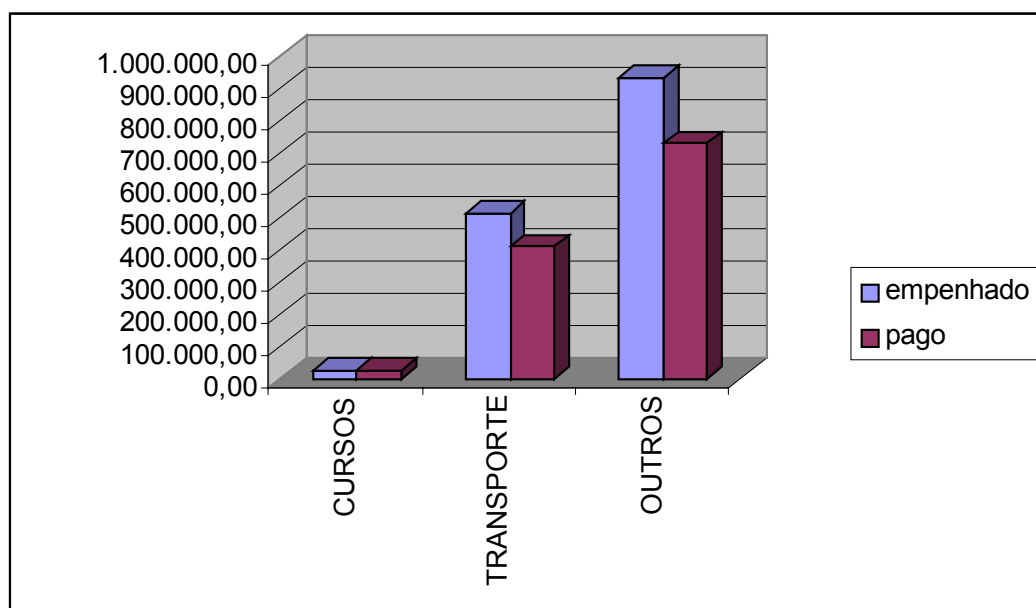


Neste tipo de contrato somente foram computados as contratações comumente identificadas como "locação de mão-de-obra", de acordo com o art. 26 da Lei Estadual n. 8.815/92. Assim, no Poder Judiciário são prestados os serviços de digitação, limpeza e conservação, copagem, recepção, zeladoria e vigilância.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função de novas contratações e decisões administrativas de realizações de novos certames licitatórios para serviços que já vinham sendo prestados, houve o estorno dos respectivos valores empenhados. Assim, a diferença entre os valores empenhados e pagos são resultantes de estornos, do não pagamento do mês de dezembro de 2003, em função do não processamento da nota fiscal, e de descontos relativos a serviços não prestados no decorrer do respectivo contrato.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
Prestação de serviços (diversos)			
• Cursos	1	26.964,00	26.964,00
• Transporte	4	512.780,00	412.267,28
• Outros	8	934.435,10	728.220,17
Totais	13	1.474.179,1	1.167.451,45

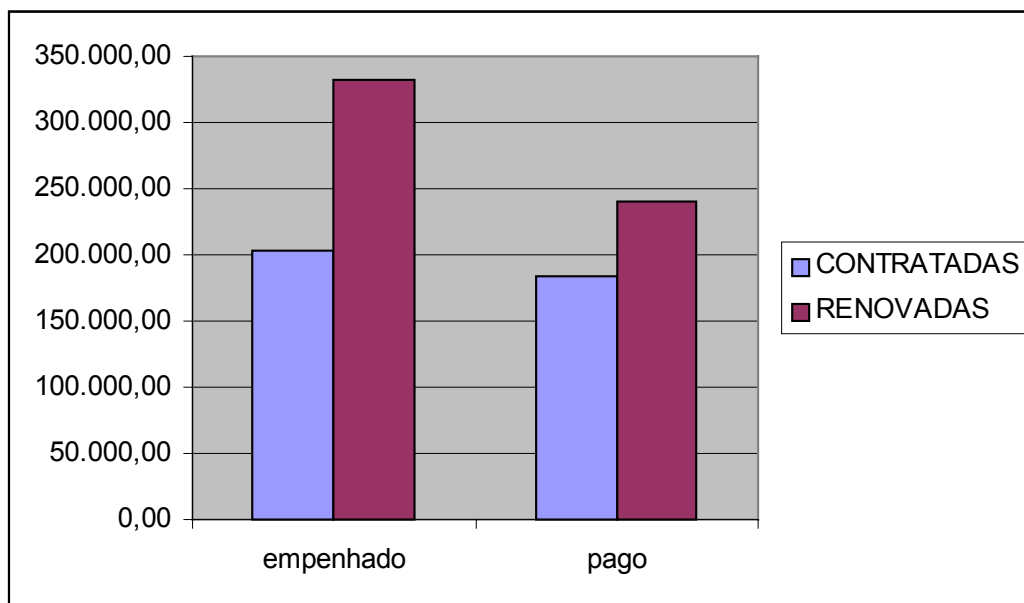


Nestes contratos foram computados os mais diversos serviços necessários ao desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função do pagamento de acordo com os serviços prestados, os valores pagos referem-se a prestação realizada, não computado os serviços prestados no mês de dezembro 2003 e ainda cobrados pelos respectivos fornecedores.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
Manutenção de equipamentos			
• Contratadas	11	203.256,00	184.481,31
• Renovadas	10	331.552,37	239.953,74
Totais	21	534.808,37	424.435,05

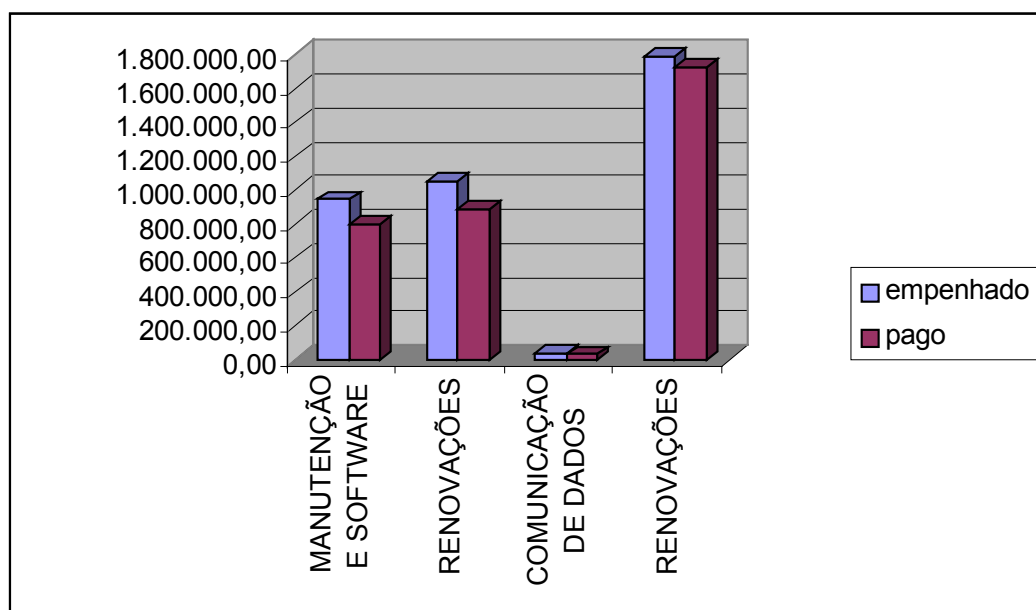


Nestes contratos foram computados os serviços de manutenção dos diversos equipamentos necessários e utilizados para o desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função do pagamento de acordo com os serviços prestados, os valores pagos referem-se a prestação realizada, não computado os serviços prestados no mês de dezembro 2003 e ainda cobrados pelos respectivos fornecedores.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
Informática			
• Manutenção e software	6	945.696,00	798.611,10
• Renovações	5	1.055.292,36	889.622,92
• Comunicação de dados	1	38.857,68	29.339,16
• Renovações	2	1.789.126,71	1.726.798,95
Totais	14	3.828.972,75	3.444.372,13

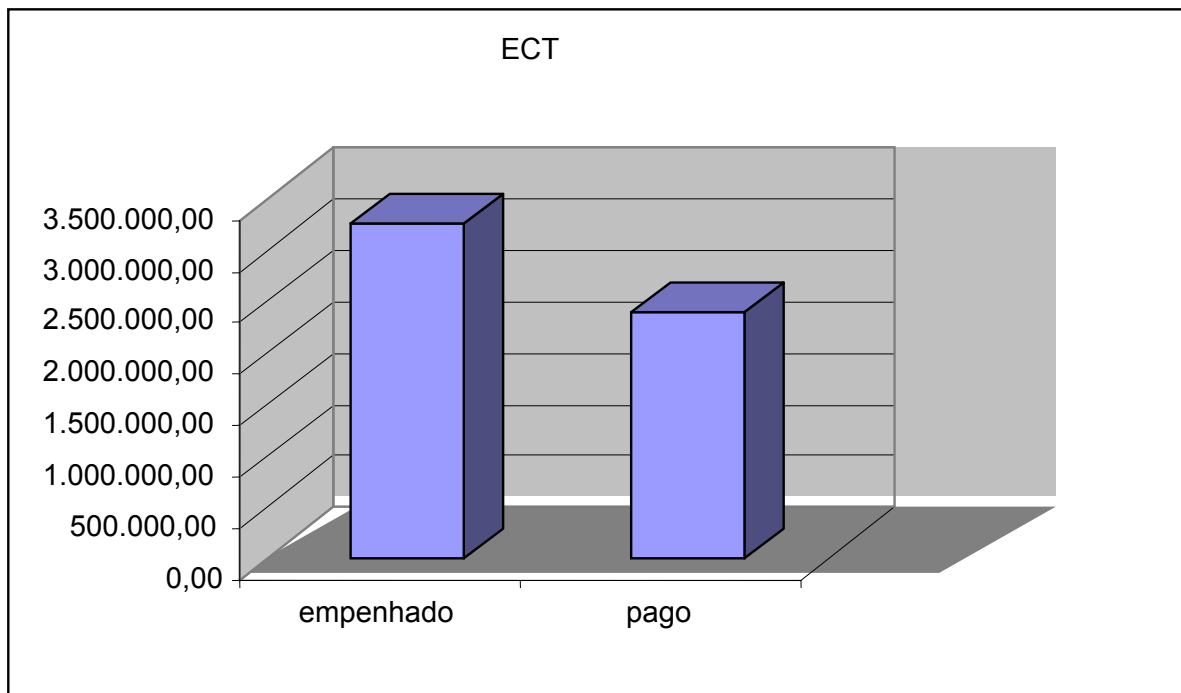


Nestes contratos foram computados somente os serviços da área de informática, necessários e utilizados para o desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função do pagamento de acordo com os serviços prestados, os valores pagos referem-se a prestação realizada, não computado os serviços prestados no mês de dezembro 2003 e ainda cobrados pelos respectivos fornecedores.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
ECT			
• Renovadas	3	3.255.000,00	2.401.902,54
Totais	3	3.255.000,00	2.401.902,54

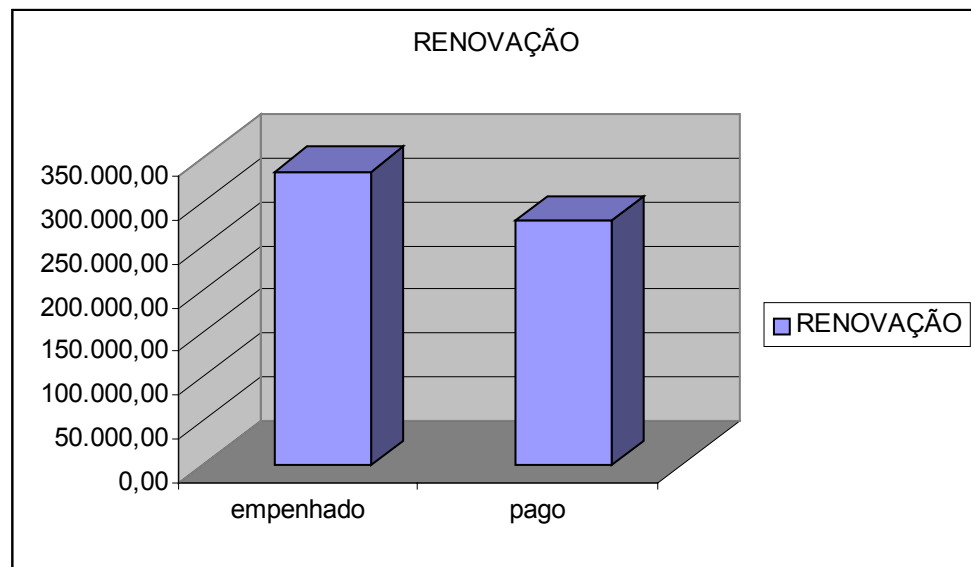


Nestes contratos foram computados os serviços de locação de equipamentos gráficos utilizados especificamente para confecção de documentos, formulários, capas, etc., utilizados no Poder Judiciário.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função do pagamento de acordo com os serviços prestados, os valores pagos referem-se a prestação realizada.



TIPOS DE CONTRATOS	QTDE	VALORES	
		EMPENHADO	GASTO
Locação de equipamentos			
• Renovadas	2	333.333,33	277.658,06
Totais	2	333.333,33	277.658,06



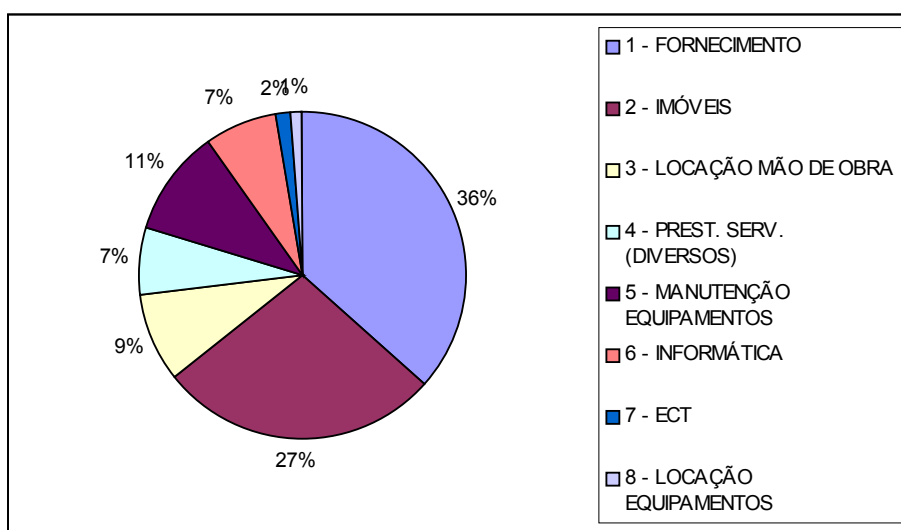
Nestes contratos foram computados os serviços de locação de equipamentos gráficos utilizados especificamente para confecção de documentos, formulários, capas, etc., utilizados no Poder Judiciário.

Os valores empenhados referem-se a estimativa de gasto para o exercício de 2003. Em função do pagamento de acordo com os serviços prestados, os valores pagos referem-se a prestação realizada.

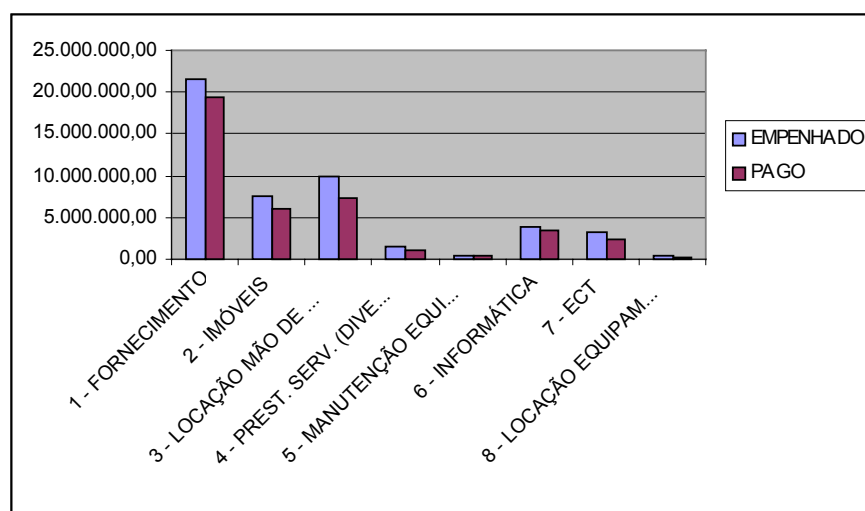


CONTRATOS CELEBRADOS/RENOVADOS NO EXERCÍCIO 2003

TIPOS DE CONTRATO	QTDE	EMPENHADO	PAGO
FORNECIMENTO	72	21.448.058,02	19.370.919,66
IMÓVEIS	54	7.562.616,19	5.980.519,68
LOCAÇÃO MÃO DE OBRA	17	9.910.990,73	7.360.227,75
PREST. SERV. (DIVERSOS)	13	1.474.179,10	1.167.451,45
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS	21	534.808,37	424.435,05
INFORMÁTICA	14	3.828.972,75	3.444.372,13
ECT	3	3.255.000,00	2.401.902,54
LOCAÇÃO EQUIPAMENTOS	2	333.333,33	277.658,06
TOTAIS	196	48.347.958,49	40.427.486,32



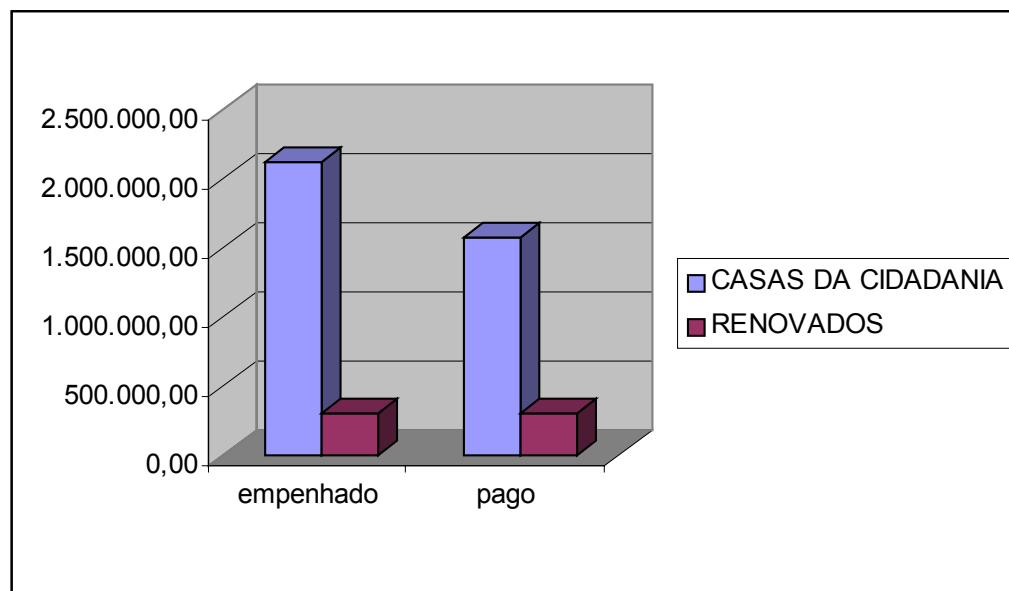
NOTA EXPLICATIVA
visualização dos
quantitativos de
contratos hoje
existentes,
controlados por esta



NOTA EXPLICATIVA
visualização dos
valores empenhados e
pagos por grupos de



Convênios	qtde	valores	
		empenhado	gasto
• Casas da Cidadania	8	2.121.232,16	1.570.850,86
• Renovados	1	300.000,00	300.000,00
Totais	9	2.421.232,16	1.870.850,86



Somente foram computados os Convênios que referem-se a transferência de recursos a outras entidades públicas ou privadas.

Os valores referente às Casas da Cidadania foram transferidos para as respectivas Prefeituras solicitantes, para construção de prédios que serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Os valores empenhados referem-se às estimativas de custo de construção efetuadas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Os valores pagos referem-se a despesas devidamente comprovada, nos termos da Lei, pela unidade recebedora (Prefeituras).

Quanto ao valor de “renovados”, refere-se a construção do prédio da ESMESC, nos termos de Lei específica. Os valores empenhados foram repassados, na sua totalidade, tendo sido comprovada a aplicação destes recursos, nos termos da Lei Federal n. 4.320/64.

Diretoria de Orçamento e Finanças

Diretor:

Bel. Ricardo Lentz



ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

ORÇAMENTO INICIAL

A Lei nº 12.381, de 23 de julho de 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2003, fixou para o Poder Judiciário, 6,5% da Receita Líquida Disponível - RLD ("... considera-se como Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123, inciso V, da Constituição Estadual, exclusivamente para servir como base para definir os valores a serem incluídos no orçamento, o total das Receitas Correntes, deduzidos os valores provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de taxas que, por legislação específica, se vinculem a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, Cota-Parte do Salário-Educação e as parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional."). O orçamento do P.J. também é acrescido dos recursos destinados ao Fundo de Reparcelamento da Justiça, ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94), os recursos destinados ao pagamento dos Precatórios, bem como dos recursos provenientes do Sistema Financeiro de Conta Única, instituído pela Lei nº 11.644/2000.

Deste modo, o Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias, a saber: 1) Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta única) e 2) Fundo de Reparcelamento da Justiça. No Orçamento do Tribunal, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamento de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados.

Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania .

No Orçamento do Fundo de Reparcelamento da Justiça, constam os recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com



construções, reformas e ampliações de prédios, equipamento e reequipamento e informatização.



Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	21.687.418,00	6,10%
Administração de Recursos Humanos (1)	243.967.582,00	68,66%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	9.288.305,00	2,61%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	24.406.774,00	6,87%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	4.613.330,00	1,30%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	5.201.100,00	1,46%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.000.000,00	1,13%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	1.200.000,00	0,34%
Construções de Fóruns (4)	800.000,00	0,23%
Ampliações de Fóruns (4)	4.210.000,00	1,18%
Reformas de Fóruns (4)	2.460.500,00	0,69%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	1.900.000,00	0,53%
Ampliação Sede Ministério Público (4)	1.400.000,00	0,39%
Manutenção Serviços Administr. do Ministério Público (4)	3.215.070,00	0,90%
Conta Única (5)	23.160.000,00	6,52%
Construções de Casas da Cidadania (5)	3.840.000,00	1,08%
TOTAL	355.350.079,00	100,00%

- (1) 6,5% fixados na L.D.O.
- (2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado
- (3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro
- (4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça
- (5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

ORÇAMENTO FINAL

No decorrer do exercício financeiro o orçamento total do Poder Judiciário foi suplementado no valor de R\$ 81.449.457,10, sendo, R\$ 57.208.000,00 nas dotações do TJ e R\$ 24.241.457,10 nas do FRJ. Do total das suplementações, R\$ 16.234.000,00 refere-se ao excesso de arrecadação da Receita Líquida Disponível (6,5%), R\$ 38.027.946,00 relativo a anulações de outras dotações, R\$ 12.387.511,10 e R\$ 14.800.000,00 referentes aos superávits financeiros apurado no balanço de 2002 do FRJ e da Conta Única, respectivamente.

O total de dotações anuladas apresentou o valor de R\$ 38.219.763,96, dos quais R\$ 22.724.000,00 do orçamento do TJ e R\$ 15.495.763,96 do FRJ, sendo R\$ 3.641.817,96 transferidos ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público.



Assim, no dia 31/12/2003, o total dos créditos orçamentários importou em R\$ 398.579.772,14, abaixo especificados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	15.637.418,00	3,92%
Administração de Recursos Humanos (1)	271.651.582,00	68,15%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	12.738.305,00	3,20%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.006.774,00	4,77%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	16.809.203,10	4,22%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	5.801.100,00	1,46%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.000.000,00	1,00%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	2.150.000,00	0,54%
Construções de Fóruns (4)	909.900,00	0,23%
Ampliações de Fóruns (4)	554.520,00	0,14%
Reformas de Fóruns (4)	3.937.718,00	0,99%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	2.610.000,00	0,65%
Ampliação Sede Ministério Público (4)	713.103,31	0,18%
Manutenção Serviços Administr. do Ministério Públ. (4)	260.148,73	0,07%
Manutenção serviços Administr. da Conta Única (5)	39.960.000,00	10,03%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.840.000,00	0,46%
TOTAL	398.579.772,14	100,00%

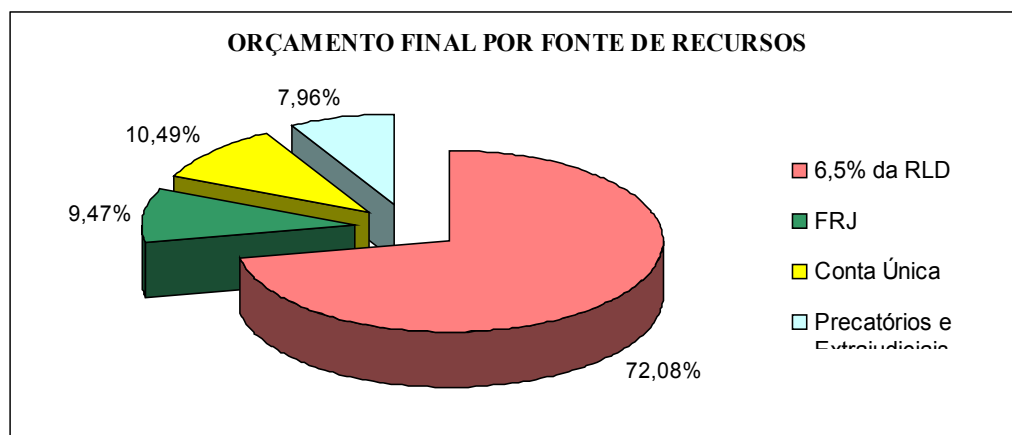
(1) 6,5% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única





DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2003, foi de R\$ 370.983.313,47, abaixo discriminada:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	15.154.561,65	4,08%
Administração de Recursos Humanos (1)	267.239.732,49	72,04%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	3.450.000,00	0,93%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.788.997,18	5,06%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	13.806.888,23	3,72%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	5.168.807,29	1,39%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	3.581.207,78	0,97%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	1.473.236,17	0,40%
Construções de Fóruns (4)	853.662,50	0,23%
Ampliações de Fóruns (4)	515.460,38	0,14%
Reformas de Fóruns (4)	3.374.096,52	0,91%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	2.579.581,44	0,70%
Ampliação Sede Ministério Público (4)	713.103,31	0,19%
Manutenção Serviços Administr. do Ministério Público (4)	260.116,52	0,07%
Manutenção serviços Administr. da Conta Única (5)	33.194.841,84	8,95%
Construções de Casas da Cidadania (5)	829.020,17	0,22%
TOTAL	370.983.313,47	100,00%

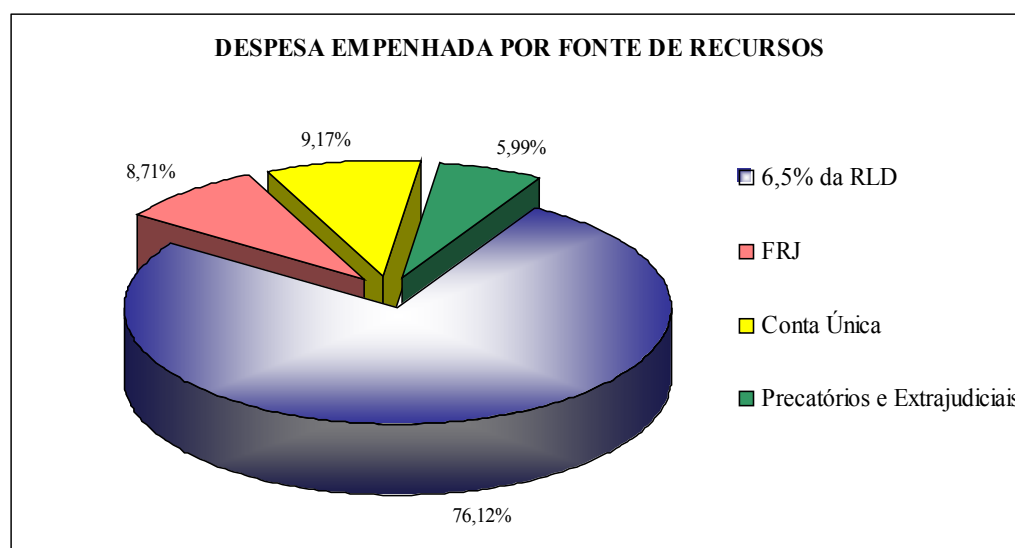
(1) 6,5% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única





ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ORÇAMENTO INICIAL

O Orçamento inicial da Unidade Orçamentária T.J., referente ao repasse efetuado pelo Poder Executivo de 6,5% da Receita Líquida Disponível - RLD, acrescidos dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou assim elaborado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	21.687.418,00	6,65%
Administração de Recursos Humanos (1)	243.967.582,00	74,76%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	9.288.305,00	2,85%
Manutenção Serviços Administr. da Conta Única (4)	27.000.000,00	8,27%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	24.406.774,00	7,48%
TOTAL	326.350.079,00	100,00%

(1) 6,5% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

ORÇAMENTO FINAL

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	15.637.418,00	4,79%
Administração de Recursos Humanos (1)	271.651.582,00	83,24%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	12.738.305,00	3,90%
Manutenção Serviços Administr. da Conta Única (4)	39.960.000,00	12,24%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.006.774,00	5,82%
TOTAL	358.994.079,00	110,00%

ORÇAMENTO INICIAL DO TJ COM OS 6,5% DA R.L.D.

O orçamento do T.J., considerando apenas os créditos orçamentários relativos aos 6,5% da RLD, foi assim projetado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	21.687.418,00	8,16%
Administração de Recursos Humanos	243.967.582,00	91,84%
TOTAL	265.655.000,00	100,00%



ORÇAMENTO FINAL DO TJ COM OS 6,5% DA R.L.D

Durante o exercício, as dotações orçamentárias referentes aos 6,5% da RLD foram suplementadas em R\$ 32.866.000,00, sendo R\$ 16.234.000,00 por conta do excesso de arrecadação da Receita Líquida Disponível e R\$ 16.632.000,00 provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias, apresentando, em 31/12/2003, a seguinte posição:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	15.637.418,00	5,44%
Administração de Recursos Humanos	271.651.582,00	94,56%
TOTAL	287.289.000,00	100,00%

SALDO ORÇAMENTÁRIO FINAL COM OS 6,5% DA R.L.D.

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	482.856,35	9,86%
Administração de Recursos Humanos	4.411.849,51	90,14%
TOTAL	4.894.705,86	100,00%

DESPESA EMPENHADA COM OS 6,5% DA R.L.D

A despesa com pessoal, ativo e inativo, importou em R\$ 267.239.732,49, representando 94,63% dos repasses provenientes da participação na RLD.

Já os gastos com manutenção/investimento da máquina administrativa judiciária totalizaram R\$ 15.154.561,65, equivalente a 5,37% da receita supramencionada.

Desse modo, a despesa total alcançou o montante de R\$ 282.394.294,14, a seguir discriminada:

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	%
Vencimento e Vantagens Fixas	160.459.340,73	56,82%
Aposentadorias	54.192.906,70	19,19%
Salário Família	12.631,85	0,00%
Obrigações Patronais	8.576.385,93	3,04%
Outras Despesas Variáveis (substituição)	2.593.173,46	0,92%
Despesas de Exercíc.Anteriores - pessoal	21.266.142,20	7,53%
Outros Benefícios Assistenciais (Auxílio Creche)	1.205.239,26	0,43%
Auxílio alimentação	17.820.322,83	6,31%
Indenizações e Restit. (Ajuda de Custo e bolsa estudo)	1.113.589,53	0,39%
Diárias	954.088,21	0,34%
Materiais de Consumo	3.698.714,48	1,31%
Outros Serviços e Encargos	10.318.536,12	3,65%
Despesas de Exercíc.Anteriores - exceto pessoal	32.682,13	0,01%
Equipamentos e Materiais Permanentes	150.540,71	0,05%



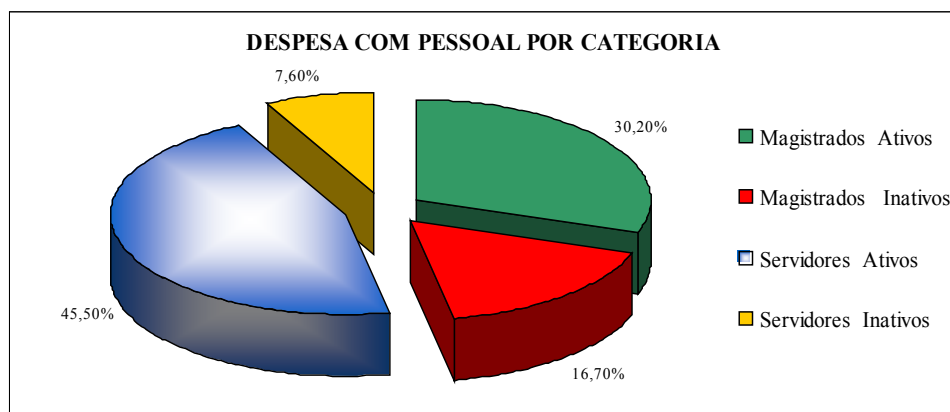
TOTAL	282.394.294,14	100,00%
--------------	-----------------------	----------------



DESPESA COM PESSOAL POR CATEGORIA

Durante o exercício, a despesa com pessoal ativo e inativo, incluindo a quota de previdência patronal excluindo os inativos Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, atingiu o montante de R\$ 271.651.582,00, representando 94,63% do total gasto pelo Poder Judiciário (R\$ 282.394.294,14) com os 6,5% de participação na Receita Líquida Disponível, assim distribuída:

ITEM	VALOR	%
Magistrados Ativos	80.706.399,21	30,20%
Magistrados Inativos	44.629.035,33	16,70%
SOMA MAGISTRADOS	125.335.434,54	46,90%
Servidores Ativos	121.594.078,28	45,50%
Servidores Inativos	20.310.219,67	7,60%
SOMA SERVIDORES	141.904.297,95	53,10%
TOTAL	267.239.732,49	100,00%

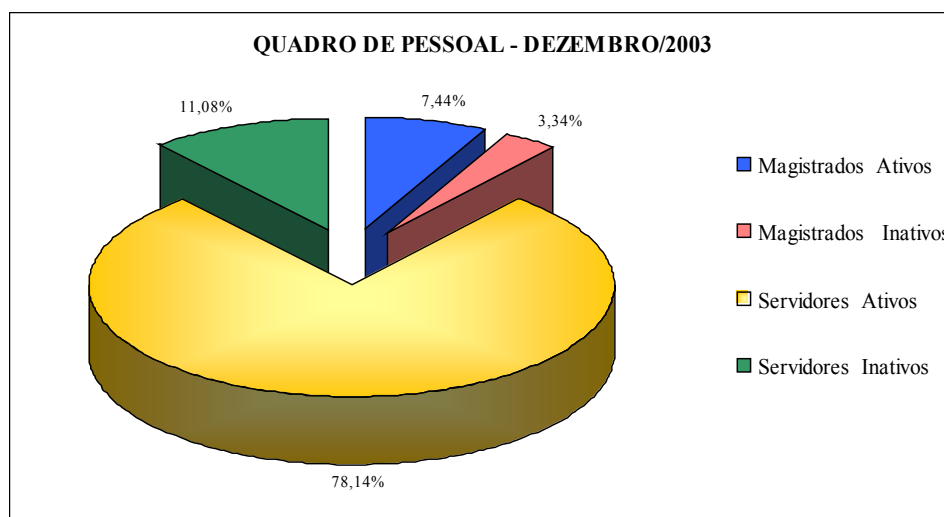




QUADRO DE PESSOAL

A composição do número de pessoal do Poder Judiciário, no exercício de 2003, teve a seguinte variação:

CATEGORIA	JANEIRO	DEZEMBRO	%
Magistrados Ativos	312	339	7,44%
Magistrados Inativos	153	152	3,34%
Total Magistrados	465	491	10,78%
Servidores Ativos	3358	3560	78,14%
Servidores Inativos	468	505	11,08%
Total Servidores	3826	4065	89,22%
Total Geral	4291	4556	100,00%





SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

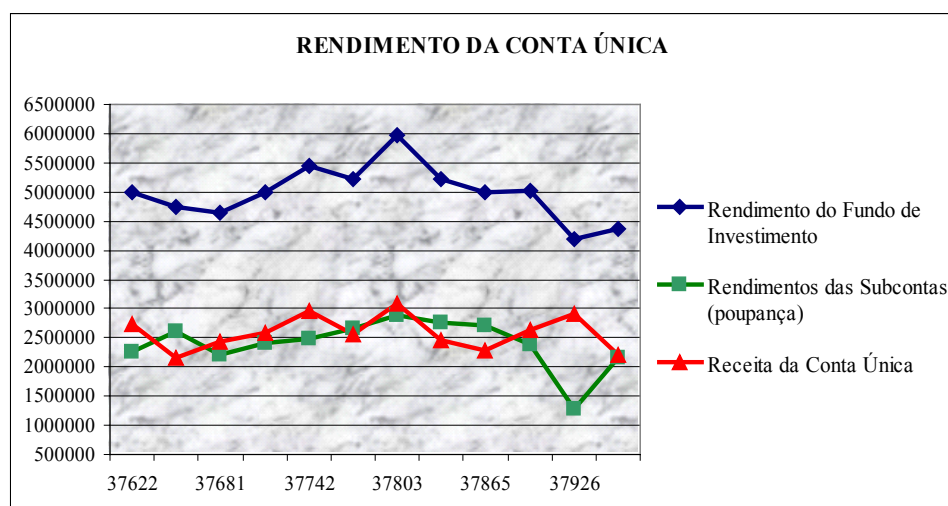
O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. A escolha da instituição financeira que admistra o Fundo de Investimento do Judiciário foi realizada mediante processo licitatório, tendo como vencedor do certame o Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, que ofereceu a menor taxa de administração, ou seja, 1,187% ao mês.

O Sistema começou a operar a partir do mês de agosto próximo passado, tendo em vista a preparação dos procedimentos para realização da licitação e do desenvolvimento do sistema informatizado por parte da Diretoria de Informática.

Em 31/12/2003, o Fundo de Investimento acima citado apresentava saldo de R\$ 325.895.582,69.

No exercício financeiro de 2003, a Conta Única apresentou os seguintes rendimentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Rendimento do Fundo de investimento	59.791.351,11
2 - Rendimento das subcontas (TR+0,5%)	28.773.287,67
3 - Rendimento bruto	31.018.063,44
4 - Taxa de administração (1,187% a.m.)	368.184,41
Rendimento líquido	30.649.879,03
Rendimento médio dia útil	123.087,55





PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2003 não foram pagos por falta do repasse dos recursos financeiros por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, apesar do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No início do ano de 2003, estavam pendentes de pagamentos os precatórios que deveriam ter sido liquidados nos anos de 1998 a 2002. No decorrer do ano, o Poder Executivo começou a repassar recursos para pagamento dos precatórios, tendo liquidado os de 1998 e iniciado a quitação daqueles que deveriam ser pagos em 1999.

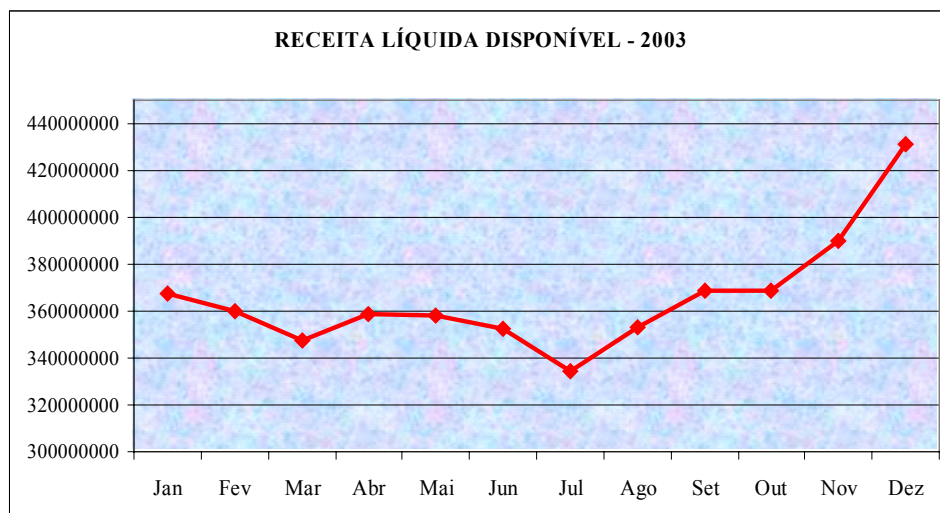
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL -2003

A Receita Líquida Disponível do Estado, de acordo com a L.D.O., durante o exercício de 2003, foi de R\$ 4.390.403.138,74, conforme quadro abaixo, correspondendo, em valores históricos, a um crescimento de 20,1% em relação ao ano anterior.

Desse modo, o total dos recursos financeiros transferidos ao T.J., neste exercício, importou em **R\$ 280.936.205,81**.

MÊS	RLD
Janeiro	367.551.728,86
Fevereiro	359.988.674,71
Março	347.341.866,00
Abril	358.452.108,41
Maiο	358.300.939,29
Junho	352.636.728,80
Julho	334.221.280,86
Agosto	352.944.204,19
Setembro	368.791.969,88
Outubro	368.481.232,78
Novembro	390.192.404,96
Dezembro (*)	431.500.000,00
Total	4.390.403.138,74
Média	365.866.928,23

(*) Valor estimado



SALDO FINANCEIRO

No exercício, foi repassado ao Poder Judiciário, referente aos 6,5% da Receita Líquida Disponível - RLD, fixados na LDO, a importância de R\$ 280.936.205,81. Em 31/12/2003, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de **R\$ 3.126.263,22**, considerando a importância de R\$ 2.062.540,95 repassada ao Tesouro do Estado, conforme dispõe a LDO. Do total disponível, deverá ser deduzido o valor de **R\$ 2.495.603,66**, sendo: R\$ 826.633,48 refere-se a depósitos de diversos precatórios que serão quitados em 2004, R\$ 332,58 destina-se às consignações que serão pagas no ano de 2004 e R\$ 1.668.637,60 relativo a restos a pagar de 2003, restando de disponível líquido a quantia de **R\$ 630.659,56**.

Já os recursos da Conta Única apresentaram disponibilidades, em 31/12/2003, no montante de R\$ 25.247.812,65. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 8.043.135,64 referente a restos a pagar de 2003, apresentando assim, superávit financeiro na ordem de R\$ 17.204.677,01.

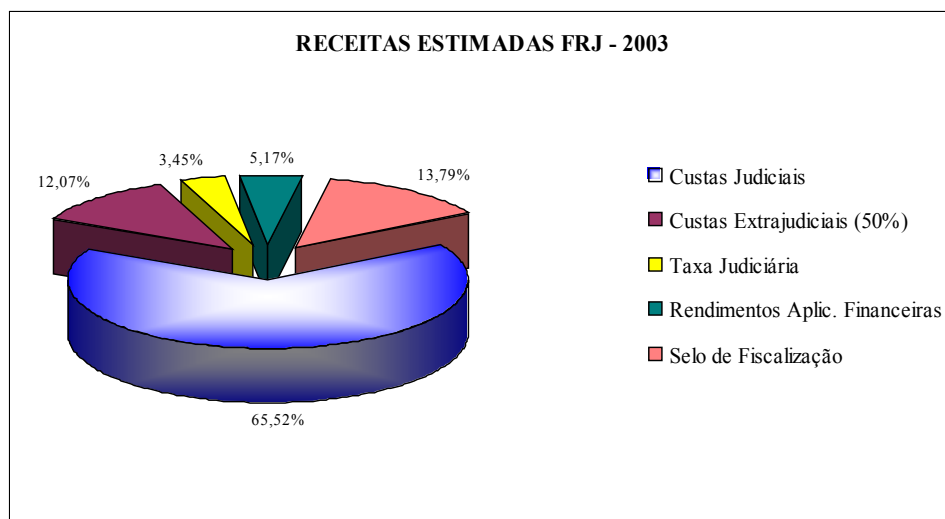


ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELH.DA JUSTIÇA - FRJ

RECEITAS ESTIMADAS DO FRJ - 2003

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2003, foram estimadas em R\$ 29.000.000,00, assim discriminadas:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Custas Judiciais	19.000.000,00	65,52%
Custas Extrajudiciais (50%)	3.500.000,00	12,07%
Taxa Judiciária	1.000.000,00	3,45%
Rendimentos Aplic. Financeiras	1.500.000,00	5,17%
Selo de Fiscalização	4.000.000,00	13,79%
TOTAL	29.000.000,00	100,00%





ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

Já as despesas do FRJ também foram fixadas em R\$ 29.000.000,00, abaixo discriminadas:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manut. das Ações de Informática	5.201.100,00	17,93%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	4.613.330,00	15,91%
coordenação do Selo de Fiscalização	4.000.000,00	13,79%
Construção de Fóruns (anexo I)	800.000,00	2,76%
Reforma de Fóruns (anexo II)	2.460.500,00	8,48%
Ampliações de Fóruns (anexo III)	4.210.000,00	14,52%
Ampliação do Palácio da Justiça	1.900.000,00	6,55%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. De Classe	1.200.000,00	4,14%
Manutenção Serviços Administr. do Ministério Público	3.215.070,00	11,09%
Ampliação da Sede do Ministério Público	1.400.000,00	4,83%
TOTAL	29.000.000,00	100,00%

ORÇAMENTO FINAL DO F.R.J

Durante o exercício as dotações orçamentárias do Fundo de Reaparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 24.241.457,10, sendo, R\$ 12.387.511,10 referente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2002 e R\$ 11.853.946,00 proveniente de anulações de outras dotações orçamentárias. Desse modo, os créditos orçamentários totalizaram o valor de R\$ 37.745.693,14, abaixo relacionados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manutenção das Ações de Informática	5.801.100,00	15,37%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	16.809.203,10	44,53%
coordenação do Selo de Fiscalização	4.000.000,00	10,60%
Construção de Fóruns (anexo I)	909.900,00	2,41%
Reforma de Fóruns (anexo II)	3.937.718,00	10,43%
Ampliações de Fóruns (Anexo III)	554.520,00	1,47%
Ampliação do Palácio da Justiça	2.610.000,00	6,91%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. De Classe	2.150.000,00	5,70%
Manutenção Serviços Administr. do Ministério Público	260.148,73	0,69%
Ampliação da Sede do Ministério Público	713.103,31	1,89%
TOTAL	37.745.693,14	100,00%



SALDO ORÇAMENTÁRIO EM DEZEMBRO/2003 - FRJ

O orçamento do FRJ apresentou, em 31/12/2003, os seguintes saldos:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manutenção das Ações de Informática	632.292,71	11,67%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	3.002.314,87	55,40%
coordenação do Selo de Fiscalização	418.792,22	7,73%
Construção de Fóruns	56.237,50	1,04%
Reforma de Fóruns	563.621,48	10,40%
Ampliações de Fóruns	39.059,62	0,72%
Ampliação do Palácio da Justiça	30.418,56	0,56%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. De Classe	676.763,83	12,49%
Manutenção Serviços Administr.do Ministério Público	32,21	0,00%
Ampliação da Sede do Ministério Público	-	0,00%
TOTAL	5.419.533,00	100,00%

DESPESA EMPENHADA PELO F.R.J

Os recursos do F.R.J. são destinados para custear as ações desenvolvidas pela Justiça e pelo Ministério Público principalmente na modernização, equipamento e reequipamento (aquisição de mobiliário, máquinas, equipamentos, materiais permanentes diversos, etc.), informatização, Construções, ampliações e reformas de prédios e conservação e manutenção das unidades judiciárias.

A despesa empenhada no exercício foi de R\$ 32.326.160,14, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manutenção das Ações de Informática	5.168.807,29	95,37%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	13.806.888,23	254,76%
coordenação do Selo de Fiscalização	3.581.207,78	66,08%
Construção de Fóruns	853.662,50	15,75%
Reforma de Fóruns	3.374.096,52	62,26%
Ampliações de Fóruns	515.460,38	9,51%
Ampliação do Palácio da Justiça	2.579.581,44	47,60%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. De Classe	1.473.236,17	27,18%
Manutenção Serviços Administr.do Ministério Público	260.116,52	4,80%
Ampliação da Sede do Ministério Público	713.103,31	13,16%
TOTAL	32.326.160,14	100,00%



RECEITA ARRECADADA DO F.R.J. - 2003

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2002		%
	ORÇADA	ARRECADADA	ARRECADADA
Custas Judiciais	19.000.000,00	19.236.942,89	62,93%
Custas Extrajudiciais	3.500.000,00	3.164.880,79	10,35%
Taxa Judiciária	1.000.000,00	963.457,54	3,15%
Rendim. Aplic. Financ.	1.500.000,00	3.252.988,11	10,64%
Selo de Fiscalização	4.000.000,00	3.462.800,67	11,33%
Receitas Diversas	-	481.680,23	1,58%
Receitas de Capital	-	6.123,55	0,02%
TOTAL	29.000.000,00	30.568.873,78	100,00%

A receita arrecadada no exercício financeiro de 2003, excluindo a do Selo de Fiscalização, foi superior à orçada em aproximadamente 8,42% (R\$ 2.105.885,67).

A diferença ocorreu, principalmente, nas receitas com aplicações financeiras, tendo em vista que na elaboração da proposta orçamentária do ano de 2003, em meados de 2002, a obra de execução da construção do Anexo do TJ ainda não tinha sido paralizada, o que ocasionaria consideráveis desembolsos, diminuindo assim o saldo financeiro e, conseqüentemente, os rendimentos provenientes das aplicações financeiras.

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO DE 2003

O § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64, dispõe o seguinte: "Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro,

Dessa forma, em 31/12/2003, o saldo disponível do FRJ apresentava o valor de R\$ 19.285.087,96 e as obrigações R\$ 6.786.840,68, gerando assim, superávit financeiro na importância de R\$ 12.498.247,28.

valor poderá ser utilizado para abertura de créditos orçamentários suplementares no presente exercício, conforme estabelece o art. 43, § 1º, I e art. 73 do diploma legal supramencionado.



PLANO PLURIANUAL 2000/2003

Cabe esclarecer que o inciso III do § 1º do artigo 165 da Constituição Federal e na sua esteira o § 1º do artigo 120 da Constituição Estadual, dispõem que “A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

Esta ferramenta da administração pública consiste na técnica de estimar a receita e fixar a despesa e tem por finalidade precípua a de propiciar ao administrador a possibilidade de efetuar o planejamento das suas ações num horizonte mais amplo, objetivando a maximização dos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) com o menor custo possível, exercendo o gerenciamento das diretrizes preestabelecidas, e, ao final da sua execução, avaliar a consecução de seus objetivos, através da mensuração dos resultados alcançados.

Todas as ações desenvolvidas no ano de 2001, como aquelas que serão executadas neste exercício financeiros, estão contempladas no Plano Plurianual 2000/2003, conforme estabelece o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, abaixo transcrito:

Art. 167 - São vedados:

...

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

O quadro abaixo representa o total dos recursos consignados no Plano Plurianual 2000/2003 do Poder Judiciário:

PLANO PLURIANUAL – 2000/2003 – PPA	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PPA FINAL
Tribunal de Justiça	957.149.260,00
Fundo de Reap. Da Justiça	49.690.000,00
Recursos da Conta Única	107.999.930,18
TOTAL	1.114.839.190,18



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 2003

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) impõe ao Poder Judiciário o limite 6% para a despesa total com pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida - RCL.

O artigo 71 do mesmo diploma legal estabelece que, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor da Lei (2003), a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da RCL, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10%, se esta for inferior ao limite definido na forma do artigo 20.

No que tange ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), disciplinado no artigo 54 e 55 da LC 101/2000, no ano de 2002 o gasto com pessoal do Poder Judiciário foi de 4,83% em relação à RCL. Assim, a despesa de pessoal em 2003 poderia ser acrescida em até 10%, ou seja (0,49%), totalizando o percentual máximo de 5,32%. Entretanto, o gasto com pessoal apurado de setembro/2002 até agosto/2003 foi de R\$ 219.420,89 (milhares), ou 4,5% em relação à RCL, ficando abaixo do limite legal (6%) e prudencial (5,7%).

A seguir os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2003, referente às despesas com pessoal:

	R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	SET/02 a AGO/03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	218.919,33
Pessoal Ativo	170.826,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	72.820,08
Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)	(24.726,79)
(-) Precatórios (Sent. Judiciárias) ref. período anterior ao de apuração	-
(-) Inativos com recursos vinculados	-
(-) Indenização por demissão	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(24.726,79)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art.18, § 1º da LRF) (II)	501,56
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	219.420,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	4.874.623,20
% do TOTAL DA DESP. LÍQ. COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II)/(III)	4,50%
LIMITE LEGAL (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 6,0%	292.477,39
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%	277.853,52